



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CERRO LARGO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**LUANA CRISTINA STUMM**

**CULTURA POLÍTICA E A PERCEPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS**  
**LOCAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS**

**CERRO LARGO**

**2021**

**LUANA CRISTINA STUMM**

**CULTURA POLÍTICA E A PERCEPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS LOCAIS:  
O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP), na Linha de Pesquisa Dinâmicas Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento, da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo/RS - como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ivann Carlos Lago

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes

CERRO LARGO

2021

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Stumm, Luana Cristina  
CULTURA POLÍTICA E A PERCEPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS LOCAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS  
/ Luana Cristina Stumm. -- 2021.  
110 f.

Orientador: Doutor Ivann Carlos Lago  
Co-orientador: Doutor Carlos Eduardo Ruschel Anes  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS,  
2021.

1. Cultura Política. 2. Democracia. 3. Esfera local.  
I. Lago, Ivann Carlos, orient. II. Anes, Carlos Eduardo  
Ruschel, co-orient. III. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. IV. Título.

**LUANA CRISTINA STUMM**

**CULTURA POLÍTICA E A PERCEPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS LOCAIS:  
O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP), na Linha de Pesquisa Dinâmicas Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento, da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo/RS - como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 16/07/2021

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Ivann Carlos Lago – UFFS  
Orientador



---

Prof. Dr. Edeimar Rotta - UFFS  
Avaliador



---

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva - UFFS  
Avaliador

A quem realmente importa.

## AGRADECIMENTOS

Tornar-me mestre faz com que eu pertença ao lugar que por tanto tempo faz parte dos meus sonhos, a mais bela razão de viver do mundo acadêmico e de conquista profissional. Meu sentimento neste momento é de gratidão por todo aprendizado e conhecimento adquirido, bem como por ter sido um processo que nem sempre foi linear, mas foi exatamente necessário para uma evolução pessoal, acadêmica e profissional.

Nesse sentido, quero primeiramente agradecer ao meu orientador Dr. Ivann Carlos Lago que me acompanhou desde o início desta jornada neste mestrado, pela sua paciência, incentivo, dedicação, auxílio e disposição em sempre atender as minhas solicitações durante o desenvolvimento da dissertação. Mas principalmente por se preocupar em fazermos um trabalho que atendesse as especificidades do Programa de Mestrado, bem como fosse relevante para o entendimento da realidade na qual me insiro diariamente, contribuindo significativamente para o esclarecimento de uma indagação pessoal e profissional que há anos me acompanhava. Da mesma forma, agradeço ao meu coorientador Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes, que me auxiliou na sua área de conhecimento dentro da pesquisa, sendo fundamental a sua contribuição para o alcance dos objetivos propostos, e também pelo seu empenho, paciência, dedicação e disposição constantes em várias etapas do processo.

Agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*, pela oportunidade de realizar o mestrado de forma gratuita e com profissionais qualificados, especialmente ao quadro de docentes e servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Às 1022 pessoas que aceitaram participar da minha pesquisa, no município de Santo Cristo/RS, pois sem o seu consentimento e dedicação de tempo, a conclusão deste trabalho não seria possível.

À Câmara Municipal de Vereadores de Santo Cristo/RS, em especial a minha colega Katia Cilene Leal Martins, aos presidentes e demais vereadores e vereadoras pelo incentivo e apoio a qualificação acadêmica e profissional.

E, principalmente aos meus pais Paulino e Vanice e irmão Hernan, aos (as) amigos (as), colegas de mestrado pelo apoio constante e incentivo ao crescimento pessoal e profissional.

*“Una forma democrática del sistema político de participación requiere igualmente una cultura política coordinada con ella” (ALMOND & VERBA, 1972, p. 172).*

## RESUMO

O presente estudo visa contribuir com o debate sobre a importância da cultura política e das instituições democráticas na consolidação de um regime democrático, bem como as suas contribuições para a promoção do desenvolvimento em uma esfera local. Para tanto, fez-se uma pesquisa no município de Santo Cristo-RS, onde se buscou analisar a possibilidade de classificar a população, aplicando-se a tipologia sobre cultura política desenvolvida pelos cientistas Gabriel Almond e Sidney Verba, em sua obra *“La Cultura Cívica”*, bem como verificar se há a existência de possíveis conexões entre os grupos, conforme o tipo de cultura política, com elementos específicos de percepção e conhecimento sobre as instituições políticas locais. A partir de então, investigou-se se há diferenças nas percepções de acordo com a distribuição entre os tipos identificados, o que no caso foi possível ser definido. Para o desenvolvimento do estudo, quanto aos objetivos, realizou-se uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa. Para a coleta de dados foi usado o mesmo procedimento que Almond e Verba utilizaram em seus estudos sobre cultura política, a pesquisa do tipo *survey*. A metodologia empregada é quantitativa. Assim, tem-se a intenção de que o presente estudo possa auxiliar em trabalhos e pesquisas futuras, relativos ao tema. No que se refere ao município de Santo Cristo/RS, tem-se a presença de uma cultura política predominantemente de súdito, com traços de uma cultura paroquial e de participação dentro a população. Mas estes traços ficam mais evidentes quando os grupos dentro das variáveis sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia e religião, são analisados separadamente. No caso, a variável escolaridade permite, com maior evidência, verificar as diferenças das percepções de acordo com a distribuição dos indivíduos dentro a tipologia utilizada. Além da variável renda familiar, que também aponta traços de outra cultura, além da de súdito. A partir disso, teve a possibilidade de identificar o perfil dos indivíduos de cada tipo de cultura.

**Palavras-chave:** Cultura. Instituições. Democracia. Percepção. Esfera Local.



## **ABSTRACT**

The present study aims to contribute to the debate on the importance of political culture and democratic institutions in the consolidation of a democratic regime, as well as their contributions to the promotion of development in a local sphere. To this end, a research was carried out in the municipality of Santo Cristo-RS, seeking to analyze the possibility of classifying the population, applying the typology on political culture developed by scientists Gabriel Almond and Sidney Verba, in their work "La Cultura Cívica", as well as to verify if there is the existence of possible connections between the groups, according to the type of political culture, with specific elements of perception and knowledge about local political institutions. From then on, it was investigated if there are differences in perceptions according to the distribution among the types identified. For the development of the study, as to the objectives, a descriptive research of a quantitative nature was carried out. For data collection the same procedure was used that Almond and Verba used in their studies on political culture, the survey type research. The methodology employed is quantitative. Thus, it is intended that the present study may help in future works and research on the theme. In the municipality of Santo Cristo/RS, a political culture predominantly of the subject is present, with traces of a parochial culture and of participation among the population. But these traits become more evident when the groups within the variables gender, age, family income, education, place of residence, and religion are analyzed separately. In this case, the education variable allows, with greater evidence, to verify the differences in perceptions according to the distribution of individuals within the typology used. Besides the family income variable, which also points to traces of another culture, besides that of the subject. From this, it was possible to identify the profile of the individuals of each type of culture.

**Keywords:** Culture. Institutions. Democracy. Perception. Local Sphere

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Análise cognitiva sobre o sistema político geral.....	60
Gráfico 2– Análise afetiva sobre o sistema político geral.....	61
Gráfico 3– Nível de confiança nos integrantes da família.....	62
Gráfico 4– Nível de confiança nas pessoas de modo geral.....	62
Gráfico 5– Nível de conhecimento sobre os papéis das diferentes instituições políticas e governamentais .....	66
Gráfico 6– Sentimento em relação as instituições políticas e governamentais.....	67
Gráfico 7– Nível de confiança na instituição Prefeitura Municipal.....	67
Gráfico 8– Nível de conhecimento sobre as funções e competências do Prefeito....	69
Gráfico 9– Nível de conhecimento sobre as funções e competências dos (as) vereadores (as) individualmente.....	69
Gráfico 10 – Avaliação do trabalho do prefeito.....	71
Gráfico 11– Avaliação da estrutura de serviços ofertada pela Prefeitura Municipal.....	71
Gráfico 12– Avaliação do trabalho realizado pelos (as) vereadores (as).....	72
Gráfico 13– Avaliação da estrutura de serviços ofertada pela Câmara de Vereadores.....	73
Gráfico 14– Nível de conhecimento sobre direitos e obrigações.....	75
Gráfico 15– Nível de conhecimento sobre como participar e influenciar no sistema político .....	75
Gráfico 16– Sentimento em relação a sua participação e envolvimento no mundo político.....	76
Gráfico 17– Avaliação de participação e envolvimento no mundo político.....	77

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões de orientação política.....	39
Quadro 2 – Tipos de cultura política.....	42
Quadro 3 - Relação dos Prefeitos e Vice-Prefeitos de Santo Cristo/RS.....	46
Quadro 4 - Relação das Legislaturas e o número de Vereadores eleitos por Partido na Câmara de Vereadores de Santo Cristo/RS.....	48
Quadro 5 – Estratificação da amostra.....	54
Quadro 6 - Correspondência entre a Escala Likert e frequências de Almond e Verba.....	58
Quadro 7 – Análise da variável sexo.....	81
Quadro 8 - Análise da variável idade.....	82
Quadro 9 - Análise da variável renda familiar.....	83
Quadro 10 - Análise da variável escolaridade.....	84
Quadro 11 - Análise da variável local de moradia.....	87
Quadro 12 - Análise da variável religião.....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISA	Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agronegócio
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
COVID-19	Coronavírus-2019
CTG	Centro de Tradições Gauchescas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Expansão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPM	Índice de Participação dos Municípios
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	Movimento Democrático Renovador
ONG	Organizações Não Governamentais
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	Produto Nacional Bruto
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGDPP	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas
PPR	Partido Progressista Reformador
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SMEC	Secretaria Municipal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO, ABORDAGENS DA DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA.....</b>	<b>17</b>
2.1	DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO.....	17
2.2	ABORDAGENS DA DEMOCRACIA: ÊNFASE NA DIMENSÃO LOCAL.....	29
2.3	CULTURA POLÍTICA.....	36
<b>3</b>	<b>O MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS.....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>CULTURA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS.....</b>	<b>52</b>
4.1	PREÂMBULO METODOLÓGICO.....	52
4.1.2	Abordagem e classificação da pesquisa.....	52
4.1.3	Universo e definição da amostra.....	53
4.1.4	Coleta de dados.....	56
4.1.5	Análise de dados.....	57
4.2	SISTEMA POLÍTICO GERAL.....	59
4.2.1	Processo político ( <i>Input</i> ).....	64
4.2.2	Processo administrativo ( <i>Output</i> ).....	68
4.2.3	Autoimagem.....	74
4.3	CONEXÕES ENTRE GRUPOS, PERCEPÇÕES E CULTURAS POLÍTICAS.....	80
4.3.1	Variável sexo .....	81
4.3.2	Variável idade.....	82
4.3.3	Variável renda familiar .....	83
4.3.4	Variável escolaridade.....	84
4.3.5	Variável local de moradia.....	86
4.3.6	Variável religião.....	87
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICE A- Questionário .....</b>	<b>99</b>
	<b>ANEXO A- Relação das Legislaturas da Câmara de Vereadores de Santo Cristo/RS.....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A legitimidade e a consolidação da estrutura e das instituições políticas de um país partem da relação entre cidadãos e Estado. Logo, a construção de uma ordem democrática não implica simplesmente na mudança de um regime autoritário para um regime democrático. É necessário que haja a adesão e a prática de valores democráticos pelos cidadãos, pois as instituições políticas por si só não são suficientes para a sua sustentação e implantação.

Presume-se que, no regime democrático, as demandas da sociedade serão atendidas pelos governos e instituições, que com base nos objetivos normativos que lhes são atribuídos, assegurarão aos cidadãos o desfrute e a ampliação das liberdades e igualdades políticas, atendendo os seus interesses e preferências através da participação nos processos eleitorais e decisórios, bem como a mediação de conflitos que surgem a partir destes, resolvendo-os pacificamente. Além disso, considera-se que os cidadãos possam avaliar e julgar o desempenho dos governos e representantes, através de eleições e mecanismos de *check and balances*. Desta forma, instituições e procedimentos democráticos são vistos como elementos de realização de valores e princípios da sociedade como componente do processo político (MOISES, 2008).

Mas, Almond e Verba (1972) enfatizam que governos, instituições e procedimentos democráticos, por si só, não são capazes de consolidar um regime democrático. Frisam que o enraizamento de uma cultura política, com base em crenças, valores e participação da sociedade na vida política, também se torna fundamental na consolidação de um sistema político democrático e na efetivação do desenvolvimento de uma nação. Assim, uma forma democrática do sistema político de participação requer igualmente uma cultura política também democrática.

Nesse sentido, Sen (2010) complementa que, embora se deva reconhecer a importância das instituições democráticas, elas não podem ser vistas como único meio ou dispositivo mecânico para o desenvolvimento de uma nação. O uso dessas instituições é condicionado pelos valores e prioridades da sociedade e pelo uso que fazem das oportunidades de articulação e participação disponíveis. “As realizações da democracia dependem não só das regras e procedimentos que são adotados e salvaguardados, como também do modo como as oportunidades são usadas pelos cidadãos” (SEN, 2010, p. 204). Estes indivíduos atuam como agentes no processo

de desenvolvimento, onde buscam a eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente este papel, primando pela expansão das liberdades substantivas das quais a sociedade desfruta em uma democracia.

Assim, pode-se ter uma breve noção da importância da congruência entre os arranjos institucionais e a cultura política, para o fortalecimento e consolidação de um regime democrático, que, por sua vez, é um elemento essencial do processo de desenvolvimento de uma nação. Isso por haver uma relação intrínseca entre democracia e desenvolvimento, sendo que a democracia exerce um papel constitutivo neste processo, por ampliar as condições de escolha e de liberdades reais das quais as pessoas desfrutam, relacionando-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. E, por ter uma contribuição instrumental na construção de valores e normas de convivência social, que contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento (SEN, 2010).

Nesse sentido, considerando o entendimento de que a democracia não se consolida por si mesma, através apenas da dimensão institucional, sendo necessária a construção e a aceitação da mesma como um valor pelos cidadãos, torna-se relevante este estudo, que visou compreender os tipos de cultura política, bem como a percepção e conhecimento da população sobre as instituições políticas no município de Santo Cristo/RS. Desta forma, se buscou verificar se há diferenças de percepção dos cidadãos, de acordo com classificação de culturas políticas de Almond e Verba, na obra *“La Cultura Cívica”* (1972). Assim, buscou-se contribuir com o debate sobre a importância da cultura política e das instituições democráticas na consolidação de um regime democrático, bem como as suas contribuições para a promoção do desenvolvimento, através de políticas públicas condizentes, nas suas diversas dimensões, em uma esfera local.

A partir da compreensão dos tipos de cultura política existentes, teve-se por objetivos específicos: a) identificar os tipos de cultura política; b) analisar a possibilidade de classificar a população em questão a partir da tipologia utilizada; c) verificar a possível existência de conexões entre os grupos, ou seja, das tipologias, com os elementos específicos de percepção e conhecimento sobre as instituições políticas locais; d) verificar se há diferenças nas percepções de acordo com a distribuição dos indivíduos entre os tipos utilizados.

Assim, na proposta desta pesquisa, visou-se uma adaptação do estudo da tipologia de culturas políticas realizado por Almond e Verba, em uma esfera local, no caso, Santo Cristo/RS. Para tanto foi feita a aplicação da pesquisa do tipo *survey*, onde se buscou, a partir de uma amostra estatisticamente significativa da população, traçar o perfil de cultura política dominante entre a população santo-cristense. Buscou-se identificar se há padrões de atitudes e comportamentos políticos que definam um dos três tipos de cultura política (paroquial, de súdito e de participação), ou se, de fato, há a predominância de mais de uma cultura.

Partiu-se do pressuposto de que com a descentralização política do Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, e com a possibilidade da articulação democrática e participativa nas ações governamentais, a cultura política de participação seja predominante no referido município, uma vez que há mecanismos que garantem a participação da sociedade na formulação, execução e controle das ações públicas do governo municipal. Mas, ao analisar os dados verificou-se que, apesar da institucionalização e dos processos serem democráticos, a população demonstra a predominância de uma cultura política de súdito, mesmo havendo, de uma forma geral, a manifestação de uma cultura social participativa, especialmente quanto a aspectos históricos, religiosos, educacionais e de lazer.

Segundo Almond e Verba (1972) mesmo que haja a predominância de uma cultura política de participação nos sistemas políticos, as imperfeições de socialização política, as preferências pessoais e as limitações da compreensão ou oportunidades para aprender, continuarão a ser assunto de culturas de súdito ou paroquiais, mesmo que o regime democrático local seja seguro e estável. Os pesquisadores afirmam ainda que, ao haver culturas políticas mistas, é possível haver atritos inevitáveis entre a cultura e as estruturas e uma tendência característica de instabilidade estrutural. Logo, a partir dos dados obtidos pôde-se realizar a análise da cultura predominante e os traços de outras culturas que se fazem presentes, bem como a sua possível conexão com elementos específicos de percepção e conhecimento sobre as instituições políticas locais, onde se verificou posteriormente as diferenças de percepções e conhecimento, de acordo com as culturas existentes, e se são influentes na consolidação do processo democrático em nível local.

A escolha do tema justifica-se por se pretender realizar uma pesquisa que seja de relevância para o debate sobre a importância da cultura e das instituições



políticas na consolidação de um regime democrático, delimitando-se a uma esfera local, bem como as suas contribuições para a promoção do desenvolvimento, o que vai ao encontro da discussão interdisciplinar ofertada no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, *Campus Cerro Largo*, sobre as relações entre cultura e desenvolvimento. Desta forma, tem-se a intenção de que o presente estudo possa auxiliar em trabalhos e pesquisas futuras, relativos ao tema como, por exemplo, em outros municípios ou esferas, bem como apresentar uma dissertação que possa contribuir no entendimento sobre o funcionamento das instituições e da cultura predominante, bem como a presença de traços de outras culturas políticas no município de Santo Cristo e suas inter-relações.

Para a realização da pesquisa, usou-se a metodologia quantitativa, por meio da análise de dados obtidos em pesquisa do tipo *survey*. Os detalhes metodológicos são descritos no capítulo 4 desta dissertação.

A estrutura proposta para este estudo foi elaborada com o propósito de, em um primeiro momento, apresentar as bases teóricas acerca do tema elencado e, posteriormente, expor os dados, análises e resultados obtidos com a pesquisa realizada. Nesse sentido, elaborou-se uma parte introdutória, dividindo-se o texto em mais cinco capítulos e finalizou-se com as considerações finais, assim sendo: 1) Introdução; 2) Referencial Teórico; 3) O município de Santo Cristo/RS; 4) Cultura política no município de Santo Cristo/RS; 5) Considerações Finais.

A partir disso foi possível identificar que dentre a população santo-cristense há a predominância de uma cultura política de súdito, com traços de paroquialismo e de participação, o que fica mais evidente ao se analisar as variáveis sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia e religião. A partir disso, também foi possível identificar o perfil dos indivíduos em relação a cada tipo de cultura política. E, ao final, trazer uma reflexão sobre a importância da cultura e dos arranjos institucionais democráticos.

## 2. REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO, ABORDAGENS DA DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA

Nesta seção discutem-se os principais conceitos relativos ao objeto de estudo dessa dissertação. Desta forma, seguem as considerações sobre democracia e desenvolvimento e sobre a sua relação intrínseca, onde a democracia não é um mero processo decisório, mas tem o seu valor como expressão, realização e ampliação das condições de escolha e de liberdades dos indivíduos, que influenciam diretamente no processo de desenvolvimento, auxiliando no combate as suas privações. Democracia e desenvolvimento se complementam e se potencializam.

Posteriormente, na subseção sobre abordagens da democracia, expõe-se a importância tanto da dimensão institucional quanto a cultural para o processo de democratização e a sua relação com as atitudes dos cidadãos. Trata-se da importância da congruência entre arranjos institucionais e uma cultura política democrática para a consolidação de um regime democrático.

E, na subseção sobre cultura política, apresenta-se a teoria base deste estudo. Como ponto de partida, utilizou-se a obra “*La Cultura Cívica*” dos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba, onde buscou-se adequar a pesquisa realizada em nações à uma esfera local, no caso, ao município de Santo Cristo/RS. Desta forma, posteriormente, foi possível realizar a análise de dados, que visou compreender os tipos de cultura política, bem como a percepção e conhecimento da população sobre as instituições políticas no município de Santo Cristo/RS e a sua influência na consolidação do regime democrático local.

### 2.1 DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

A palavra democracia vem do grego *demo*, que significa povo e de *kracia*, que significa governo. Ou seja, governo do povo. Este sistema de governo foi desenvolvido em Atenas, uma das principais cidades da Grécia Antiga. Porém, naquela época, nem todos podiam participar. Mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da cidade. Apenas os homens livres, com mais de 18 anos eram cidadãos que poderiam participar, sendo que um conselho era escolhido aleatoriamente para representa-los e estes se reuniam em

praça pública para tomar as decisões que fossem mais favoráveis para a pólis (SOUSA, 2021).

Diferente do que se tem atualmente, quando se define basicamente a democracia, tem-se a compreensão de que a maioria da população tem o direito de participar do cenário político, onde os governos tem ampliado o direito ao voto ao minimizar todas as limitações que possam impedir a participação política dos cidadãos, influenciando diretamente no desenvolvimento das nações. No caso do Brasil, parte dos menores de 18 anos e pessoas com mais de 70 anos podem exercer seu direito de cidadania, não havendo nenhuma restrição de ordem econômica, religiosa, étnica e política para a escolha de seus representantes dentro do sistema político (SOUSA, 2021).

Logo, a democracia tem sido bem-sucedida na prevenção de calamidades, por exemplo, visto que proporciona a implantação de mecanismos de participação social nos diferentes espaços públicos, visando garantir o exercício da liberdade pelos membros da sociedade, através das discussões públicas como elemento indispensável do processo de organização e identificação das opções disponíveis para o processo de desenvolvimento (SEN, 2010).

Para Dahl (1997, p. 25) “uma característica chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências dos seus cidadãos, considerados como politicamente iguais”. Para tanto, devem ser garantidas a todos os cidadãos, oportunidades plenas de formular suas preferências, expressá-las a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva, e tê-las igualmente consideradas na conduta do governo, sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de preferência (DAHL, 1997).

Nesse sentido, o Estado se constitui como ator principal na promoção de políticas públicas, elaborando e efetivando intervenções na sociedade a partir de um maior contato entre ambos. A história político-econômica traz, de uma maneira geral, que nos casos em que o Estado teve maior envolvimento na condução de políticas econômicas e sociais, a partir da maior proximidade com a sociedade nos processos públicos decisórios, especialmente na gestão e implementação de políticas públicas, obteve-se o alcance de resultados satisfatórios do ponto de vista da promoção do desenvolvimento (VAZ, 2015).

Desta forma, a democracia age como elemento constitutivo no processo de desenvolvimento, pois amplia as condições de escolha e de liberdades dos indivíduos, bem como auxilia no combate às suas privações. Para tanto, é necessário também considerar a inter-relação de certas liberdades instrumentais, como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, que tendem a contribuir para o aumento das capacidades das pessoas e influenciar no processo de desenvolvimento (SEN, 2010).

Fidel Valdez Ramos, ex-presidente das Filipinas, explicou, em um discurso que proferiu em 1988, na *Australian National University*, que as realizações da democracia não dependem apenas das regras e procedimentos que são acatados, mas também como as oportunidades são usadas pelos cidadãos.

Sob um regime ditatorial, as pessoas não precisam pensar - não precisam escolher - não precisam tomar decisões ou dar seu consentimento. Tudo o que precisam fazer é obedecer. Essa foi a lição amarga aprendida com a experiência política filipina não muito tempo atrás. Em contraste, a democracia não pode sobreviver sem virtude cívica. [...] O desafio político para os povos de todo mundo atualmente não é apenas substituir regimes autoritários por democráticos. É, além disso, fazer a democracia funcionar para as pessoas comuns (RAMOS, 1998, p. 2).

Nesse sentido, Sen (2010, p. 205) afirma que a democracia “realmente cria essa oportunidade, que está relacionada tanto à sua importância instrumental como a seu papel constitutivo”. Porém a forma como as oportunidades são aproveitadas depende de outros fatores, como, por exemplo, da política multipartidária e do dinamismo dos argumentos morais e da formação de valores da sociedade. Ou seja, o regime democrático por si só não é a garantia de que as decisões tomadas pelos governantes sempre serão as melhores, mas assegura, como no caso do ativismo de partidos de oposição, que se estas decisões não forem boas, elas podem ser debatidas, criticadas e questionadas. O que pode prevenir calamidades ou fazer com que ocorram implementações de programas que promovam o desenvolvimento, bem como influenciar na condenação ou reeleição de governos, por exemplo.

A prática da democracia, em todos os seus altos e baixos, tem funcionado razoavelmente bem (SEN, 2010). “As diferenças políticas em grande medida têm sido disputadas dentro dos procedimentos constitucionais. Governos ascenderam e caíram segundo regras eleitorais e parlamentares” (SEN, 2010, p. 207).

Assim como é importante salientar a necessidade da democracia, também é crucial salvaguardar as condições e circunstâncias que garantem a amplitude e o alcance do processo democrático. Por mais valiosa que a democracia seja como fonte fundamental de oportunidade social (reconhecimento que pode requerer uma defesa vigorosa), existe ainda a necessidade de examinar os caminhos e os meios para fazê-la funcionar bem, para realizar seus potenciais. A realização da justiça social depende não só de formas institucionais (incluindo regras e regulamentações democráticas), mas também da prática efetiva (SEN, 2010, p. 209).

Nessa perspectiva, Sen (2010) argumenta sobre o enfoque do desenvolvimento de uma nação, com base na expansão das liberdades humanas, onde se vai muito além de uma questão apenas econômica, como análise do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda *per capita*, avanços tecnológicos, industrialização ou modernização social. Considera-se a expansão das perspectivas econômicas, políticas e sociais. Ou seja, a expansão das liberdades é vista como principal fim e meio do desenvolvimento. Trata-se de uma perspectiva na qual o desenvolvimento vai além de indicadores econômicos e de industrialização, e envolve todas as dimensões da vida humana relacionadas à maneira como as pessoas vivem e as oportunidades que possuem de desenvolver todas as suas capacidades. O centro dessa concepção de desenvolvimento é o ser humano, que precisa ter suas necessidades humanas básicas atendidas e seus potenciais capazes de se desenvolver. E isso, afirma Sen, só é possível num regime democrático. Daí a relação necessária entre desenvolvimento e democracia.

O crescimento econômico obviamente pode ser um meio para expandir as liberdades desfrutadas pelos indivíduos em uma sociedade, especialmente se ocorrer em uma estrutura sociopolítica que incentive a distribuição destas liberdades, entre todos os segmentos da população. As disposições sociais e econômicas, como serviços de saúde e educação, e os direitos civis, como a liberdade de participação em discussões sobre assuntos públicos, também são determinantes primordiais na expansão dessas liberdades (SEN, 2010). Assim, uma nação economicamente rica pode não ser plenamente desenvolvida, pois o desenvolvimento implica também a distribuição da riqueza e sua conversão em oportunidades e serviços disponíveis a todos.

Além da expansão das liberdades, o desenvolvimento, na perspectiva de Sen (2010), requer a eliminação das “principais fontes de privação de liberdade como: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social

sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2010, p.16-17).

Para tanto, a liberdade é um ponto central no processo de desenvolvimento por duas razões. A primeira é da razão avaliatória do progresso, a qual tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. A segunda é razão da eficácia, a qual pressupõe que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. Esta condição de agente é uma parte constitutiva do desenvolvimento e contribui para fortalecer outros tipos de condições de agente livre (SEN, 2010).

A conexão entre liberdades individuais e a realização de desenvolvimento social vai além da relação constitutiva.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2010, p.18).

Desta forma, as liberdades não são vistas apenas como fim primordial do desenvolvimento, mas também como principal meio para se atingi-lo. Nessa perspectiva, o “fim primordial” pode ser chamado de “papel constitutivo”, e o “principal meio” de “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo trata da importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida das pessoas, que inclui capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar a fome, a subnutrição, a morte prematura, bem como liberdades associadas à alfabetização, participação política e liberdade de expressão. Requer a expansão das liberdades humanas básicas no processo de desenvolvimento, sendo que sua avaliação deve se basear nesta consideração (SEN, 2010).

O papel instrumental da liberdade no desenvolvimento relaciona-se ao modo como “diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 57). Não se trata da forma individual de como cada tipo de liberdade contribui para o desenvolvimento, mas sim da inter-relação entre elas mesmas. Trata-se, aqui, com maior ênfase, de cinco tipos distintos de

liberdades: facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Estas tendem a contribuir para a capacidade geral das pessoas viverem mais livremente, mas também complementarem-se umas às outras, valorizando o seu encadeamento no processo de deliberação sobre políticas de desenvolvimento (SEN, 2010).

Diante das múltiplas liberdades inter-relacionadas, há a:

Necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação, etc. (SEN, 2010, p. 77).

Nesse sentido, os meios e os fins do desenvolvimento exigem que as pessoas sejam vistas como ativas e envolvidas na construção de seu próprio destino, como agentes que moldam seus rumos, não apenas como meros beneficiários passivos de programas de desenvolvimento. Tanto o Estado quanto a sociedade têm papéis importantes no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas, sendo os seus papéis de sustentação e não de algo que é entregue sob encomenda (SEN, 2010).

Sen (2010) considera a democracia como um elemento constitutivo básico para o aumento das liberdades e a eliminação de suas privações. Enfatiza que “desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial no processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 207). Pois a democracia possibilita para o conjunto da sociedade:

Uma dinâmica especial que garante o exercício da liberdade, simbolizada na discussão pública como condição indispensável para todo o seu processo de organização e, especialmente, para as necessárias opções que caracterizam um modelo de desenvolvimento sustentável (ZAMBAM, 2012, p. 207).

A importância da democracia no processo de desenvolvimento reside em três virtudes distintas. A primeira trata da sua importância direta para a vida humana associada às capacidades básicas como, por exemplo, de participação política e social. Valoriza-se a liberdade formal<sup>1</sup> e a liberdade substantiva<sup>2</sup> de expressão e

---

<sup>1</sup> O termo “liberdade formal” é usado por Sen para indicar os chamados direitos individuais que cada um tem de não ser proibido no exercício de suas faculdades ou direitos, exceto em casos em que a lei o determina. São liberdades sociais básicas as quais os cidadãos têm “direito” de serem

ação na vida dos indivíduos, onde a participação irrestrita em atividades políticas e sociais é importante. Além disso, a formação de valores requer diálogos abertos e uma boa comunicação, e as liberdades políticas e os direitos civis podem ser centrais neste processo. Isto, para que haja uma construção de valores e não uma simples imposição dos mesmos. Para tanto, a escolha democrática e a liberdade de expressão são essenciais para expor o que realmente é valorizado e que exige a devida atenção (SEN, 2010).

A segunda virtude refere-se ao papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política. “Os dirigentes têm incentivo para ouvir o que o povo deseja se tiverem de enfrentar a crítica desse povo e buscar seu apoio nas eleições” (SEN, 2010, p. 201). Nesse sentido, Sen (2010) frisa que a democracia torna-se um instrumento importante que a sociedade tem a disposição para diminuir riscos de catástrofes coletivas, como, por exemplo, de uma fome generalizada. “Nenhuma fome coletiva substancial jamais ocorreu em nenhum país independente com uma forma democrática de governo e uma imprensa relativamente livre” (SEN, 2010, p. 201). Logo, países com eleições regulares, partidos de oposição que expressam suas críticas e que permitem a comunicação de disseminação de notícias de forma livre e questionadora quanto à sabedoria das políticas governamentais sem grande censura, evitam que catástrofes, como o exemplo da fome coletiva, se materializem (SEN, 2010).

A terceira e última virtude da democracia, trata do seu papel construtivo na conceituação de “necessidades” como, por exemplo, a compreensão das “necessidades econômicas” em um contexto social. Isso requer discussão e diálogo, pois o exercício dos direitos políticos básicos e civis não se torna só fundamental na resposta política a uma necessidade econômica, mas também na sua própria conceituação e compreensão (SEN, 2010).

Os direitos políticos e civis, especialmente relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para processos

---

assegurados por tribunais ou órgãos administrativos. Sen também as chama de “liberdades processuais”, a fim de enfatizar os procedimentos que permitem a liberdade (SEN, 2010, p. 82).

<sup>2</sup> O termo “liberdade substantiva” inclui as capacidades elementares como estar livre da subnutrição, morbidez evitável, morte prematura ou fome crônica, por exemplo, bem como as liberdades associadas à alfabetização, liberdade de expressão, participação política, entre outra (SEN, 2010, p. 83).



de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas. Esses processos são cruciais para a formação de valores e prioridades, e não podemos, em geral, tomar preferências como dadas independentemente de discussão pública, ou seja, sem levar em conta se são ou não permitidos debates e diálogos (SEN, 2010, p. 202).

Nessa perspectiva, a democracia não é apenas uma condição institucional importante ao desenvolvimento, ela também é parte constitutiva dele. Democracia e desenvolvimento se integram, se complementam e se potencializam. Não há, portanto, como se falar em promoção do desenvolvimento sem aprimoramento da democracia.

A concepção geral de necessidade relaciona-se às ideias de natureza que podem evitar as privações e a compreensão do que pode ser feito sobre isso. Nessa lógica, as discussões públicas têm um papel fundamental na formação dessas compreensões e crenças, onde os direitos políticos e civis, como liberdade de expressão e discussão, são centrais para a conceituação das necessidades, bem como para a indução de respostas sociais às necessidades econômicas (SEN, 2010).

A relevância intrínseca, o papel protetor e a importância construtiva da democracia, são virtudes que realmente podem ser muito abrangentes. Mas, nenhuma avaliação da forma de governo democrático pode ser completa sem considerar cada uma delas (SEN, 2010, p. 203-207).

A democracia tem sido bem-sucedida na prevenção de calamidades, como exemplificado acima. Porém, há problemas, como a subnutrição regular ou analfabetismo na Índia, por exemplo, que não tem a mesma acessibilidade de solução. Estes e muitos outros problemas requerem uma análise mais aprofundada e uma prática mais integral da democracia, com uma comunicação e participação política mais eficaz (SEN, 2010).

Bovero sustenta que

A democracia consiste em uma quota igual (formalmente e em princípio) de participação no processo político de decisão [...], esta atribuição igualitária justifica-se com base no reconhecimento, ou melhor, na pressuposição de que os juízos, as opiniões e as orientações políticas de todos os indivíduos [...] têm a mesma dignidade; por sua vez, esta pressuposição (supõe) que eventuais diferenças de classe social não influenciam na capacidade de formular juízos e de deliberar, isto é, na dignidade política dos indivíduos (COELHO; NOBRE, 2004, p. 95 *apud* BOVERO, 2000).

De acordo com Pizzio e Santos (2013), o reconhecimento torna-se “fundamental na medida em que a modernidade, por meio do individualismo e do igualitarismo que a caracterizam, cria a expectativa de que todos podem aspirar a igual reconhecimento por parte da sociedade e do Estado” (PIZZIO; SANTOS, 2013, p. 263).

De acordo com Fraser (2001), na proposição do princípio da paridade de participação, onde a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os indivíduos da sociedade interagir entre si de forma igualitária, aponta que são necessárias duas condições para que a paridade participativa seja possível. A primeira tem relação com a distribuição de recursos materiais que garantam a “voz” e a independência dos participantes, o que impede a existência de níveis de dependência e desigualdades econômicas que dificultem a igualdade de participação. A segunda requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem o respeito igualitário por todos os participantes e garantam oportunidades iguais, a fim de alcançar a consideração social. Desta forma, a necessidade tanto de demandas de redistribuição quanto de reconhecimento, dão norte para a sua resolução e justificação das reivindicações por justiça social, sendo um guia para os debates públicos que só são possíveis a partir de uma deliberação democrática (FRASER, 2001).

É importante salientar que a democracia deve ser vista como criadora de oportunidades, e o uso destas requer uma análise que aborde a prática da democracia e dos direitos políticos. Logo, essas oportunidades que a democracia oferece, para alcançar o que é almejado, devem ser positivamente aproveitadas, mas a sua eficácia depende muito do modo como elas são realmente exercidas (SEN, 2010).

Nesse sentido, reconhecer a importância das instituições democráticas é não vê-las como dispositivos meramente mecânicos para o desenvolvimento.

Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis. O papel de grupos opositoristas é particularmente importante nesse contexto (SEN, 2010, p. 208).

Do mesmo modo a educação, por exemplo, adquire relevância adicional, pois deixa de ser instrumento de capacitação das pessoas para a atividade econômica e

passa a ser também dispositivo preparatório para o exercício da democracia. A democracia, nessa perspectiva, implica em acesso pleno à educação, e o acesso pleno à educação fortalece a democracia na medida em que habilita as pessoas no seu papel de cidadão ativo.

A participação passa a ser concebida como aquisição e extenso da cidadania ativa com a inserção maciça dos indivíduos no processo político, mediante a ampliação do sufrágio e, mais recentemente, a construção de novos direitos e a luta pela superação de vários tipos de discriminação e desigualdades. Trata-se do tipo de participação dos movimentos sociais, ONGs e grupos de cidadãos, capaz de sedimentar um sentimento maior de identidade e de integração (TEIXEIRA, 2002, p. 38).

Habermas (1997) argumenta que o processo de comunicação, em espaços públicos, antecede e auxilia a própria formação da vontade dos cidadãos, o que dá fundamentação e legitimação ao processo democrático. Em sua teoria do discurso, propõe-se um procedimento ideal para a deliberação e tomada de decisão, que estabelece “um nexos interno entre considerações pragmáticas, compromissos, discursos de auto-entendimento e discursos de justiça, fundamentando a suposição de que é possível chegar a resultados racionais e equitativos” (HABERMAS, 1997, p. 19). Nesta teoria,

A razão prática passa dos direitos humanos universais ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade para as regras do discurso e as formas de argumentação que extraem seu conteúdo normativo da base de validade do agir, orientado em última instância, da estrutura de comunicação linguística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa (HABERMAS, 1997, p. 19).

A operacionalização deste procedimento depende da institucionalização das formas correspondentes dos processos e pressupostos comunicacionais como também das deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se constituem de modo informal. Deste modo, a fundamentação e legitimação do processo democrático provêm dos procedimentos e dos pressupostos comunicativos de formação democrática da opinião e das vontades da sociedade com o sistema político, que não regem o sistema administrativo, mas podem direcioná-lo na realização de programas. Ou seja, a opinião pública transformada em poder comunicativo, auxilia na proposição e tomada de decisões governamentais, que estejam de acordo com a realidade vivida (HABERMAS, 1997). Este poder é resultado

Das interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente, as quais encontram, por seu turno, uma base nas associações de uma sociedade civil que se distancia tanto do Estado como da economia (HABERMAS, 1997, p. 18).

A fim de explicitar os processos de comunicação e de tomada de decisão do sistema político, Habermas (1997) se baseia no modelo de centro-periferia, desenvolvido por B. Peters, o qual é estruturado através de um sistema de comportas ou “eclusas”<sup>3</sup>. O centro do sistema político, ou núcleo, é formado pela administração (governo), o judiciário e a formação democrática da opinião e da vontade (incluindo-se nesta, corporações parlamentares, concorrências entre partidos, eleições políticas, entre outros). Na margem, tem-se a periferia, que abrange instituições variadas, as quais são atribuídas de tipos diferentes de autoadministração ou funções estatais delegadas, de soberania ou controle (grupos de interesse, universidades, sindicatos, associações, fundações, entre outros). Logo, tem-se a formação das vontades democráticas em espaços institucionais e a composição da opinião e vontades informais em espaços que não sejam institucionais, onde na inter-relação entre ambos, através da esfera pública<sup>4</sup>, que se encontra a possibilidade da fundamentação e legitimação do processo democrático.

Assim, a existência de uma institucionalidade democrática não é suficiente para haver uma democracia em seu sentido amplo. É necessário que as pessoas

---

<sup>3</sup> Habermas utiliza o conceito de comportas ou “eclusas” no sentido de aproximação entre a opinião e da vontade política formada na periferia e o centro do sistema político, por meio de uma esfera pública, que se caracteriza como categoria normativa chave do processo político deliberativo. “Quando nos servimos dessa ideia de democracia, que traduz em termos sociológicos a teoria do discurso descobrimos que as decisões impositivas, para serem legítimas, têm de ser reguladas por fluxos comunicacionais que partem da periferia e atravessam comportas dos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, antes de passar pela porta de entrada do complexo parlamentar ou dos tribunais (e às vezes antes de voltar pelo caminho da administração implementadora). Somente então é possível evitar que o poder do complexo administrativo ou poder social das estruturas intermediárias que têm influência no núcleo central se tornem independentes em relação ao poder comunicativo que se forma no complexo parlamentar” (HABERMAS, 1997, p.89).

<sup>4</sup> A esfera ou espaço público “é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracterize através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92).

sejam capazes de participar ativamente do debate público, e que tenham motivação para fazê-lo. É preciso que as pessoas tenham informação sobre as alternativas disponíveis, que sejam capazes de refletir sobre as consequências de cada uma delas, de fazer projeções, de desenvolver posicionamentos e de defendê-los na esfera pública do debate democrático. É preciso, enfim, que os cidadãos sejam autores de seus próprios discursos na arena política, que o construam e apresentem com autonomia e liberdade, e que possam fazê-lo em condições de igualdade política.

Nesse sentido, no modelo discursivo da democracia de Habermas (1997), vê-se que a tomada de decisões não está atrelada apenas ao sistema político, mas também a sociedade como um todo. A democracia tem esta relação entre as decisões tomadas no núcleo, pelo sistema político, que devem estar fundamentadas e justificadas no âmbito da sociedade, através da comunicação que parte de uma esfera pública.

A esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-lo, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar (HABERMAS, 1997, p. 91).

Este processo dentro da esfera pública funciona como uma “caixa de ressonância” onde os problemas a serem elaborados e discutidos pelo sistema político encontram eco. A sociedade civil, nessa perspectiva, “compõem-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99). Assim, há a capacidade de institucionalização de problemas sociais que podem se tornar em questões de interesse geral a serem solucionados pelo sistema político democrático.

As discussões e debates políticos podem exercer um papel essencial na formação de valores e até mesmo na identificação de necessidades, influenciadas pela participação e diálogo públicos, e que são permitidos pelas liberdades políticas e pelos direitos civis. Porém, não só a discussão pública se correlaciona com a democracia, mas também o seu cultivo, que pode influenciar positivamente e fazer

com que o próprio sistema democrático funcione melhor (SEN, 2010). A democracia precisa se tornar um valor, um parâmetro de ação e de discurso não apenas na esfera pública, mas em todas as dimensões da vida.

Assim, é importante destacar a relevância e a necessidade da democracia como fonte crucial de oportunidades sociais que promovam a ampliação das liberdades e o desenvolvimento, mas também ainda é preciso ver os caminhos e os meios para fazê-la funcionar de uma forma mais eficiente (SEN, 2010). Ou seja, é preciso fazer a democracia funcionar para toda a sociedade, contribuindo com a consolidação e o fortalecimento do sistema político democrático, através da participação e articulação dos indivíduos e do próprio Estado, oportunizando e fomentando a disseminação de uma cultura cívica democrática. Isso porque a democracia não se consolida por si só ou funciona como dispositivo mecânico para o desenvolvimento. É necessária a promoção de arranjos institucionais e também uma cultura democrática.

Partindo deste entendimento, buscou-se neste estudo identificar se há uma cultura política de participação, ou seja, democrática, ou outro tipo de cultura política no município de Santo Cristo/RS e a suas possíveis influências na percepção e conhecimento sobre as instituições políticas locais, de acordo com os conceitos até aqui abordados pelos autores. Visou-se verificar se há diferenças nas percepções de acordo com as tipologias encontradas dentre a população santo-cristense, fazendo-se uma análise de sua ação sobre o processo democrático e desenvolvimento local.

## 2.2 ABORDAGENS DA DEMOCRACIA: ÊNFASE NA DIMENSÃO LOCAL

Entre os anos de 1970 e 1980 houve um significativo processo de redemocratização pelo mundo, configurando-se como a *terceira onda de democratização*, tornando a democracia o regime político preferido dos cidadãos na maior parte dos países (MOISES, 2008). Esta onda se caracterizou pela capacidade de mobilização dos diversos setores da sociedade em reivindicarem o seu direito de participação política, através da adoção de espaços compartilhados de deliberação sobre decisões públicas entre sociedade e o poder institucionalizado. Naquele momento, a descentralização político-administrativa do Estado era vista como algo positivo em relação à democracia, eficiência e inovação da administração pública (ROCHA, 2009). Mas isso não se aplica a todos os países que sofreram a transição

de um regime não-democrático para o democrático, pois segundo Moisés (2008, p. 13), em uma perspectiva comparativa o processo de democratização das últimas décadas mostra que “os novos regimes são bastante diferentes entre si e que não existe uma única via para a institucionalização da democracia”.

Nessa perspectiva Rocha (2009) argumenta que o desenvolvimento da democracia pressupõe o fortalecimento das instituições políticas locais, para facilitar e viabilizar a participação dos cidadãos nas decisões públicas. Em nosso país, a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresentou, como uma de suas características, a revalorização do poder local através da municipalização, onde há a descentralização do poder da União àqueles entes governamentais que estão mais próximos dos cidadãos, os municípios. Estes se configuram pela tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração<sup>5</sup> (MORAES, 2016).

A administração pública municipal define-se como poder de gestão do Estado, onde se desenvolvem atividades para a “consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício de função administrativa do Estado” (MORAES, 2016, p. 347). José Tavares (1992, p.21) complementa que a administração pública é “o conjunto das pessoas coletivas públicas, seus órgãos e serviços que desenvolvem a atividade ou função administrativa”.

Nesse sentido, o fortalecimento das instituições políticas locais influencia na proposição de soluções para setores excluídos social, econômica e politicamente, com o objetivo de serem adotadas políticas mais redistributivas e que estejam de acordo com a realidade da população em questão (ROCHA, 2009). A maior proximidade entre sociedade civil e poder público, além do exercício da participação, ensejaria uma educação para a cidadania, oportunizando o desenvolvimento de “virtudes cívicas, como: maior capacidade de iniciativa no espaço público, maior

---

<sup>5</sup> O município se auto-organiza através da sua Lei Orgânica Municipal, a qual deverá sempre respeitar os limites impostos pela Constituição da República e pela Estadual. E, posteriormente, por meio da edição de leis municipais que atendam os assuntos de interesse local. Quanto ao autogoverno, ocorre mediante eleição direta de seu prefeito, vice-prefeito e vereadores, sem qualquer interferência dos governos federal e estadual. E por fim, a autoadministração se realiza no exercício de suas competências administrativas, legislativas e tributárias, definidas constitucionalmente (MORAES, 2016).

equidade e justiça social, e maior controle social sobre o Estado” (ROCHA, 2009, p. 866).

#### O funcionamento adequado destas instituições

[...] requer a presença de elementos de justificação de sua função, os quais estão relacionados com convicções dos cidadãos a respeito da sua missão e do seu funcionamento. A ideia é que instituições não são instrumentos neutros de realização de interesses e preferências, mas correspondem a escolhas normativas da sociedade sobre como processar seus conflitos constitutivos (MOISES, 2008, p. 15).

Assim, o Estado democrático participativo se desenvolve e se legitima, não sendo levado em conta apenas a institucionalização, mas também a participação ativa dos indivíduos, considerando como se sentem e pensam em relação às instituições, bem como as suas atitudes a respeito delas, para que o sistema democrático funcione bem e se sustente.

Porto (2003) complementa ao afirmar que para a solução do dilema de consolidação do regime democrático deve ser considerado muito mais do que a simples esfera da informação, devendo se incorporar a habilidade das pessoas de interpretar a realidade e construir significados. Neste sentido, o autor propõe o modelo do *cidadão interpretante*, no qual os “indivíduos não se baseiam apenas em informações, mas também, e de forma mais importante, em enquadramentos interpretativos, para elaborar uma concepção razoavelmente consistente do mundo” (PORTO, 2003, p. 89).

O modelo *cidadão interpretante*, proposto por Porto (2003) pressupõe que mesmo os “cidadãos com baixos níveis de informação podem ter acesso a atalhos que permitem a eles ou elas desenvolver preferências coerentes sobre assuntos públicos quando existe um amplo leque de enquadramentos na esfera pública” (PORTO, 2003, p. 89). Ou seja, os cidadãos podem sistematizar e facilitar as suas escolhas políticas de uma forma eficiente, conforme estas escolhas são organizadas e simplificadas pelo próprio processo político (PORTO, 2003). Sai-se da atenção dada apenas ao aspecto cognitivo dos indivíduos sobre estarem bem informados a respeito do processo político, para as características criadas pelo meio ambiente político. Nessa perspectiva, é preciso também dar ênfase a como este ambiente político pode ser influenciado por grupos ou instituições sociais, podendo causar danos à democracia, uma vez que, através do controle dos enquadramentos



disponíveis na esfera pública, grupos subalternos podem ser persuadidos por atalhos promovidos por grupos de elite que queiram construir e atender apenas as suas preferências, principalmente através da utilização da mídia (PORTO, 2003).

Logo, a interpretação da realidade política pelos indivíduos pode ser dada pela

Disponibilidade de interpretações alternativas dos eventos e temas políticos nos ambientes político e comunicacional. Apenas quando expostos a enquadramentos interpretativos diferentes os cidadãos têm acesso aos atalhos que permitem a eles ou elas pensar sobre a situação política de forma mais complexa e original, mesmo quando não estão bem informados (PORTO, 2003, p. 93).

Em termos gerais de direitos culturais básicos, o modelo *cidadão interpretante* se pauta em um nível de igualdade política maior entre os cidadãos, considerando que a igualdade participativa na formação de opinião pública é um ponto importante para a consolidação de um regime democrático. Isto porque o modelo sugere “que a participação democrática pressupõe não apenas acesso à informação, mas também a existência, nos meios ambientes políticos e comunicacionais, de marcos interpretativos<sup>6</sup> que permitem aos cidadãos fazerem sentido das informações” (PORTO, 2003, p.94). Assim, são promovidos entendimentos apropriados sobre o mundo político, que tenham significados para os indivíduos.

Para tanto, instituições formais democráticas não são suficientes. É preciso uma cultura política que seja congruente com elas. Nas palavras de Almond e Verba (1972, p. 172) “*Una forma democrática del sistema político de participación requiere igualmente una cultura política coordinada con ella*”. Ou seja, para uma boa governança, a harmonia social e institucional política são essenciais. O consenso é tido como pré-requisito de uma democracia estável, visto que o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições, através das virtudes e práticas da sociedade, fortalecendo o governo democrático (PUTNAM, 2006).

Nessa perspectiva, a fim de explicar melhor a relação entre as atitudes dos cidadãos e o processo de democratização, é válido refletir sobre as duas dimensões da democracia: a cultural e a institucional. A abordagem cultural da democracia trata

---

<sup>6</sup> Marcos interpretativos apontam para vínculos, padrões e processos, sugerindo explanações. Eles traduzem informação e experiência em conhecimento (PORTO, 2003, p 94).

de uma cultura política formada através dos processos de socialização que interagem com a experiência política e que podem influir sobre a estabilidade ou mudança do regime, a partir de uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos das pessoas com o meio político (MOISÉS, 2008).

Almond e Verba, em sua obra “*La Cultura Cívica*”, publicado originalmente em 1963, enfatizam a tese de que a consolidação da democracia demanda uma cultura cívica que esteja de acordo, que dê sustentação, estabilidade e efetividade ao sistema democrático. As instituições por si só não consolidam um regime de governo. É preciso uma internalização, na sociedade, de uma cultura política que considere e respeite as leis e os princípios democráticos, promova a participação e o interesse da sociedade pela política, a tolerância, confiança interpessoal e institucional.

O conceito de “democracia forte” formulado por Benjamin Barber apresenta que

A democracia forte baseia-se na ideia de uma comunidade autônoma de cidadãos que estão unidos menos por interesses homogêneos do que pela educação cívica. E que são capazes de buscar objetivos comuns e de agir com reciprocidade graças a seu espírito cívico e às suas instituições participativas, e não ao seu altruísmo ou à sua boa índole. A democracia forte é compatível, ou melhor, depende da política do conflito, da sociologia do pluralismo e da separação entre as esferas de ação pública e privada (apud PUTNAM, 2006, p. 130)

Nesse sentido, a abordagem cultural propõe que quando se fala em cultura política de uma sociedade, refere-se ao “*sistema político que informa los conocimientos, sentimientos y valoraciones de su población. Las personas son inducidas a dicho sistema, lo mismo que son socializadas hacia papeles y sistemas sociales no políticos*” (ALMOND; VERBA, 1972, p. 180). Logo, tem-se a participação ativa dos indivíduos na deliberação de assuntos públicos no sistema político.

Já a abordagem institucional da democracia, propõe uma avaliação a partir de “dados sobre eleições, competição entre partidos e o funcionamento dos sistemas presidencialista e parlamentarista, utilizando-se de indicadores agregados de funcionamento das instituições políticas, desempenho de governos ou a relação entre o Executivo e Legislativo” (MOISES, 2008, p. 16). Leva-se em consideração a eficiência das instituições, as quais são produtos de uma escolha racional de atores relevantes, bem como das avaliações coletivas do sistema político. Não se

considera que valores políticos ou uma orientação cultural influencie na consolidação de um regime democrático, ao menos não de forma decisiva (MOISES, 2008).

Diferente da abordagem cultural, a institucional pressupõe que o apoio da sociedade civil ao regime democrático depende da avaliação dos cidadãos em relação às suas experiências com o poder público, sendo isso algo realizado em um curto prazo, baseando-se em um cálculo de custo/benefício. Quanto melhor o funcionamento das instituições, maior o nível de confiabilidade política e atitudes de apoio da sociedade civil (MOISES, 2008).

Mesmo havendo divergências entre as duas abordagens, MOISES (2008) enfatiza que tanto a questão cultural quanto a institucional são fundamentais na consolidação de um regime democrático.

A ideia é que tanto a tradição da cultura política como a que valoriza o formato e o desempenho das instituições influem sobre como os cidadãos se relacionam com o regime democrático. As orientações formadas durante processos originários de socialização, embora importantes para definir tendências atitudinais de longo prazo, interagem, mesclando-se de forma não linear com julgamento político decorrente da experiência dos cidadãos com as instituições. Em outras palavras, a combinação de orientações derivadas de valores com a avaliação propiciada pela experiência política prática forma o terreno em que se definem as atitudes e as reações dos cidadãos sobre o regime democrático (MOISES, 2008, p. 18).

Putnam (2006) em seu estudo da experiência regional italiana aponta que tanto a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos, quanto o desempenho institucional é condicionado pela história, além do desempenho prático das instituições ser moldado pelo contexto social em que elas atuam. “Assim como um indivíduo pode definir e defender seus interesses diferentemente em diferentes contextos institucionais, também uma instituição formal pode atuar diferentemente em diferentes contextos” (PUTNAM, 2006, p. 24). É preciso entender o contexto social e também verificar quais as características que exercem maior influência no desempenho das instituições (PUTNAM, 2006)<sup>7</sup>.

Assim, as escolhas e a adesão dos indivíduos ao regime democrático têm uma natureza complexa e multidimensional. Envolvem a aceitação da democracia como um ideal, além da rejeição maior ou menor das suas alternativas, a

---

<sup>7</sup> No caso do presente estudo, será dada ênfase à percepção e conhecimento dos indivíduos sobre as instituições políticas locais.

insatisfação com as experiências e seus resultados, e atitudes que misturam ou confundem as escolhas dos indivíduos. Logo, para haver uma confiança política e uma adesão maior à democracia, tanto a cultura política como o funcionamento das instituições democráticas importam na consolidação efetiva do regime democrático (MOISES, 2008).

Nesse sentido, buscou-se neste estudo entender o contexto, com uma ênfase maior à abordagem cultural, sobre o sistema político dentro de uma esfera local, no caso, o município de Santo Cristo/RS, a fim de entender quais as características que influenciam nas atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação ao mundo político no qual se inserem. E também, sobre a percepção dos mesmos sobre as instituições políticas locais, com intuito de compreender e identificar qual o tipo de cultura política instaurado no referido município.

Isso, tendo em vista, que o desenvolvimento da democracia presume o fortalecimento das instituições políticas locais para facilitar e viabilizar a participação dos cidadãos nas decisões públicas, desde a descentralização das ações governamentais do Estado aos municípios, havendo uma maior aproximação com a sociedade civil. O que conseqüentemente infere na consolidação e legitimação do regime democrático e de estabilização política. O fortalecimento do poder das instituições locais e a criação de espaços de participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão potencializa a eficiência das ações públicas, além de possibilitar adequações das decisões públicas às reais demandas da sociedade.

Mas, para que isso seja eficiente, torna-se primordial uma cultura política que tenha valores, crenças e atitudes democráticas, a fim de incentivar e subsidiar uma interpretação e participação dos indivíduos de forma que possam influenciar na tomada de decisão do sistema político em prol dos interesses da coletividade. O que também pode auxiliar na melhora da gestão da administração local, controlando as ações governamentais e debatendo os problemas e necessidades que sejam relativos à realidade vivida.

Logo, estudos sobre a cultura política local, sobre o que está mais próximo, trazem uma grande oportunidade para a compreensão e caracterização dos aspectos e a dinâmica do sistema político em geral. Ou seja, entender o contexto do qual se faz parte, analisando-se orientações resultantes de valores com as avaliações promovidas pela experiência política na prática, influenciam na definição das

atitudes e reações dos indivíduos sobre o regime político instaurado, podendo ampliar a compreensão sobre o que ocorre em um contexto mais amplo.

### 2.3 CULTURA POLÍTICA

A obra *“La Cultura Cívica”* (1972), publicada originalmente em 1963, de autoria dos cientistas sociais Gabriel Almond e Sidney Verba, constitui um divisor de águas no estudo da cultura<sup>8</sup> política no âmbito das ciências sociais. O trabalho dos autores buscou identificar os tipos de atitudes que se associam a sistemas democráticos de funcionamento estável. Para isso, foram analisadas e comparadas as culturas políticas de cinco democracias: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México. Estes países foram selecionados por representarem, à época, experimentos relativamente positivos – e em distintos estágios de consolidação- de um governo democrático.

A cultura cívica de cada uma destas nações se baseia em suas experiências históricas e estruturas políticas e sociais, que são diferentes. Desta forma, o conceito de cultura cívica, definido por Almond e Verba (1972), supõe a existência de certos padrões de atitudes e comportamentos políticos para o alcance de um regime democrático em cada país, bem como a existência de uma congruência destes com as estruturas institucionais da democracia. Trata da relação entre orientações subjetivas e instituições que, de forma sintetizada, sustenta que o sucesso de um sistema político depende significativamente da compatibilidade e engajamento entre suas instituições e o conjunto de valores, crenças e atitudes partilhadas pela população (RIBEIRO, 2007). Ou seja, uma democracia consolidada implicaria, segundo a abordagem, na confluência entre um arranjo institucional democrático e a existência, entre a população, de uma cultura cívica capaz de dar sustentação a esse arranjo institucional.

---

<sup>8</sup> O conceito de cultura usado por Almond e Verba (1972) é na orientação psicológica para objetos sociais. Quando se fala na cultura política de uma sociedade, refere-se ao sistema político que informa os conhecimentos, sentimentos e avaliações de sua população. As pessoas são induzidas a esse sistema, assim como são socializadas para papéis e sistemas sociais não políticos. Os conflitos de culturas políticas têm muito em comum com outros conflitos culturais e os processos políticos de aculturação se entendem melhor se olhar para eles em termos de resistências e tendências à fusão e incorporação de mudanças culturais em geral. Deste modo, o conceito de cultura política ajuda a evitar a ambiguidade de termos antropológicos tão gerais quanto da ética cultural, e também para evitar a suposição de homogeneidade que o conceito implica.

Almond e Verba (1972) enfatizam que a cultura cívica não é a cultura política, como é visto em muitos textos. A cultura cívica é uma cultura leal de participação, onde os indivíduos não estão apenas orientados para assuntos de *input*, mas são também positivamente orientados para as estruturas e os processos, não se limitando apenas a normas de conduta de como devem agir em uma democracia. Espera-se que sejam parte ativa da política e se sintam envolvidos nela, agindo mais de forma racional do que emocional, sendo bem informados para tomar as suas decisões. Mas, mais uma importante característica da cultura cívica é a combinação das orientações políticas de participação com as de súdito e paroquiais, sem uma tomar o lugar da outra. Os indivíduos tornam-se participantes do processo político, sem abandonar as suas orientações de súdito e paroquial. Além disso, é possível que não apenas mantenham as três orientações ao mesmo tempo, mas as de súdito e paroquial são congruentes com as de participação. As atitudes favoráveis a participação dentro do sistema político desempenham um papel mais importante na cultura cívica, mas influenciam também nas outras atitudes não políticas, como a confiança em outras pessoas e participação social em geral. Ou seja, é possível que haja, em uma dada democracia, uma cultura política de apatia, de não participação e de não valorização das estruturas políticas democráticas. Neste caso, teremos ausência de cultura cívica, mas como decorrência da cultura política, não como reflexo de sua ausência. Ou, dito de outro modo, a cultura cívica é uma possibilidade dentre distintas culturas políticas existentes.

A partir do estudo comparativo das culturas políticas destas cinco democracias contemporâneas, é afirmado por Almond e Verba (1972) que *“la cultura política de una nación consiste en la particular distribución entre miembros de las pautas de orientación hacia los objetos políticos”* (ALMOND: VERBA, 1972, p. 180). Mas antes desta distribuição são necessários alguns meios para verificar sistematicamente quais as orientações individuais dos cidadãos e os tipos de objetos políticos para os quais são orientados (ALMOND: VERBA, 1972).

Nesse sentido, o estudo de Almond e Verba (1972) se baseia nos padrões psicológicos de manifestação de valores, crenças e atitudes individuais em relação à democracia e apresenta que as atitudes e os comportamentos políticos dos cidadãos se baseiam em três tipos de orientações, as quais se referem aos aspectos internalizados de objetos e relações. A primeira delas é a orientação cognitiva, que diz respeito ao conhecimento e às crenças sobre o sistema político, suas instituições

e os papéis que executam e sobre os agentes que nelas atuam. Também, trata da implicação dos papéis exercidos em seus aspectos políticos (*inputs*) e administrativos (*outputs*).

A segunda orientação é a afetiva, que remete aos sentimentos em relação ao sistema político, às suas funções, seus agentes e ações. Além disso, envolve a percepção e o sentimento de si mesmo como membro do sistema político, bem como a sua relação com os demais cidadãos e do seu lugar na sociedade (ALMOND; VERBA, 1972).

Por fim, a terceira orientação, a avaliativa, que se refere aos juízos e opiniões sobre os objetos políticos, que envolvem a combinação de critérios de valor com informações e sentimentos (ALMOND; VERBA, 1972).

Estas orientações políticas, componentes da cultura política, podem explicar a motivação das atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação aos objetos políticos. Estes objetos seriam o sistema político em geral, de um lado e a autoimagem no outro extremo, envolvendo as estruturas detentoras de papéis e decisões, classificadas, de forma ampla, em processo político (*inputs*) e processo administrativo (*outputs*) de demandas individuais e coletivas (ALMOND; VERBA, 1972).

O sistema político em geral inclui sentimentos de patriotismo ou desprezo pelo mesmo, o conhecimento e as avaliações de uma nação (em pequena, grande, fraca ou forte) e de um sistema político (constitucional, socialista ou democrático). O outro campo, a autoimagem, tem como elemento o político ativo o conteúdo e a qualidade do senso de competência pessoal. Entre estes extremos, tem-se o processo político (*inputs*), onde se entende que ocorre a corrente de demandas que vão da sociedade ao sistema político e a conversão dessas demandas em princípios, de autoridades governamentais, através de partidos políticos, grupos de interesses e meios de comunicação. No processo administrativo (*outputs*) entende-se aquilo mediante o qual são aplicados ou impostos os princípios da autoridade governamental. Incluem-se neste processo, predominantemente, as instâncias burocráticas e os tribunais de justiça (ALMOND; VERBA, 1972).

Almond e Verba (1972) enfatizam que é preciso saber para quais objetos políticos os indivíduos são orientados, como eles são orientados em relação aos mesmos e se estes objetos estão enquadrados predominantemente na parte superior da ação política ou na parte inferior da imposição política. Este é o ponto

importante para a classificação das culturas políticas que serão abordadas posteriormente.

Para uma melhor compreensão sobre orientações individuais em relação aos objetos políticos, a matriz simples de 3 por 4 elaborada por Almond e Verba (1972) em seu estudo, auxilia na visualização deste processo, considerando-se que a escala de frequência é de 0-1, quando se faz a classificação de culturas, que será apresentada com maior ênfase posteriormente. Vejamos quadro 1:

Quadro 1 - Dimensões de orientação política

<b>Objetos</b> <b>Orientações</b>	1 Sistema Político Geral	2 Processo Político ( <i>inputs</i> )	3 Processo Administrativo ( <i>outputs</i> )	4 Autoimagem (Eu mesmo como objeto)
Cognitiva	0-1	0-1	0-1	0-1
Afetiva	0-1	0-1	0-1	0-1
Avaliativa	0-1	0-1	0-1	0-1

Fonte: Adaptado de Almond e Verba (1972, p. 181)

A partir desta matriz, indica-se que a orientação política de um indivíduo pode ser comprovada sistematicamente ao analisar os seguintes extremos em cada objeto político:

1. Qual o conhecimento sobre a sua nação e sistema político em termos gerais, de sua história, situação, poder, características constitucionais e outros temas semelhantes? Quais seus sentimentos em relação a essas características? Quais são suas opiniões e julgamentos sobre os mesmos?
2. Que conhecimento tem das estruturas e papéis das diferentes elites políticas e dos princípios de governo implicados na corrente superior da função política ativa? Quais são os seus sentimentos e opiniões sobre as estruturas, os líderes políticos e os programas de governo?



3. Que conhecimento possui sobre a corrente inferior da imposição política, das estruturas, indivíduos e decisões envolvidas nesses processos? Quais são os sentimentos e opiniões sobre eles?
4. Como considera a si mesmo enquanto membro do seu sistema político? Que conhecimento tem de seus direitos, faculdades, obrigações e da estratégia a seguir para ter influência política? O que pensa de suas possibilidades? Quais normas de participação ou de execução reconhece e emprega ao formular julgamentos e opiniões políticas? (ALMOND; VERBA, 1972).

A cultura política é constituída pela frequência de diferentes espécies de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas, em relação aos objetos políticos de sistema político em geral, processo político e administrativo e pelo próprio indivíduo como membro ativo da política. E para *“caracterizar la cultura política de una nación significa, en efecto, rellenar una matriz semejante mediante una muestra válida de su población”* (ALMOND; VERBA, 1972, p. 182).

Com base nisso, passa-se a apresentar a classificação das três principais culturas políticas desenvolvida por Almond e Verba (1972). A primeira a ser definida é a *cultura política paroquial*. Quando a frequência da orientação ao objeto de sistema político geral, processo político e administrativo e autoimagem, conforme o quadro 1, se aproximam de zero, pode-se falar em uma cultura política paroquial. Nela não existem papéis políticos especializados. Há uma confusão entre os papéis da política, economia e religião, sendo difusos, do tipo político-econômico-religioso. Para os membros dessas sociedades, a orientação política em relação a esses papéis, não está separada de suas orientações religiosas ou sociais. Possuem o conhecimento de uma autoridade governamental, porém a compreensão sobre o seu papel e funcionamento é mínima, sendo que não apresentam interesse no conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, não havendo previsões de evolução do mesmo. O indivíduo não espera nada ou espera muito pouco do sistema político. O foco está no mundo político local, mais próximo do indivíduo. Esse paroquialismo, dentro dos mais diversos sistemas políticos, tende a ser afetivo ou avaliativo, antes que cognitivo. Ou seja, os indivíduos podem ter consciência, mesmo que de um modo confuso e obscuro, da existência de um regime político central, mas seus sentimentos em relação a isso são incertos ou negativos e

nenhum padrão foi assimilado para regular as suas relações com o referido sistema central (ALMOND; VERBA, 1972).

A *cultura política de súdito* é o segundo tipo. Nesta cultura ocorre uma frequência mais elevada de orientações para o objeto de sistema político geral e para o objeto de processo administrativo. Mas, para o objeto de processo político e de autoimagem como participante ativo se aproximam de zero. Ou seja, a média da frequência neste tipo de cultura fica em 0,5. O “súdito” tem consciência de uma autoridade governamental, estando orientado de forma afetiva para ela, podendo gostar ou não da mesma, avaliando-a como legítima ou ilegítima. Consiste em uma relação passiva dos indivíduos com as estruturas políticas, ficando sujeitos às ações governamentais, preferindo não interferir ou participar das mesmas, não se colocando como agente político ativo. Trata-se de uma orientação puramente subjetiva que será dada preferencialmente em uma sociedade onde não existe uma estrutura política diferenciada. A orientação do súdito em sistemas políticos que desenvolveram instituições democráticas tende sempre a ser afetiva e avaliativa ao invés de cognitiva (ALMOND; VERBA, 1972).

Por último, a terceira principal cultura política, a *cultura de participação*. Nela, os membros da sociedade tendem a estar explicitamente orientados para o sistema político geral, para as suas estruturas e processos políticos e administrativos, de forma favorável ou desfavorável para as diversas classes de objetos políticos. Tendem a ter sua autoimagem como político ativo, embora seus sentimentos e avaliações desse papel possam variar de aceitação a rejeição total. Sua média geral no quadro 1 se aproxima de um, indicando que os indivíduos são capazes e querem participar e influenciar ativamente nas ações governamentais, pois sentem-se diretamente afetados por elas. Trata-se da cultura democrática em sua dimensão plena. Nela, a orientação tende a ser afetiva, avaliativa e cognitiva (ALMOND; VERBA, 1972).

Em suma, as três culturas políticas e as frequências das orientações em relação aos objetos políticos apresentadas, levando-se em conta a proposição da matriz 3 por 4, exposta no quadro 1, pode ser observada da seguinte forma no quadro 2:

Quadro 2- Tipos de cultura política

<b>Objetos</b> <b>Tipos de cultura</b>	1 Sistema Político Geral	2 Processo Político ( <i>inputs</i> )	3 Processo Administrativo ( <i>outputs</i> )	4 Autoimagem (Eu mesmo como objeto)
Paroquial	0	0	0	0
Súdito	1	0	1	1
Participação	1	1	1	1

Fonte: Adaptado de Almond e Verba (1972, p. 184)

A tripla classificação de cultura política não implica em uma homogeneidade ou uniformidade de culturas políticas. Trata-se, em termos weberianos, de tipos ideais, de referências para a compreensão da realidade. Mesmo havendo sistemas políticos predominantemente com uma cultura de participação, podem incluir, mesmo que em casos específicos, culturas de súdito e paroquial (ALMOND; VERBA, 1972). Mesmo com esta adição de orientações de participação às outras orientações de súdito e do paroquialismo não deixam inalteradas essas orientações “mais primitivas”. As orientações paroquiais, por exemplo, devem readaptar-se quando entram em contato com orientações novas e mais especializadas e, da mesma forma, quando adquirem orientações de participação, mudam as orientações de paroquialismo e de súdito.

Algumas das diferenças mais características nas culturas políticas das cinco democracias estudadas por Almond e Verba, resultaram da amplitude e da maneira como foram combinadas, fundidas ou misturadas às orientações paroquiais, de súdito e de participação nos indivíduos, em um sistema político (ALMOND; VERBA, 1972). “*Las imperfecciones de los procesos de socialización política, las preferencias personales y las limitaciones de la inteligencia o de las oportunidades para aprender continuarán dando paso a elementos súbditos o parroquiales, incluso en democracias bien aseguradas y estables*” (ALMOND; VERBA, 1972, p. 185).

*Hay así dos aspectos de heterogeneidade o mezcla cultural. El ciudadano es una mezcla particular de orientaciones de participación, súbdito y*

*parroquialismo, y la cultura cívica es una mezcla particular de ciudadanos, súbditos y elementos parroquiales. Para el ciudadano, necesitamos conceptos de proporción, principios y congruencia para tratar los modos en que su conjunto de actitudes de participación, de súbdito y parroquiales están orientadas hacia un resultado efectivo. Para la cultura cívica necesitamos los mismos conceptos de proporción, principios y congruencia para tratar el problema de conocer qué mezcla de ciudadanos, súbditos y elementos parroquiales está relacionada con el logro efectivo de un sistema democrático (ALMOND; VERBA, 1972, p. 185).*

Almond e Verba (1972) enfatizam que a classificação principal proposta é apenas o começo de uma classificação de culturas políticas. Estas culturas políticas podem ou não ser congruentes com as estruturas do sistema político de uma nação, ou seja, é possível haver arranjos institucionais voltados predominantemente à cultura política de participação, mas entre os cidadãos poderá haver uma cultura política de súdito ou paroquial. Isso não implica na eliminação ou sobreposição de uma cultura sobre os arranjos políticos, nem vice-versa, porém existem atritos inevitáveis entre a cultura política e a estrutura, o que influencia em uma característica de instabilidade estrutural e de bom funcionamento do sistema político (ALMOND; VERBA, 1972).

Assim, a importância do estudo sobre orientações para assuntos políticos e da experiência com o sistema político, bem como a identificação de cultura política predominante, não se torna adequada apenas para fins de conhecimento, mas para que também se compreenda sentimentos políticos, expectativas e avaliações, que são, em grande parte, resultado de experiências entre sociedade e sistema político. No caso, buscou-se compreender um contexto cultural e institucional a nível local, no município de Santo Cristo/RS, o que pode ter influências em um sistema político geral mais amplo. Desta forma, tem-se mais do que apenas uma simples projeção de necessidades e atitudes sob orientação política, mas sim de uma socialização, que pode ser capaz de influenciar em culturas políticas congruentes e estruturas políticas estáveis.

### 3. O MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS

A história de Santo Cristo/RS<sup>9</sup> teve seu início por volta de 1910, quando o Dr. Horst Hoffmann adquiriu, do Governo do Estado, um conjunto de terras que compreendia o território que depois veio a configurar o município. Este conjunto de terras denominava-se colônia Boa Vista, tendo Santo Cristo como sede, sendo pertencente ao município de Santo Ângelo, que se formava por 1.222 lotes rurais de 25 hectares, que pertenciam a Companhia Colonizadora Rio-grandense de Porto Alegre/RS (SMEC, 1999).

Nesta colônia Boa Vista, o primeiro engenheiro de colonização foi Carlos Kulmey, que no ano de 1910 fez as medições das terras de Cerro Azul, atual município de Cerro Largo, de onde provinham os fornecimentos de alimentos e materiais para os trabalhadores que abriram estradas e construíram pontes sobre riachos. Estes trabalhadores eram de origem polonesa, alemã e luso-brasileira. A chefia que sucedeu o engenheiro Carlos Kulmey foi do senhor Helmuth Schmidt, de Cerro Largo, sendo o seu sucessor o senhor João Preussler. Em 1913 voltou o engenheiro Carlos Kulmey. Em 1915, a convite do Pe. Amstadt e Pe. Max, o senhor Frederico Guilherme Rauber se tornou chefe da colonização (SMEC, 1999).

Inicialmente Santo Cristo pertencia ao município de Santo Ângelo, mas com a emancipação de Santa Rosa, em 10 de agosto de 1931, passou a constituir o 4º Distrito deste município. Em 31 de março de 1938 o povoado santo-cristense foi elevado à categoria de Vila, que se desenvolveu ao longo dos anos seguintes e motivou uma consulta plebiscitária, em 20 de dezembro de 1953, para a sua emancipação, cujo resultado foi de 1.497 votos favoráveis 43 contra (SMEC, 1999).

Assim, Santo Cristo passou a ser município pela lei nº 2.602, de 28 de janeiro de 1955, sendo a instalação solene no dia 1º de janeiro de 1956, presidida pelo Dr.

---

<sup>9</sup> Praticamente inexitem informações em relação ao atual território do município de Santo Cristo/RS, na fase anterior à colonização. Ao que tudo indica índios guaranis das reduções jesuíticas, habitavam o território, em suas incursões à procura da erva-mate. Há os que defendem a tese de que a denominação "Santo Cristo" vem do rio do mesmo nome, que teria sido batizado com tal, pelos missionários. O primeiro colonizador de Santo Cristo foi o Sr. Johann Kuhn. A colonização teve início por volta de 1910 e os primeiros acampamentos foram formados logo acima da cascata do Rio Monjolo. Entre outras famílias pioneiras, destacaram-se as famílias Horn, Bard, Schneider, Seger, Klein, Buschmann, Holz, Kantler, Werner, Klieman, Hilbig, Etges e Schaedler. Inicialmente a nova localidade foi denominada Colônia Boa Vista, sendo a colonização feita pela Companhia Colonizadora Rio-grandense, de Porto Alegre/RS, enquanto o Governo do Estado encarregou-se da colonização das seções Bugre, Bom Princípio, Lajeado Vieira, La Salle, Guaraipo, Quarta Quadra e Laranjeira (RÜDELL *et al.*, 2000, p. 3).

Tito Montenegro Barbosa, Juiz de Direito de Santa Rosa/RS. Sua população neste ano era de 26.700 habitantes, localizando-se 820 na sede e 25.880 na zona rural. Com a emancipação de Alecrim, município vizinho, em 1968, o número de habitantes diminuiu para 15.062 (SMEC, 1999).

Conforme o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE em 2010, a população do município de Santo Cristo é formada por 14.378 habitantes, sendo que a estimativa em 2019 era de 14.257 habitantes. A densidade demográfica de 39,19 hab/km<sup>2</sup>. Destes, 7.192 são do sexo masculino e 7.186 do sexo feminino. A faixa etária com maior número de homens é dos 45 aos 49 anos e das mulheres dos 40 aos 44 anos. A expectativa de vida ao nascer é de 74,20 anos (IBGE, 2010).

É visível, no perfil dos habitantes, a predominância da cultura de origem alemã, que conservam o idioma e os costumes que são passados de geração para geração até os dias atuais, principalmente na zona rural. Os descendentes de italianos e espanhóis também são encontrados, porém em menor número. Quanto à questão da religião predomina a católica apostólica romana, totalizando 13.442 declarados, seguidos pela evangélica, com 857, e espírita 05 (IBGE, 2010).

O perfil econômico do município, conforme relatório da Secretaria Municipal da Fazenda (2020), que tem por base o ano de 2018, dá-se pela participação das seguintes atividades: 66,01% são de produção e extração animal e vegetal; 12,73% da indústria de transformação; 3,08% da indústria de beneficiamento; 0,01% da indústria de montagem; 3,95% do comércio atacadista; 8,21% do comércio varejista; 6,38% serviços e outros. Estes percentuais são baseados no Índice de Participação dos Municípios- IPM. De acordo com o Jornal Correio do Povo (2019), em seu suplemento rural que aborda os “Pequenos Gigantes”, assim denominados os municípios com menos de quinze mil habitantes, Santo Cristo tem a maior produção de suínos do estado do Rio Grande do Sul, com 333 mil leitões por ano, e a segunda maior produção leiteira, com 64 milhões de litros por ano.

Dados do IBGE (2017) apresentam que a renda média mensal dos trabalhadores formais é de 2,2 salários mínimos, visto que estes representam 26,9% de pessoas ocupadas formalmente em relação à população total. Quanto ao Produto Interno Bruto – PIB *per capita*, o valor é de R\$ 34.034,19. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM (2010), dentro da escala de 0 a 1, no município está em 0,738, sendo que no mesmo ano a média estadual era de 0,746 e

a nacional 0,699, ocupando no ranking estadual a 170ª posição, de 496 municípios, e no ranking nacional a 823ª posição, de 5.565 municípios. No que tange a taxa de escolarização (IBGE, 2010) de 06 a 14 anos de idade, o município atinge 99,8%.

A evolução político-administrativa do município de Santo Cristo teve início com a sua emancipação, em 28 de janeiro de 1955, ocasionada pela identificação da necessidade de sua autonomia, juntamente com o município vizinho de Alecrim, que se viram desamparados e esquecidos pelos poderes públicos, que contrastava com sua riqueza econômica, capacidade de produção e progresso de sua população. Após inúmeros obstáculos enfrentados, devido à oposição que partia da administração do município de Santa Rosa, estes municípios conseguiram produzir provas de que a zona a ser emancipada preenchia e saldava os requisitos e exigências estipuladas em lei, sendo remetido o respectivo processo a Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado do RS. Posteriormente foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado, que após os trâmites legais fixou em lei e realizou-se o plebiscito nos distritos de Santo Cristo e Alecrim, em 20 de dezembro de 1953, cujo resultado foi favorável à emancipação de ambos os distritos (SMEC, 1999). Então, após a criação da lei de nº 2.602, de 28 de janeiro de 1955, o município foi solenemente instalado no dia 01 de janeiro de 1956, e partir de então se teve a composição dos seguintes mandatos de prefeitos e vice-prefeitos, conforme quadro 1:

Quadro 3 - Relação dos Prefeitos e Vice-Prefeitos de Santo Cristo/RS (continua)

<b>Prefeitos e Vice-Prefeitos de Santo Cristo/RS</b>				
<b>Mandato</b>	<b>Anos</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Vice-Prefeito</b>	<b>Partidos</b>
1º	1956/1959	Jacob Sandri	Leopoldo Ost	PSD- Partido Social Democrático e PDC- Partido Democrata Cristão
2º	1960/1963	Júlio Both	Carlos Frederico Huber	Partido de Representação Popular - PRP e Partido Trabalhista Brasileiro -PTB
3º	1964/1968	Jacob Sandri	Leopoldo Ost	PSD- Partido Social Democrático e PDC- Partido Democrata Cristão
4º	1969/1972	Canísio Ost	Reinaldo Steffen	Movimento Democrático Brasileiro- MDB
5º	1973/1976	Léo Jacob Hartmann	Eugênio Thomaz Gerhard	Aliança Renovadora Nacional- ARENA

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 3 - Relação dos Prefeitos e Vice-Prefeitos de Santo Cristo/RS (continua)

6º	1977/1982	Luciano Adriano Decker	Arno Ginter Seibert	Aliança Renovadora Nacional- ARENA
7º	1983/1988	Canísio Ost	Celso Antônio Hartmann	Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB
8º	1989/1992	Celso Antônio Hartmann	Egon Kreutz	Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB
9º	1993/1996	Canísio Ost	Ênio Dillmann	Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB
10º	1997/2000	Ruben Paulo Wiest	Romeu Frölich	Partido dos Trabalhadores- PT
11º	2001/2004	Canísio Ost	Vanderlei Mattiazzi	Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB
12º	2005/2008	Canísio Ost	Vanderlei Mattiazzi	Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB
13º	2009/2012	José Luis Seger	Aloísio João Reis	Partido dos Trabalhadores- PT
14º	2013/2016	José Luis Seger	Aloísio João Reis	Partido dos Trabalhadores- PT
15º	2017/2020	Adair Philippsen	Loreci Anastácia Finger Riewe	Movimento Democrático Brasileiro- MDB
16º	2021/2024	Adair Philippsen	Loreci Anastácia Finger Riewe	Movimento Democrático Brasileiro- MDB

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na Câmara de Vereadores do município a composição das legislaturas ao longo destes anos se deu da seguinte forma, conforme quadro 4, a seguir, o qual está mais detalhado no anexo A, deste estudo:



Quadro 4 - Relação das Legislaturas e o número de Vereadores eleitos por Partido na Câmara de Vereadores de Santo Cristo/RS

Legislatura	Período	Número de vereadores eleitos por partidos										
		PSD	PTB	PRP	PDC	MTR	MDB	ARENA	PDS	PT	PDT	PPR PPB
1ª	1956 1959	4	2	1								
2ª	1960 1963		4	1	2							
3ª	1964 1968	3	1		2	1						
4ª	1969 1972						4	3				
5ª	1973 1976							9				
6ª	1977 1982						4	5				
7ª	1983 1988						6		3			
8ª	1989 1992						5		2	2		
9ª	1993 1996						4			3	1	1
10ª	1997 2000						4			4	1	
11ª	2001 2004		1				4			3	1	
12ª	2005 2008		1				4			4		
13ª	2009 2012		1				4			4		
14ª	2013 2016		1				2			5	1	
15ª	2017 2020						4			3	2	
16ª	2021 2024						5			2	2	

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A partir da análise dos dois quadros é possível verificar que ao longo dos anos quase sempre houve a predominância dos mesmos partidos em ambos os Poderes,

tanto no Executivo quanto no Legislativo, ou seja, o partido com maior número de cadeiras ocupadas dentro da Câmara de Vereadores, em quase todas as legislaturas, vai de acordo com o partido do prefeito e vice-prefeito em exercício na Prefeitura. Logo, constata-se que, em geral, os prefeitos do município sempre contaram com maiorias parlamentares na Câmara de Vereadores, ao longo da história.

Segundo os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral- TSE, nas eleições de 2020, Santo Cristo contava com 12.767 eleitores, sendo que dentre eles a faixa etária com maior número é dos 45 aos 59 anos. Quanto ao grau de instrução, a maioria do eleitorado possui o ensino fundamental incompleto. Os partidos com maior força política no município são o Movimento Democrático Brasileiro - MDB<sup>10</sup>, Partido dos Trabalhadores - PT e Partido Democrático Trabalhista – PDT, tendo destaque também o Partido Progressista-PP<sup>11</sup>. Tem de se observar que na atual gestão os partidos MDB, PDT e PP são coligados.

Conforme os boletins de urnas das últimas eleições municipais, realizadas no ano de 2020, disponíveis no site oficial do TSE, verificou-se que houve uma preferência por candidatos do partido do MDB na zona urbana, para atuarem tanto no Poder Executivo, quanto no Poder Legislativo. Na zona rural seguiu-se a mesma preferência. Logo, o MDB, coligado com partidos como PDT e PP, possui predominância em ambos os Poderes, sendo o chefe do Poder Executivo e a maioria dos vereadores do Poder Legislativo do mesmo partido.

Pôde-se identificar, também, que há um certo predomínio de lideranças políticas, ou de grupos e famílias, na administração do município. Um exemplo disso são os cinco mandatos exercidos como prefeito pelo Sr. Canísio Ost, sendo que seu pai, o Sr. Leopoldo Ost, foi vice-prefeito em outros dois mandatos. E, atualmente, familiares ainda se encontram com vínculo ativo dentro da administração municipal. Já no Poder Legislativo, alguns vereadores têm destaque em reeleições, como é o caso do Sr. Delmar Käfer, que exerce as funções de vereança desde 1993. Tem-se também a Sra. Genoveva Meinerz Haas, que se destaca por participar de cinco legislaturas, sendo a mulher com mais tempo dedicado ao cargo de vereadora. De

---

<sup>10</sup> Em 2017 o Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB voltou a ser MDB (MDB, 2021).

<sup>11</sup> O partido Progressista- PP esteve sob esta denominação no período de 2013 até 2017, onde após passou a denominar-se Progressistas (PROGRESSISTAS, 2021).

uma forma geral, no Poder Legislativo sempre há renovação, em grande parte, de vereadores e vereadoras, mas predominam os partidos como MDB, PT e PDT.

Dentro da esfera política, a partir de uma observação empírica, verificou-se que as pessoas tendem a participar de conselhos, de sessões legislativas quando há projetos de lei e decisões governamentais que afetam diretamente a sua realidade, ou seja, quando há um interesse particular, como, por exemplo, quando são discutidos projetos de lei que tratam sobre o asfaltamento de ruas que visam a melhoria da mobilidade urbana. Já na zona rural, há reuniões e debates sobre a construção de calçamentos, por exemplo. Os cidadãos aparentemente têm conhecimento sobre o sistema político geral e os processos políticos e administrativos. Têm conhecimento sobre os seus direitos e deveres, porém há dúvidas sobre a sua avaliação como agentes políticos ativos, ou seja, sobre a sua autoimagem dentro do sistema político.

Isso, pois quando se trata de audiências públicas que levam a discussões sobre Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual, ou de prestação de contas do governo municipal, a participação popular é mínima ou nenhuma, mesmo que haja incentivos de participação por parte da administração municipal. O mesmo também ocorre em sessões ordinárias e extraordinárias realizadas pelo Poder Legislativo local. Além disso, percebe-se que há dúvidas por parte da população quanto a sua percepção em relação aos Poderes, pois muitas vezes delegam as demandas das suas necessidades ao Legislativo, sendo que na verdade é de competência do Executivo e vice-versa.

Mas, de uma forma geral, a população santo-cristense demonstra em outras áreas, uma cultura histórica de participação, como na religião, educação e lazer, através da organização de grupos de jovens, sindicatos, pastorais, grupos de voluntariados, grupos de idosos, grupos de bolão, grupos de mães, conselhos, diretorias em sociedades, grupos de danças, centro de tradições gauchescas- CTG, corais, entre outros. Isso caracteriza, ao menos parcialmente, uma cultura cívica de participação, onde um conjunto de valores, crenças e atitudes são partilhadas pela população dentro de estruturas que sustentam o processo democrático.

Logo, a partir deste estudo, visou-se conhecer mais a fundo a realidade da sociedade santo-cristense, identificando-se a cultura predominante, bem como, a sua relação com as percepções da população sobre as instituições locais. Além

disso, possibilitou-se verificar também, a imagem que os próprios indivíduos têm de si mesmos, como agentes políticos no sistema democrático.

#### **4. CULTURA POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO/RS**

Como abordado no referencial teórico utilizado nesta pesquisa, a cultura política de um grupo social consiste na particular distribuição, entre seus membros, das diretrizes de orientação para os objetos políticos. Ou seja, as orientações individuais cognitiva, afetiva e avaliativa em relação aos objetos políticos que são o sistema político geral, processo político (*inputs*), processo administrativo (*output*) e a autoimagem, podem definir o tipo de cultura predominante, não se descartando a possibilidade de haver traços de outro tipo de cultura em um mesmo grupo (ALMOND; VERBA, 1972).

No caso deste estudo, deu-se ênfase à busca por compreender o tipo de cultura política predominante em nível local, aplicando-se a mesma abordagem usada por Almond e Verba (1972) em seus estudos sobre nações. Para tanto, a seguir, descreve-se a forma como foi realizada a pesquisa, bem como os resultados obtidos e a análise dos mesmos.

##### **4.1 PREÂMBULO METODOLÓGICO**

A metodologia determina a forma como é realizado o estudo e, de que forma procedeu-se para alcançar os objetivos. Assim, esta seção apresenta a abordagem utilizada na pesquisa, bem como a sua classificação quanto aos objetivos e aos procedimentos técnicos. Posteriormente descreve-se o universo e definição da amostra, coleta e análise dos dados e os resultados obtidos.

##### **4.1.1 Abordagem e classificação da pesquisa**

Para atingir os objetivos propostos, fez-se o uso da pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, que busca caracterizar as propriedades, características e os perfis de grupos, pessoas, população, objetos e de quaisquer outros fenômenos que se submetam a uma análise (SAMPIERI, COLLAD, LUCIO, p. 102, 2013). Nesse sentido, se buscou descrever a população do município de Santo Cristo/RS, no que se refere a elementos predominantes da cultura política, com base na classificação de Almond e Verba, a qual é constituída pela frequência de diferentes orientações cognitivas, afetivas e avaliativas, em relação aos objetos políticos do sistema político em geral, processo político e administrativo e pelo próprio indivíduo como membro

ativo do sistema político.

Quanto à pesquisa, utilizou-se uma abordagem empírico-analítica, com enfoque quantitativo, pois se visou seguir um processo estruturado para a coleta de dados em um grupo ou amostra, onde o resultado encontrado poderia ser generalizado para uma coletividade maior, da qual a amostra é representativa, construindo e demonstrando teorias que explicam e preveem (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2013). Para tanto, a coleta de dados foi feita através de uma pesquisa do tipo *survey*, que visa obter informações diretamente com um grupo de interesse, sobre dados que são necessários para as análises propostas (SANTOS,1999).

Ou seja, trata-se de uma pesquisa do tipo *survey*, de caráter amostral, dotada de segurança estatística, que permitiu conhecer características presentes na população investigada, tornando possível a realização de análises aptas a serem generalizadas para o conjunto da população. Para tanto, a amostra foi definida seguindo todos os critérios e procedimentos já consagrados para esse tipo de pesquisa, conforme detalhado a seguir.

#### 4.1.2 Universo e definição da amostra

O presente estudo se delimita a população do município de Santo Cristo/RS, onde, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral –TSE (2020), no mês de outubro, constam 12.767 eleitores. Para atender aos objetivos propostos foi aplicado um questionário fechado, do tipo *survey*, a uma amostra representativa do grupo de eleitores do referido município.

Para o cálculo da amostra probabilística fez-se o uso da seguinte fórmula, comumente utilizada e já consagrada entre cientistas sociais e institutos de pesquisa para calcular o tamanho da amostra em pesquisas *survey*:

$$n = \frac{N \cdot no}{N + no} \quad \text{onde} \quad \begin{array}{l} n = \text{Amostra} \\ N = \text{População} \\ no = \text{Erro amostral} \end{array}$$

$$\text{Sendo que: } no = \frac{1}{Eo^2} \quad \text{onde} \quad Eo = \text{Margem de Erro Escolhida}$$

Então, para um erro amostral de três pontos percentuais e intervalo de confiança de 95%, e considerando que o município de Santo Cristo/RS, segundo dados do TSE (2020), possui 12.787 eleitores, tem-se:

$$n = \frac{N \cdot no}{N + no} \quad n = \frac{12.767 \cdot 1111}{12.767 + 1111} \quad n = \frac{14.184 \cdot 137}{14.184 + 137} \quad n = 1022$$

Esta amostra de 1022 eleitores foi estratificada, seguindo aproximadamente as proporções dos subgrupos indicadas nos órgãos oficiais para o município investigado, especialmente IBGE. Assim, a amostra teve, em sua composição geral, teve uma proximidade das mesmas proporções indicadas pelo IBGE para o conjunto do município no que se refere a: sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia (urbana/rural) e religião, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 – Estratificação da amostra (continua)

Variável	Grupos IBGE (2010)	%	Estimativa de entrevistas	Grupos da Amostra	Nº de entrevistados
Sexo	Feminino	49,98	511	Feminino	581
	Masculino	50,02	511	Masculino	441
Idade	15 a 19 anos	15,05	154	18 a 24 anos	161
	20 a 24 anos			25 a 34 anos	279
	25 a 29 anos	13,36	136		
	30 a 34 anos	15,1	154	35 a 44 anos	178
	35 a 39 anos			16,14	165
	40 a 44 anos	11,58	118		
	45 a 49 anos			11,3	115
	50 a 54 anos	Mais de 65 anos	91		
55 a 59 anos	Mais de 65 anos			91	
60 a 64 anos		Mais de 65 anos	91		
Mais de 65 anos	Mais de 65 anos			91	

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 5 – Estratificação da amostra (continuação)

Renda Familiar	Até 1 salário mínimo	24,75	253	Até 1 salário mínimo	143
	De 1 a 3 salários mínimos	34,73	355	1 a 3 salários mínimos	541
	De 3 a 5 salários mínimos	6,08	62	3 a 5 salários mínimos	227
	De 5 a 10 salários mínimos	3,24	33	5 a 10 salários mínimos	89
	Mais de 10 salários mínimos	1,80	18	Mais de 10 salários mínimos	22
Escolaridade	Sem instrução e Ensino Fundamental Incompleto	51,04	522	Analfabeto	3
				Ensino Fundamental Incompleto	198
	Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	15,32	156	Ensino Fundamental Completo	88
				Ensino Médio Incompleto	80
	Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto	17,50	179	Ensino Médio Completo	344
				Ensino Superior Incompleto	88
	Ensino Superior Completo	6	61	Ensino Superior Completo	140
				Pós-Graduação Incompleta	12
				Pós-Graduação Completa	69
Local de Moradia	Zona Urbana	54,12	553	Zona Urbana	556
	Zona Rural	45,88	469		466

Fonte: Elaborada pela autora (2021)



Quadro 5 – Estratificação da amostra (continuação)

Religião	Católica Apostólica Romana	93,49	955	Católica	935
	Católica Ortodoxa	0,07	1		
	Evangélica	5,96	61	Evangélica	54
	Espírita	0,03	1	Espírita	1
	-	-	-	Umbanda	1
	-	-	-	Luterana	1
	-	-	-	Remanescen- -te Adventista	1
	-	-	-	Ateu	4
	Não definido	0,17%	2	Não definido	1
	Sem religião	0,11%	1	Não se aplica	24

Fonte: Elaborado pela autora

#### 4.1.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através da aplicação, pela pesquisadora, de um questionário fechado, o qual segue no *apêndice A*, deste estudo. Nele se utilizou uma escala para as respostas de 0 a 5. A opção 0 representa “indiferente/nenhum”, dando a oportunidade do entrevistado de não responder a questão pontual, podendo assim, posteriormente, verificar os não-respondentes, sem deixar a questão em branco, sendo possível, assim, mensurar. E, no outro extremo, a opção 5 que representa “muito bom/muito alto”. Tem-se a neutralidade representada pelo número 3, a qual indica a resposta regular, que estabelece o ponto central de separação dos opostos. Apenas nas questões 14, 15 e 16 tem-se a inclusão da opção 6 que representa “não se aplica”, pois tratam-se de perguntas em que se deu a opção de resposta para os que não frequentam nenhuma instituição religiosa, aposentados, desempregados, trabalhadores informais, entre outros. O referido questionário foi aplicado a uma amostra de 1022 pessoas, as quais foram escolhidas aleatoriamente entre os eleitores do município de Santo Cristo/RS, no período de setembro a dezembro de 2020.

De salientar que o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul, via plataforma Brasil, a qual, no dia 03 de setembro de 2020, ratificou o projeto, dando-se início às entrevistas, que foram realizadas entre os meses de setembro e

dezembro de 2020, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), o que trouxe alguns desafios na obtenção de dados, devido a questão do isolamento social e das medidas de prevenção adotadas, o que acabou alterando o cronograma inicial da pesquisa. Mas, conforme orientações do próprio comitê, durante todo este período, foram adotadas as medidas de cuidados e prevenção, sendo possível a realização da coleta de dados, bem como a preservação do anonimato dos entrevistados, visto que a investigação tratou de elementos que caracterizam a cultura política da população.

#### **4.1.4 Análise de dados**

A fim de compreender e identificar qual a cultura política predominante no município de Santo Cristo/RS apresenta-se neste capítulo, a análise dos dados obtidos através dos questionários aplicados a amostra de 1022 pessoas. Para tanto, foi dado foco na adequação a classificação de culturas políticas, desenvolvida por Almond e Verba (1972), fazendo-se a verificação à luz desta tipologia. Assim, se buscou identificar os tipos de cultura política existentes na população do município de Santo Cristo/RS, bem como tentar estabelecer conexões com elementos específicos de percepção e conhecimento sobre as instituições políticas locais, como os poderes executivo e legislativo, partidos políticos, dentre outros, visando-se verificar se há diferenças na percepção dos cidadãos de acordo com a distribuição entre os tipos de culturas políticas identificadas.

Buscou-se, também, verificar se existem distinções, entre os diferentes grupos populacionais (a partir da estratificação utilizada: sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia (urbana/rural), religião, etc.) nos componentes gerais das culturas políticas manifestadas por meio da pesquisa. Ou seja, se existem correlações entre os diferentes perfis sociográficos da população investigada e a manifestação de diferentes padrões de cultura política, de acordo com a tipologia de Almond e Verba, que orienta o estudo.

Os dados coletados foram tabulados e agrupados no programa *microsoft excel*. Como na tipologia de Almond e Verba (1972) a frequência é de 0 a 1, adequou-se a escala usada no questionário de 1 a 5 a esta frequência, para identificar os tipos de cultura política existentes, bem como para classificar a população em questão dentro da tipologia usada pelos cientistas. As respostas dos

itens de número 1 e 2 correspondem à frequência de número 0. As respostas do item de número 3 correspondem à frequência de número 0,5. E, as respostas aos itens de número 4 e 5 correspondem à frequência de número 1, conforme o quadro 6.

Quadro 6 - Correspondência entre a Escala Likert e frequências da tipologia de Almond e Verba

<b>Escala Likert</b>	<b>Frequências de Almond e Verba</b>
1	0
2	0
3	0,5
4	1
5	1

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Nesse sentido, quando a média das respostas das orientações individuais cognitiva, afetiva e avaliativa em relação aos objetos políticos sistema político geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem se aproximar mais da frequência 0, temos a presença de uma cultura política paroquial. Em uma cultura política de súdito a frequência fica mais próxima de 0,5, com pontuações maiores para as percepções sobre o sistema político geral e sobre as instituições administrativas (processo administrativo - *output*), tendo por outro lado uma pontuação mais baixa em relação às instituições políticas (processo político – *input*) e em relação à sua autoimagem enquanto agente político no do sistema. Já na cultura política de participação a média das orientações em relação aos objetos políticos fica mais próxima da frequência 1.

Além disso, fez-se o uso da estatística descritiva para expor e resumir os dados. De acordo com Ferreira (2005), a estatística descritiva tem por objetivo a descrição dos dados, sejam eles de uma amostra ou de uma população. Também permite a verificação da representatividade ou da falta de dados, ordenação dos dados, compilação dos dados em quadros, criação de gráficos com os dados, cálculo de médias e relações funcionais entre variáveis. Logo, este tipo de estatística faz-se ideal para a análise e interpretação dos dados e para atender os objetivos propostos neste estudo.

Nessa sequência, primeiro foi feita a análise dos dados que se referem ao objeto “sistema político geral”, que trata do sistema político como um todo. Posteriormente analisou-se o “processo político” (*input*), onde as demandas da

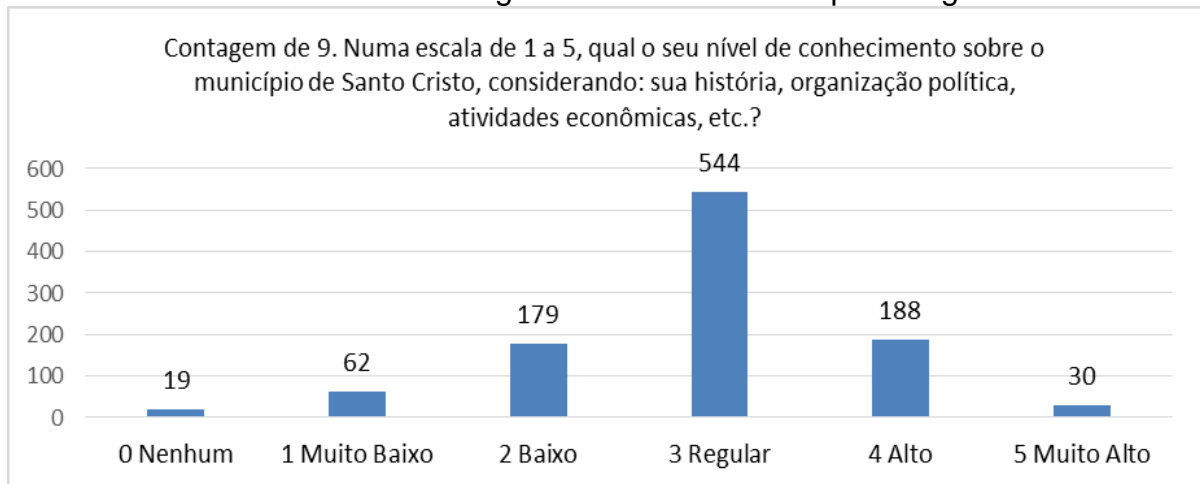
sociedade são levadas ao sistema político, bem como a sua conversão em ações governamentais. Em seguida, o objeto “processo administrativo” (*output*), objeto que trata da aplicação ou imposição das ações e dos princípios governamentais. E, por último, o objeto de “auto-orientações”, ou seja, a autoimagem do indivíduo como agente dentro do sistema político. Estas análises são apresentadas nas subseções a seguir.

## 4.2 SISTEMA POLÍTICO GERAL

No sistema político geral, lidamos com o sistema como um todo, incluindo sentimentos de patriotismo ou desprezo pelo mesmo, conhecimento e avaliações sobre uma nação e do sistema político instalado. Não se lida apenas com habilidades cognitivas ou se os indivíduos participam ou não do sistema, mas também com o compromisso afetivo comum a partir da própria socialização entre os cidadãos, onde um pode confiar no outro e assim cooperar com os demais, por exemplo, o que pode gerar uma afeição mais profunda ao sistema político (ALMOND; VERBA, 1972).

Nesse sentido, a primeira orientação analisada em relação ao objeto sistema político em geral é a cognitiva. Nesta orientação se buscou analisar o grau de conhecimento dos indivíduos sobre o município de Santo Cristo/RS, considerando-se a sua história, organização política, atividades econômicas, etc. Ao analisar o gráfico 1, pôde-se perceber que dentro da escala de frequência de 0-1 a orientação cognitiva se aproximou mais de uma frequência 0,5. Isto porque ao usarmos a correspondência entre a escala Likert e as frequências utilizadas na tipologia de Almond e Verba, conforme o quadro 5, tem-se um maior número de respondentes ao item 3, onde a média geral dos entrevistados manifestaram um nível regular de conhecimento sobre o município de Santo Cristo/RS. Isso sugere que os cidadãos santo-cristenses demonstram um nível razoável de interesse em saber o que acontece no município, nas políticas governamentais, econômicas, entre outras, sendo que, de modo em geral, buscam participar da vida comunitária, contribuindo com a construção e desenvolvimento do município.

Gráfico 1- Análise cognitiva sobre o sistema político geral

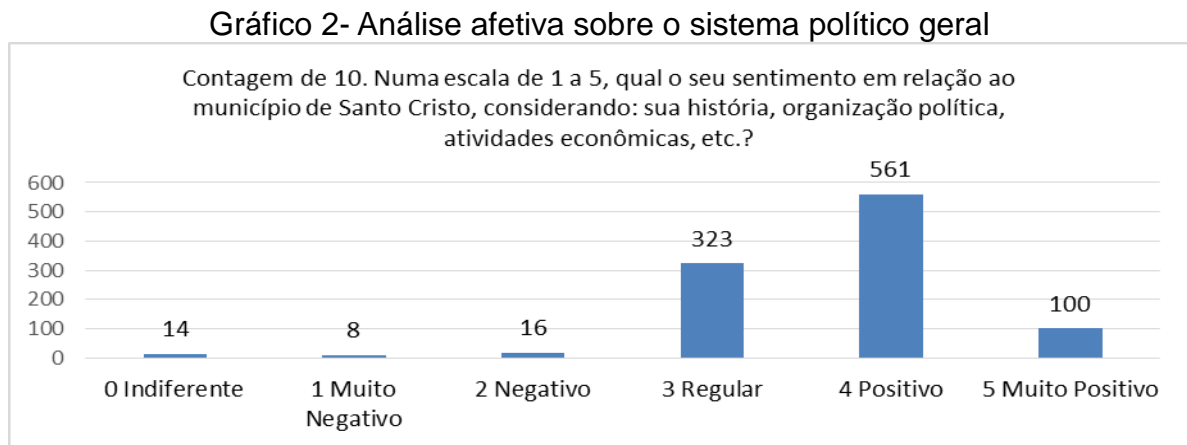


Nessa perspectiva, o papel constitutivo da democracia garante a participação dos indivíduos no meio em que vivem o que favorece o aumento das liberdades e a eliminação das privações, e que conseqüentemente implica no processo de desenvolvimento local (SEN, 2010). Mas ainda é necessário ver meios que façam o processo político democrático funcionar de forma mais eficiente para pessoas comuns e que sejam a maioria, a fim de realizar os seus potenciais. Que tenham um senso de responsabilidade de que a sua participação e articulação são fundamentais na construção de seu próprio destino, como agentes políticos ativos e não meramente passivos de programas de desenvolvimento (SEN, 2010).

Logo, a consolidação de um regime democrático demanda, como demonstrado no referencial teórico, não apenas da existência de um arranjo institucional democrático que auxilie na realização da justiça social e do desenvolvimento, mas também da sua prática efetiva, influenciada por uma cultura que oriente padrões de atitudes e comportamentos que o sustentem. E essa cultura demanda que haja padrões consideráveis de aceitação, legitimação e conhecimento do sistema democrático, de seus valores e de seu funcionamento (SEN, 2010).

Nesse sentido, os dados acima sugerem que, em termos gerais de conhecimento do sistema político existente no referido município, parece haver um nível mediano de apropriação de suas estruturas por parte dos cidadãos pesquisados, o que pode não comprometer a consolidação do regime democrático, porém não é um indicativo positivo. Ou seja, há uma pré-indicação de que os indivíduos agem de uma forma mais passiva ao invés ativa dentro do sistema político santo-cristense.

Posteriormente, na análise da orientação afetiva, teve-se uma aproximação maior da frequência 1. Ao questionar os cidadãos santo-cristenses sobre os seus sentimentos em relação a aspectos históricos, organização política e atividades econômicas do município, percebeu-se que os mesmos demonstram um sentimento positivo, na média geral, conforme pode ser visto no gráfico 2.

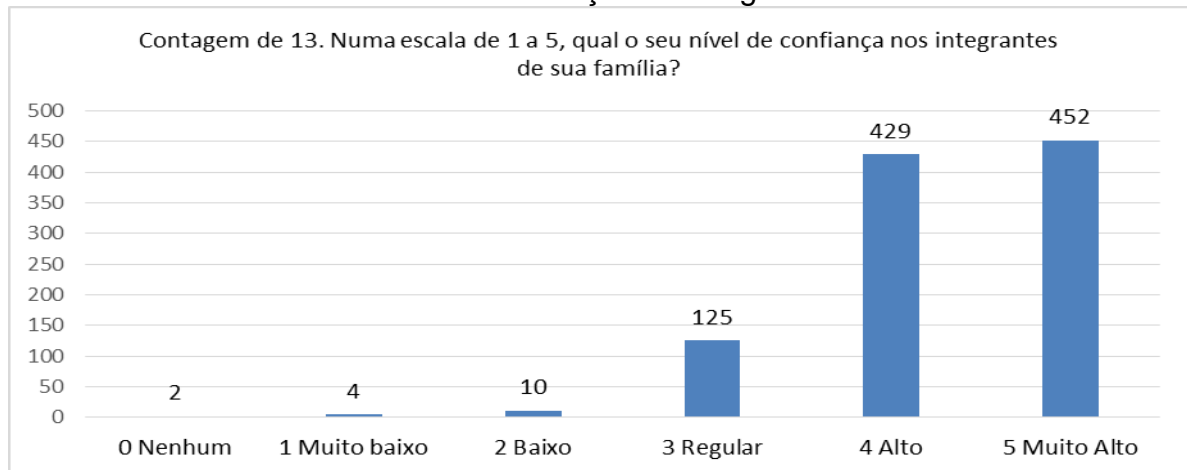


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Desta forma, temos um indicador relativamente positivo no que se refere à consolidação de um regime democrático, nos termos do modelo desenvolvido por Almond e Verba (1972). A existência de um padrão afetivo favorável à democracia e suas instituições é elemento central do processo de fortalecimento desse regime, pois ele possui relação direta com os mecanismos de legitimação do regime e de envolvimento dos cidadãos com seu funcionamento.

Além deste sentimento de afeição em relação ao município, percebe-se que as pessoas mantêm um comprometimento afetivo em relação aos outros. O nível de confiança, quando os indivíduos são questionados em relação aos integrantes da sua família, por exemplo, conforme o gráfico 3, aponta para uma tendência de uma maior proximidade da frequência 1.

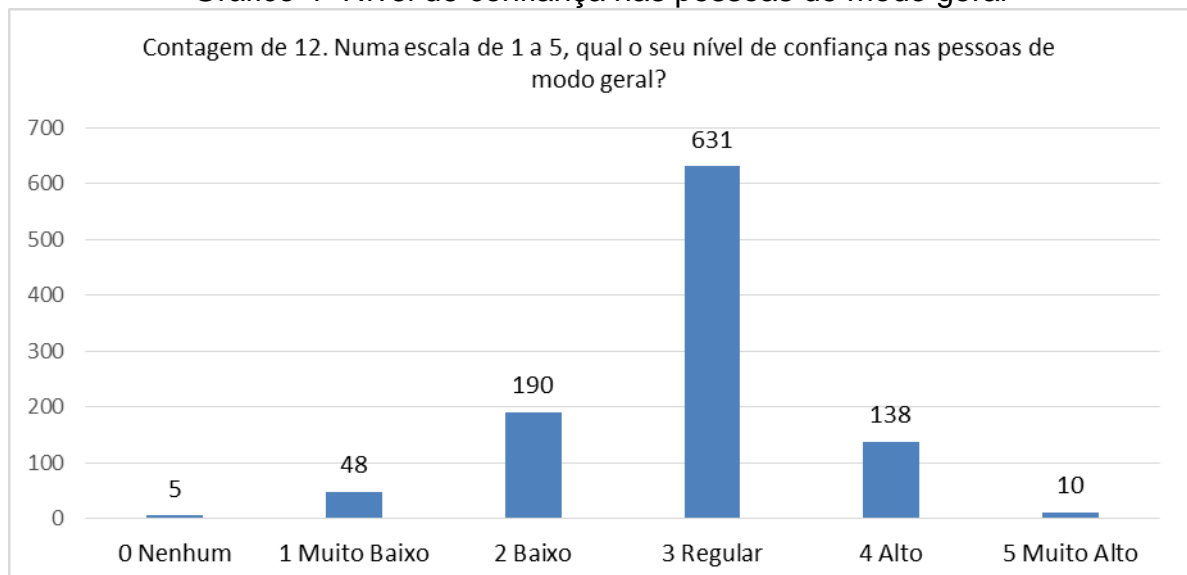
Gráfico 3- Nível de confiança nos integrantes da família



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O mesmo ocorre quando os entrevistados são questionados sobre o seu nível de confiança em amigos, vizinhos, integrantes da sua família, instituição religiosa, colegas e instituição de trabalho. Mas quando os indivíduos são questionados em relação ao seu nível de confiança nas pessoas de um modo em geral, conforme o gráfico 4, verifica-se maior proximidade da frequência 0,5. Nessa perspectiva, os níveis de confiança se mantêm mais elevados quando se trata de pessoas com uma relação mais próxima dos entrevistados.

Gráfico 4- Nível de confiança nas pessoas de modo geral



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante disso, dentro da orientação afetiva, tem-se uma maior proximidade da frequência 1, o que influencia numa avaliação positiva do sistema político geral. Segundo Almond e Verba (1972) isso pode contribuir para a internalização de uma

cultura política democrática, uma vez que promove a cooperação entre os indivíduos, havendo uma propensão ao partilhamento de interesses, atividades, costumes e crenças.

Na sequência, no que se refere à orientação avaliativa, onde juízos de valores e opiniões são formados a partir da combinação de critérios de valor com informações e sentimentos dos indivíduos, tem-se uma proximidade maior da frequência 1. Nesse sentido, levando-se em conta os sentimentos de afeição dos indivíduos em relação ao município de Santo Cristo, bem como o seu conhecimento sobre o mesmo e as suas relações de confiança interpessoal, tem-se uma tendência na média geral, para uma cultura política de participação, porém com traços de uma cultura de súdito. Logo, a partir da análise das orientações cognitiva, afetiva e avaliativa em relação ao sistema político em geral, não há indicador definitivo de que haja uma única cultura política no município de Santo Cristo/RS.

Ou seja, em termos de uma tipologia das culturas políticas, o que se verifica é a sobreposição de modelos, com tendências definidas em função de variáveis como sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia, religião, conforme veremos na sequência.

Na cultura política de participação, os indivíduos são orientados de forma cognitiva, afetiva e avaliativa para o sistema político como um todo, tendo uma maior proximidade com a frequência 1. Se sentem parte do sistema, se envolvem e valorizam as estruturas e os processos políticos. Na cultura política de súdito, as orientações dos indivíduos têm mais ênfase avaliativa e afetiva do que cognitiva em relação ao sistema político geral, podendo se sentirem orgulhosos ou não, ou avaliando-o como legítimo ou ilegítimo, sendo que a sua frequência se aproxima mais de 0,5 (ALMOND; VERBA, 1972).

A classificação de culturas políticas de Almond e Verba (1972) utilizada neste estudo apresenta estas duas culturas como antagônicas em suas conceituações. Por isso, diante dos resultados obtidos neste primeiro objeto político, é importante frisar que a tripla classificação de culturas políticas

*no supone que una orientación substituya a la otra. La cultura del súbdito no elimina orientaciones difusas hacia las estructuras primarias e íntimas de la comunidad. Anade a las orientaciones difusas respecto a grupos familiares, comunidades religiosas y rurales, una orientación subjetiva especializada relacionada con las insituciones gubernamentales. De igual manera, la cultura de participación es um estrato adicional que puede se*



*añadido y combinado con las otras dos culturas. Así, el ciudadano de un sistema político de participación está orientado no solamente hacia la participación activa en los asuntos políticos, sino que está también sujeto a la ley y la autoridad, y es miembro de grupos primários más difusos. Ciertamente, la adición de orientaciones de participación a otras orientaciones de súbdito e de parroquialismo no deja inalteradas a estas orientaciones más primitivas (ALMOND; VERBA, 1972, p. 185)*

Assim, pode não haver a homogeneidade de culturas políticas. Almond e Verba (1972) frisam que as imperfeições dos processos de socialização política, as preferências pessoais e as limitações da inteligência ou das oportunidades para aprender continuarão a dar lugar a assuntos tipicamente de súdito ou paroquiais, mesmo em democracias bem seguras e estáveis. Logo, podem haver misturas culturais, onde o cidadão é uma mistura particular de orientações para participação, súdito e paroquialismo, e a cultura cívica é uma mistura particular de cidadãos participativos, súditos e paroquiais.

Para o cidadão necessita-se de conceitos de proporção, princípios e congruência para tratar as maneiras pelas quais seu conjunto de atitudes de participação, de súdito e paroquial, está orientado para um resultado. Para a cultura, necessitamos dos mesmos conceitos para tratar o problema de conhecer que a mistura de cidadãos participativos, súditos e elementos paroquiais está relacionada à conquista efetiva de um sistema democrático (ALMOND; VERBA, 1972).

Por isso, o cuidado da estratificação da amostra da população santocristense, ao se realizar esta pesquisa, respeitando-se níveis sociais, gêneros, escolaridade, local de moradia, entre outros, a fim de identificar o conhecimento e a percepção entre os diversos grupos e a sua influência na cultura política do município. Estes aspectos serão tratados a partir do item 4.3, onde serão abordadas as conexões entre grupos, percepções e culturas políticas.

A seguir, far-se-á a análise do segundo objeto político, processo político (*input*). Nele serão analisadas as mesmas orientações, cognitiva, afetiva e avaliativa, mas em relação às manifestações de solicitações da sociedade ao sistema político local, no qual se inserem.

#### **4.2.1 Processo político (*Input*)**

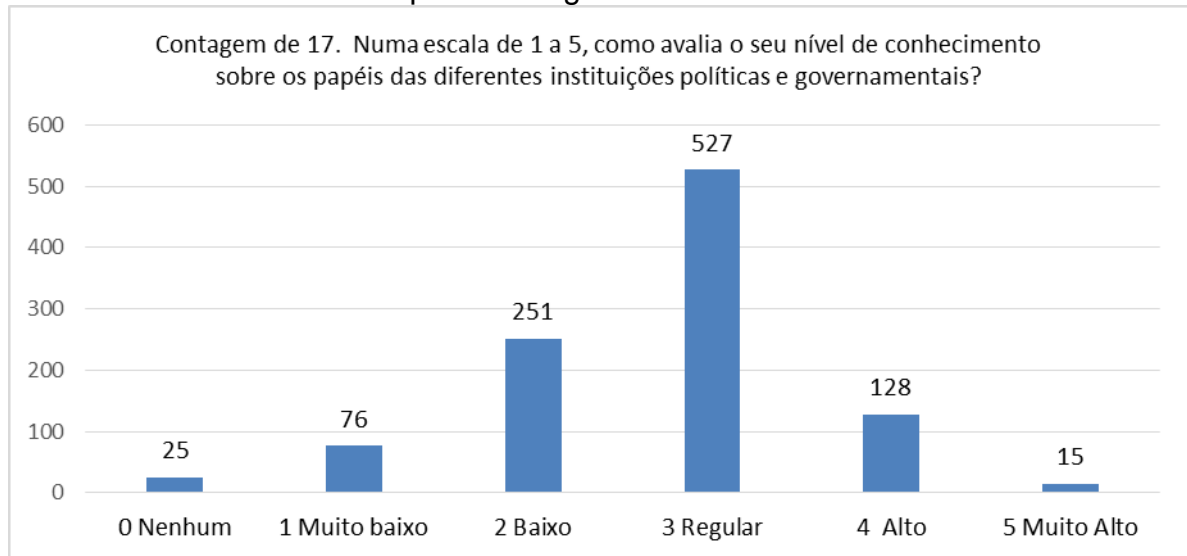
O segundo objeto analisado foi o processo político (*input*), que trata das demandas da sociedade ao sistema político e a conversão destas em demandas em

princípios governamentais através de partidos políticos, grupos de interesses e meios de comunicação (ALMOND; VERBA, 1972). Logo, para “expressar publicamente o que valorizamos e exigir que se dê a devida atenção a isso, precisamos de liberdade de expressão e escolha democrática” (SEN, 2010, p. 201).

Nesse sentido, o papel instrumental da liberdade política, como uma das virtudes da democracia, considera os incentivos políticos que agem sobre os governos e sobre as pessoas e grupos que detêm o poder. Os agentes responsáveis têm incentivo para ouvir o que a sociedade deseja, de enfrentar a crítica desta e buscar o seu apoio em eleições. Além disso, em seu papel constitutivo, a liberdade política oportuniza a conceituação dessas demandas em um contexto social, requerendo discussões e diálogos, legitimando o processo democrático e a sua consolidação (SEN, 2010).

Nessa sequência, ao analisar a orientação cognitiva em relação ao processo político (*input*), ou seja, sobre os seus níveis de conhecimento dos indivíduos acerca dos papéis das diferentes instituições políticas e governamentais, como: partidos políticos, câmara de vereadores, prefeitura, sindicato dos trabalhadores rurais, sindicato dos municipais, associação comercial, industrial, serviços e agronegócio-ACISA e empresa de assistência técnica e extensão rural-EMATER, por exemplo, conforme o gráfico 5, obteve-se, dentro da frequência de 0 a 1, uma maior proximidade dos indivíduos com a frequência 0,5. Ou seja, a maioria dos entrevistados manifestou ter um nível mediano de conhecimento sobre os papéis das diferentes instituições as quais convertem as demandas da sociedade em princípios de autoridades governamentais.

Gráfico 5- Nível de conhecimento sobre os papéis das diferentes instituições políticas e governamentais



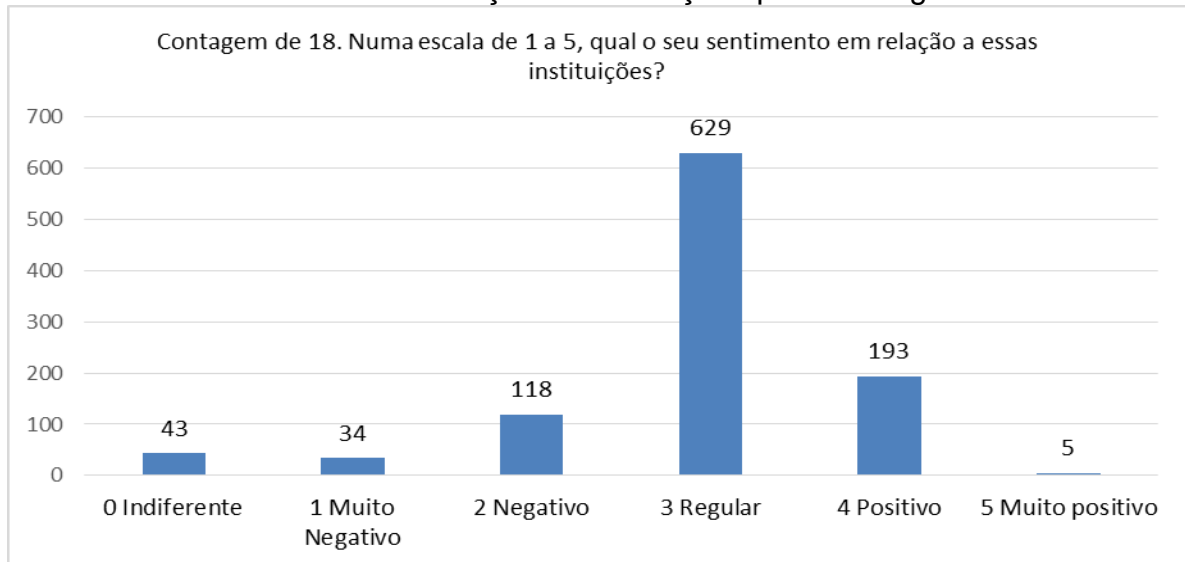
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No caso do município em questão, percebe-se, a partir dos dados analisados, que na média geral as pessoas demonstram um nível de conhecimento mediano sobre onde buscar informações e como demandar as suas necessidades junto às instituições. O que pode explicar, por exemplo, as dúvidas que a população manifesta quanto a sua percepção em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, delegando muitas vezes as demandas das suas necessidades ao Legislativo o que é de competência do Executivo e vice-versa.

Habermas (1997), em sua teoria do discurso, argumenta que a operacionalização do processo de comunicação da sociedade com o sistema político, não depende apenas da institucionalização e das opiniões públicas. É preciso “interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e esferas públicas mobilizadas culturalmente” (HABERMAS, 1997, p. 18). E para tanto, Fraser (2001) argumenta, em seu princípio da paridade de participação, que são necessários recursos que garantam a “voz” e a independência dos indivíduos e padrões institucionalizados de valor cultural que expressem o respeito igualitário por todos os indivíduos e garantam oportunidades iguais. Logo, não bastam apenas arranjos institucionais democráticos, mas os indivíduos também precisam saber o que são e para que servem as instituições políticas e governamentais, como forma de auxiliar nas discussões públicas a serem transformadas em demandas para as ações de governo.

Quanto à orientação afetiva, os indivíduos ao serem questionados sobre os seus sentimentos em relação a essas instituições, bem como em relação aos partidos políticos, conforme o gráfico 6, também manifestaram frequência mais próxima de 0,5.

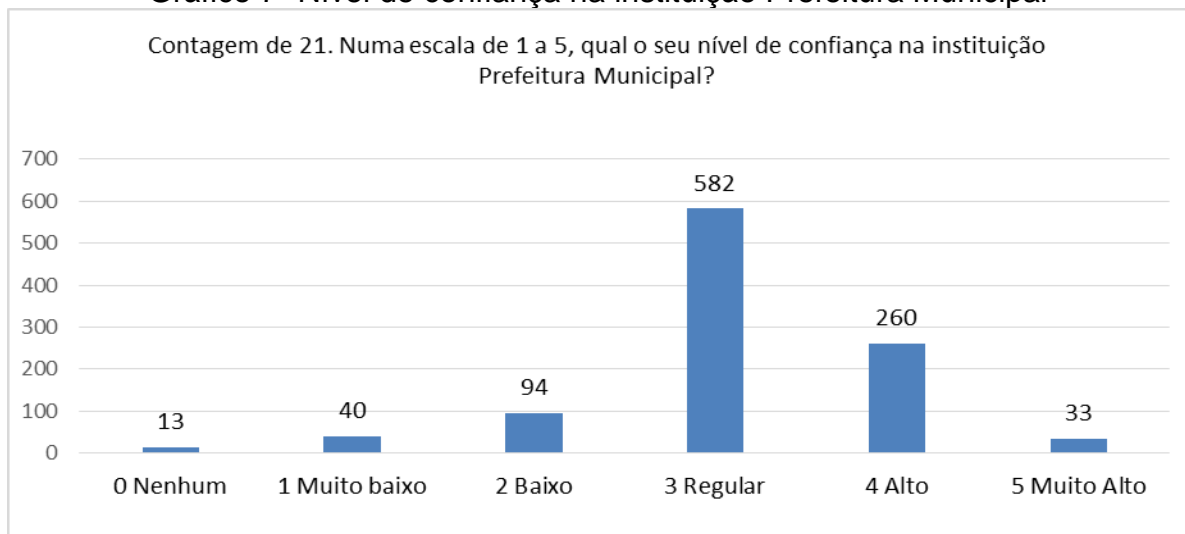
**Gráfico 6- Sentimento em relação às instituições políticas e governamentais**



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O mesmo também se manifesta quanto aos níveis de confiabilidade que os indivíduos têm nas instituições, bem como nos partidos políticos. Conforme o gráfico 7, por exemplo. Logo, na média geral têm-se um nível de confiança regular, em nível intermediário, em relação aos sentimentos e experiências junto às instituições.

**Gráfico 7- Nível de confiança na instituição Prefeitura Municipal**



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com Moisés (2008), uma cultura política tem influência das experiências dos indivíduos com as estruturas políticas e governamentais, bem como as estruturas são influenciadas pela cultura. Ou seja, estrutura e cultura se influenciam mutuamente, onde “valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para a sua continuidade ou mudança” (MOISÉS, 2008, p. 17). Tem-se um efeito de causalidade cruzada, ou de influência mútua, entre as duas dimensões, onde a cultura política seria causa e efeito da estrutura institucional e vice-versa (MOISÉS, 2008).

E, nesse sentido, a confiança interpessoal é um indicador classicamente associado à sustentação da democracia, pois indica a capacidade de acreditar nos componentes externos (pessoas, instituições e processos) ao próprio indivíduo, sendo um requisito importante nos regimes democráticos. Indivíduos e instituições são a base da democracia (direitos individuais, estruturas políticas e de governo) e sua legitimidade é fundamental para o funcionamento saudável do regime.

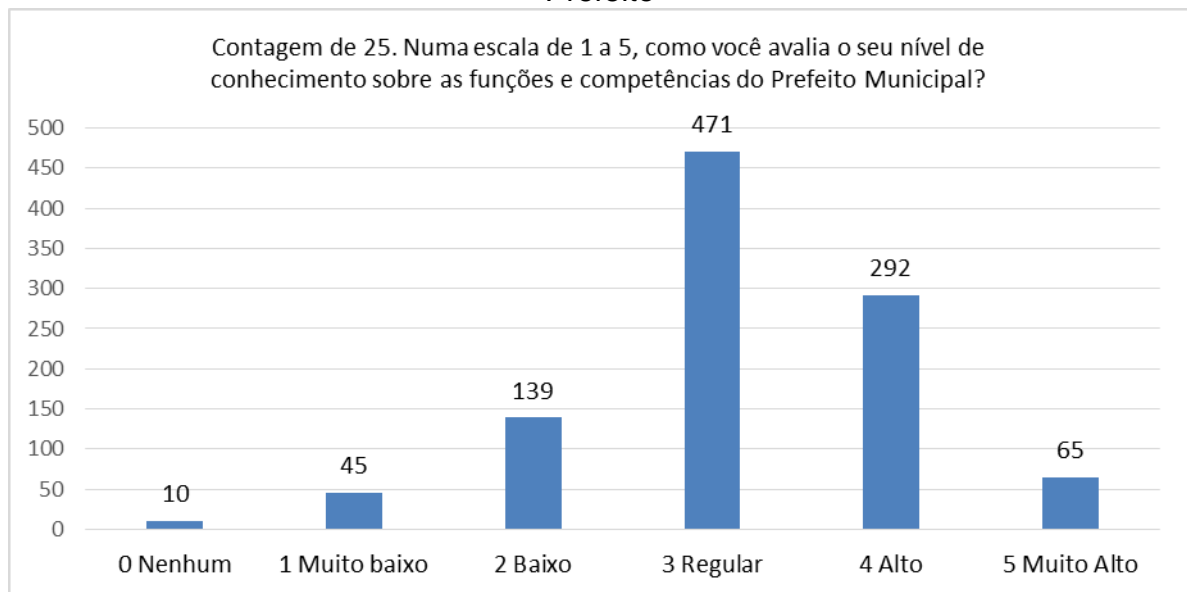
Diante disso, verifica-se que não há uma congruência plena entre o arranjo institucional e a cultura política no município de Santo Cristo/RS, visto que até então há a indicação de que a cultura política predominante é de súdito e as instituições são democráticas. Isso porque os entrevistados manifestaram cognitiva, afetiva e avaliativamente uma proximidade maior da frequência 0,5. Verifica-se que a maioria dos entrevistados tem orientações políticas (*inputs*) e aspiram de certa forma, a democracia. Aceitam normas de uma cultura de participação, porém seu sentido de competência, sentimentos e confiabilidade tendem a ser mais passivos, o que dentro da tipologia de Almond e Verba (1972) caracteriza uma cultura de súdito.

#### **4.2.2 Processo administrativo (*Output*)**

O terceiro objeto investigado foi o processo administrativo (*output*), mediante o qual, de acordo com Almond e Verba (1972), são aplicados os princípios da autoridade do governo através das estruturas predominantemente burocráticas. Neste objeto, buscou-se verificar o conhecimento, sentimento e como os indivíduos o avaliam dentro do sistema político em geral, através dos seus papéis e titularidades.

Desta forma, a primeira orientação analisada foi a cognitiva, onde se buscou identificar o nível de conhecimento dos indivíduos sobre as funções e competências do prefeito e dos vereadores separadamente. Estes representam os interesses da sociedade e são os principais responsáveis em aplicar, através de ações político governamentais, as suas decisões.

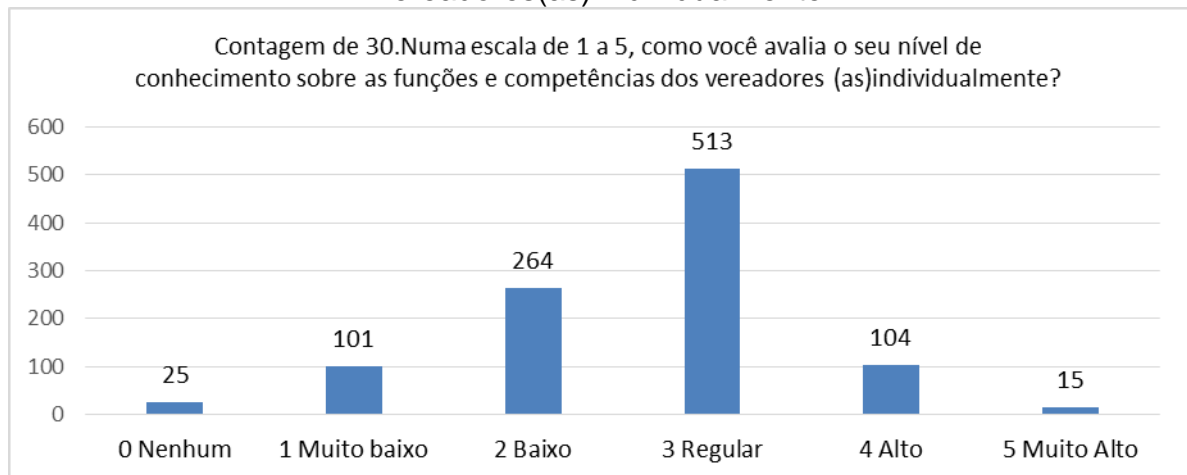
**Gráfico 8- Nível de conhecimento sobre as funções e competências do Prefeito**



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme os gráficos 8 e 9, pode-se perceber que a média geral ficou mais próxima da frequência 0,5. Isto expressa uma cultura de sùdito.

**Gráfico 9- Nível de conhecimento sobre as funções e competências dos (as) vereadores(as) individualmente**



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No modelo discursivo da democracia de Habermas (1997), a tomada de decisões não é de competência apenas do sistema político. Ao usar o modelo de centro-periferia desenvolvido por B. Peters, o sistema político, ou seja, o centro, também chamado de núcleo, é formado pela administração, ou seja, o governo, o judiciário e a formação democrática da opinião e da vontade – corporações parlamentares, concorrências entre partidos, eleições políticas, entre outros.

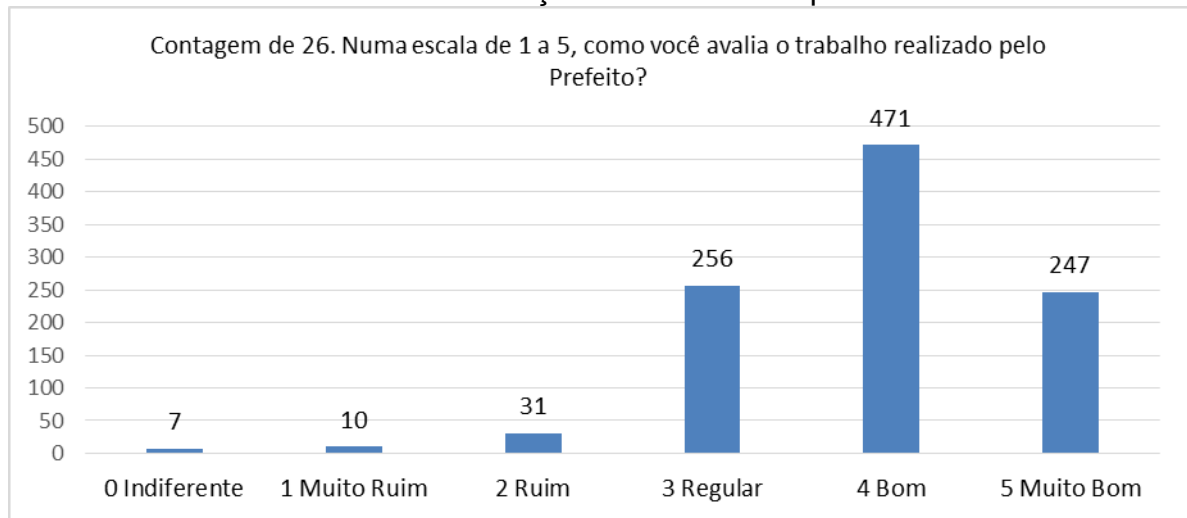
Na margem tem-se a periferia, que engloba instituições variadas, às quais são conferidos tipos diferentes de funções estatais delegadas ou autoadministração, de soberania ou controle, como universidade, grupos de interesses, sindicatos, associações, fundações, entres outras. Nesta inter-relação entre centro e periferia, tem-se a formação das vontades democráticas em espaços institucionais, bem como a constituição de opiniões e vontades informais, através da esfera pública.

Esta esfera funciona como uma caixa de ressonância das demandas da sociedade ao sistema político, havendo a capacidade de institucionalização de problemas sociais, o que possibilita a fundamentação e legitimação do processo democrático (Habermas, 1997). Logo, ter uma boa percepção sobre as funções e competências dos Poderes Executivo e Legislativo, tanto em suas estruturas quanto sobre os agentes políticos, que tratam e convertem as demandas da sociedade em princípios de autoridades, faz com que haja uma eficiência maior na tomada de decisões das ações políticas e governamentais em prol de toda a sociedade, o que dá sustentação ao sistema político democrático.

No caso do município de Santo Cristo/RS, esta percepção demonstra-se mediana, ou seja, os indivíduos até tem conhecimento das autoridades governamentais, porém a relação com as estruturas e agentes políticos consiste numa passividade. Os indivíduos ficam sujeitos às ações governamentais.

Ao observar a orientação afetiva em relação ao processo administrativo, os indivíduos tiveram uma maior proximidade da frequência 1, conforme os gráficos 10 e 11. A avaliação e o sentimento em relação ao trabalho do prefeito e a estrutura de serviços ofertada pela prefeitura, por exemplo, de uma forma geral é boa.

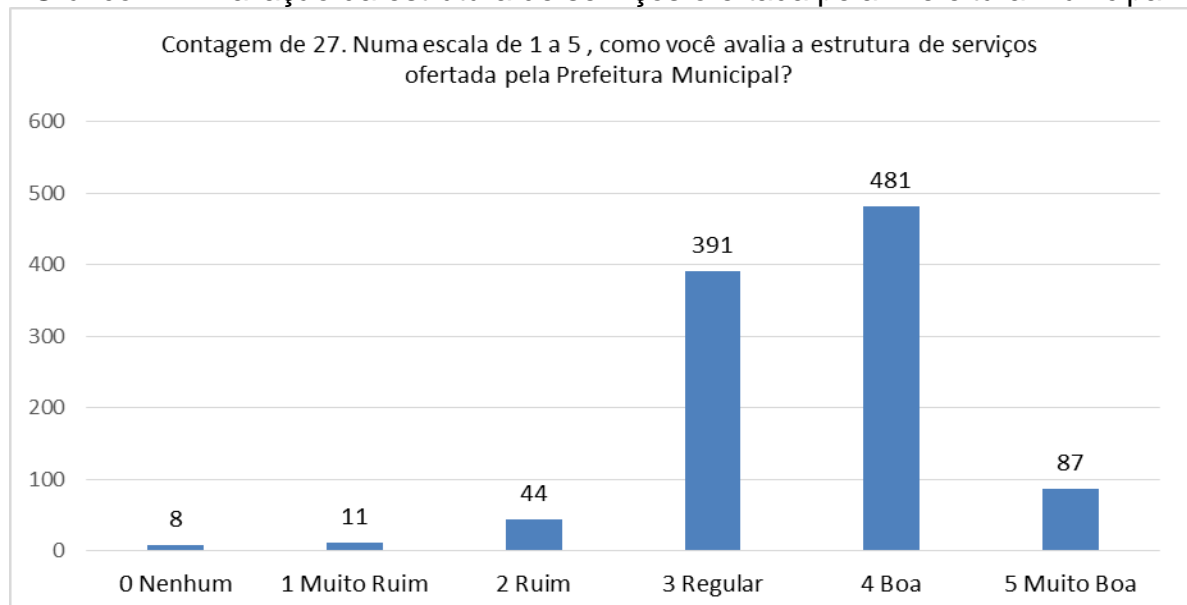
Gráfico 10- Avaliação do trabalho do prefeito



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como argumentado por Rocha (2009), a maior proximidade entre o poder público e a sociedade, através do fortalecimento das instituições públicas locais, oportuniza, além da participação, uma maior influencia na proposição de soluções mais condizentes com a realidade da população em foco. O processo democrático não se baseia apenas numa condição institucional para o desenvolvimento, mas como uma parte constitutiva dele. Logo a participação da sociedade torna-se essencial para a legitimação e consolidação do processo, visto que este cria as oportunidades, mas os resultados vão de acordo com o uso que se faz das mesmas. (SEN, 2010).

Gráfico 11- Avaliação da estrutura de serviços ofertada pela Prefeitura Municipal

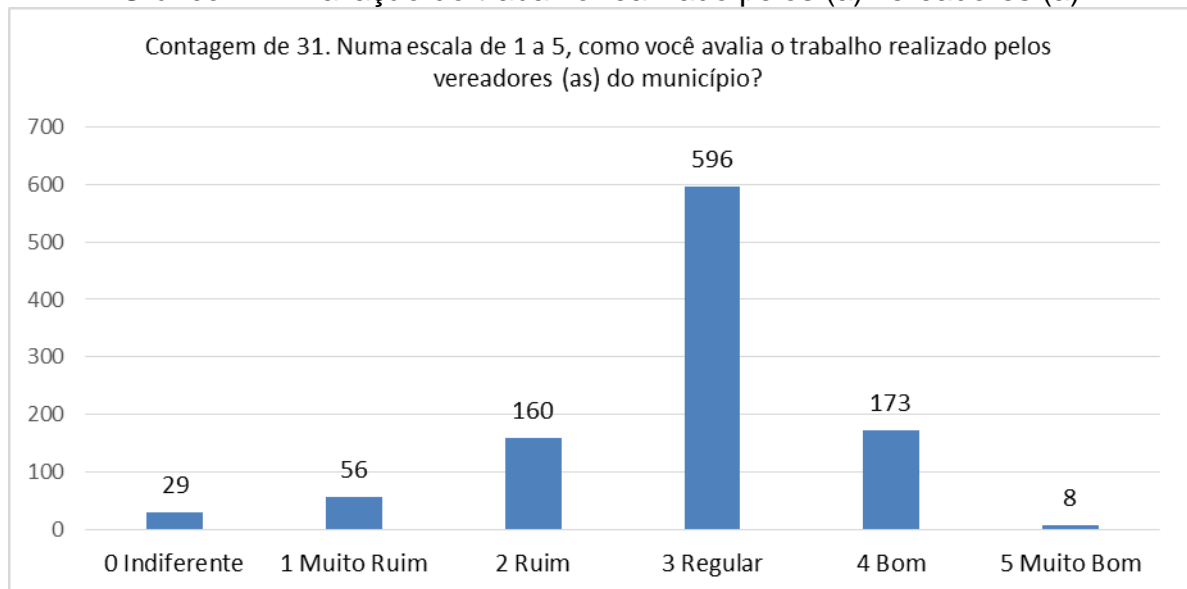


Fonte: Elaborado pela autora (2021).



Quando analisamos as respostas em relação à avaliação e o sentimento dos indivíduos quanto ao trabalho dos (as) vereadores (as) e estrutura de serviços ofertada pela câmara de vereadores, a média geral dos entrevistados manifestou um sentimento e uma avaliação regular, conforme os gráficos 12 e 13, se aproximando mais da frequência 0,5. Teve-se uma maior aproximação desta mesma frequência quando se questionou os entrevistados em relação às políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo à sociedade e também quanto ao trabalho dos servidores públicos do município, especificamente.

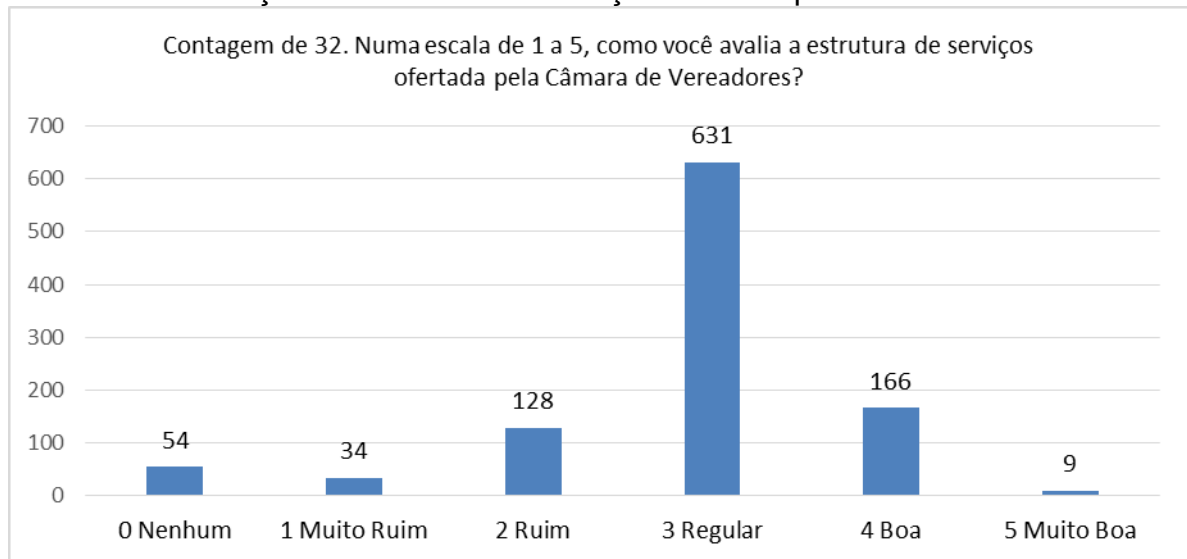
Gráfico 12- Avaliação do trabalho realizado pelos (a) vereadores (a)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao comparar com os resultados obtidos em relação à prefeitura, percebe-se que o Poder Legislativo tem uma avaliação mais baixa. Isso incide numa percepção e avaliação menor sobre este Poder.

Gráfico 13- Avaliação da estrutura de serviços ofertada pela Câmara de Vereadores



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir destes gráficos, ao analisar a orientação avaliativa, tem-se uma frequência que permanece mais próxima de 0,5 na média geral, visto que as opiniões combinadas com as informações e os sentimentos sobre as instituições e agentes, bem como sobre as políticas públicas implementadas na sociedade em questão, demonstram experiências neutras entre a população e os arranjos institucionais democráticos. Ou seja, tem-se uma institucionalização democrática presente, para a qual os indivíduos manifestam um sentido de neutralidade, não a desaprovando ou aprovando em sua totalidade. Tem-se apenas uma frequência mais elevada quando relacionada ao trabalho do prefeito e a estrutura de serviços ofertadas pela prefeitura, o que demonstra uma aprovação do governo local, mas vista como resultado de feitos pessoais, personificando as relações com as estruturas do sistema político. Moisés (2008, p 18) argumenta que “tanto a tradição da cultura política como a que valoriza o formato e o desempenho das instituições, influem sobre como os cidadãos se relacionam com o regime democrático”.

Desta forma, verifica-se que no município de Santo Cristo/RS há predominância de uma cultura política de súdito, que segundo Almond e Verba (1972) tem uma avaliação mais alta em relação aos objetos sistema político geral e processo administrativo (*output*). Tem-se uma compreensão do governo e seus feitos e há uma submissão aos mesmos, sendo menos influenciadores no processo político (*input*), onde ocorre a corrente de demandas da sociedade ao sistema político.

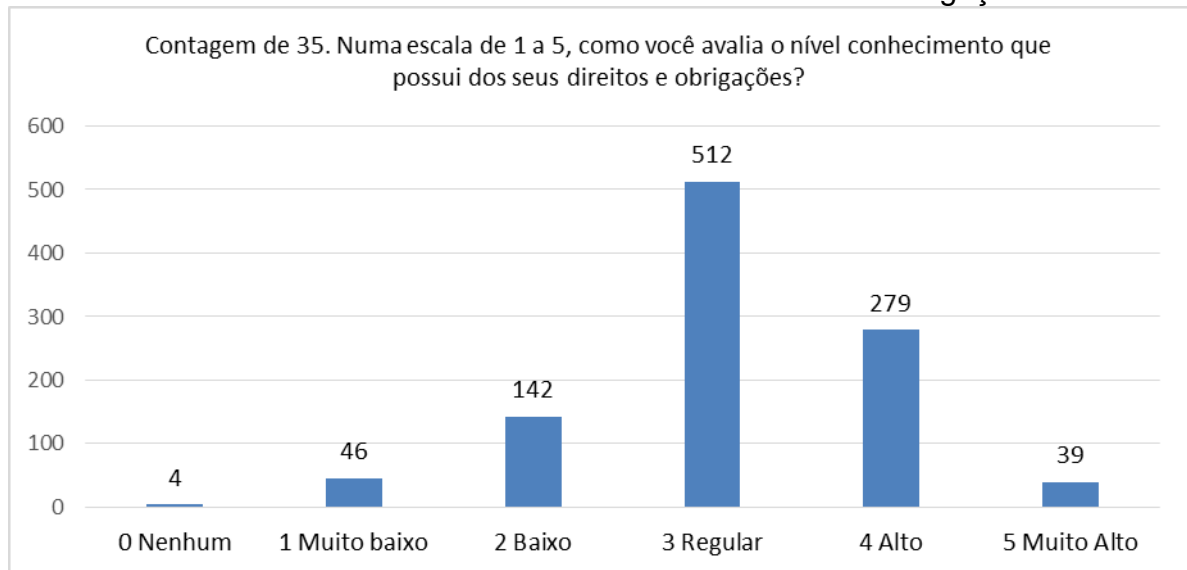
Logo, não se deixa de ter um regime democrático consolidado, porém não há uma congruência total entre o arranjo institucional democrático e a cultura política predominante que se faz presente dentre a população santo-cristense. Ou seja, até então o exercício de cidadania se dá em termos mais normativos e burocráticos do que políticos, onde os indivíduos percebem-se mais como usuários de políticas públicas do que agentes diretos do sistema político, mesmo tendo oportunidades fomentadas dentro da esfera pública, onde as opiniões da sociedade podem influenciar nas ações governamentais, o que só é possível por haver um regime democrático.

#### **4.2.3 Autoimagem**

O quarto e último objeto analisado, no enfoque das orientações políticas dos indivíduos em relação aos objetos políticos, para identificar a cultura política predominante no município de Santo Cristo/RS, foi a auto-orientação, ou também chamada de autoimagem. Este objeto refere-se ao indivíduo como elemento político ativo, bem como o conteúdo e a qualidade do seu senso de competência pessoal no sistema político (ALMOND; VERBA, 1972). De acordo com Sen (2010) os indivíduos de uma sociedade, no exercício da cidadania e pelas oportunidades criadas pelo sistema político democrático, devem atuar como agentes ativos e percussores de demandas a serem atendidas pelo sistema político e não apenas como meros beneficiários passivos de programas governamentais.

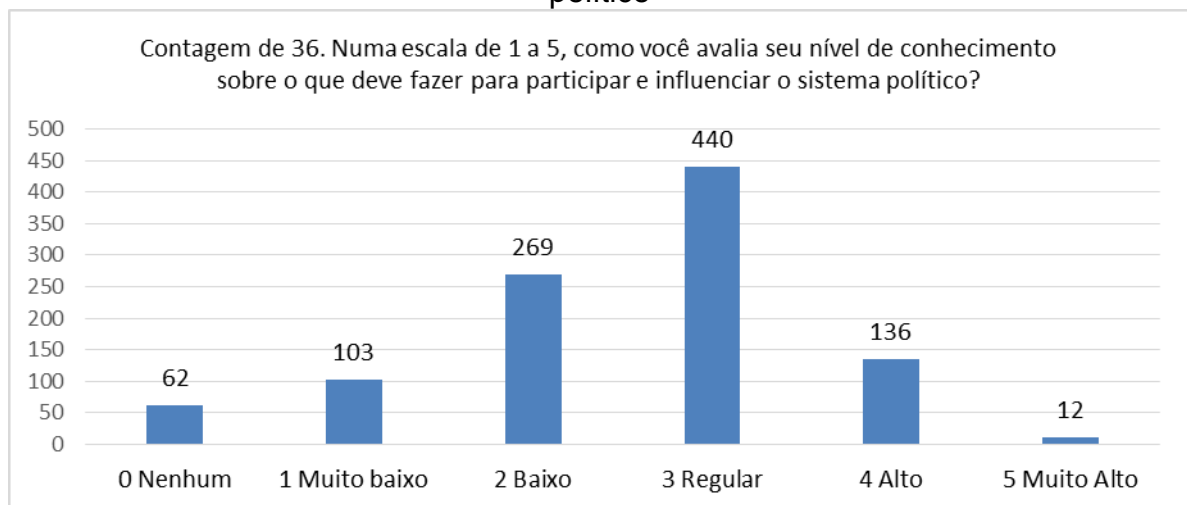
Nesse sentido, ao examinar os dados coletados sobre o nível de conhecimento dos indivíduos a respeito dos seus direitos e obrigações e sobre o que devem fazer para participar e influenciar no sistema político, a frequência na orientação cognitiva se aproximou de 0,5.

Gráfico 14- Nível de conhecimento sobre direitos e obrigações



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 15- Nível de conhecimento sobre como participar e influenciar no sistema político

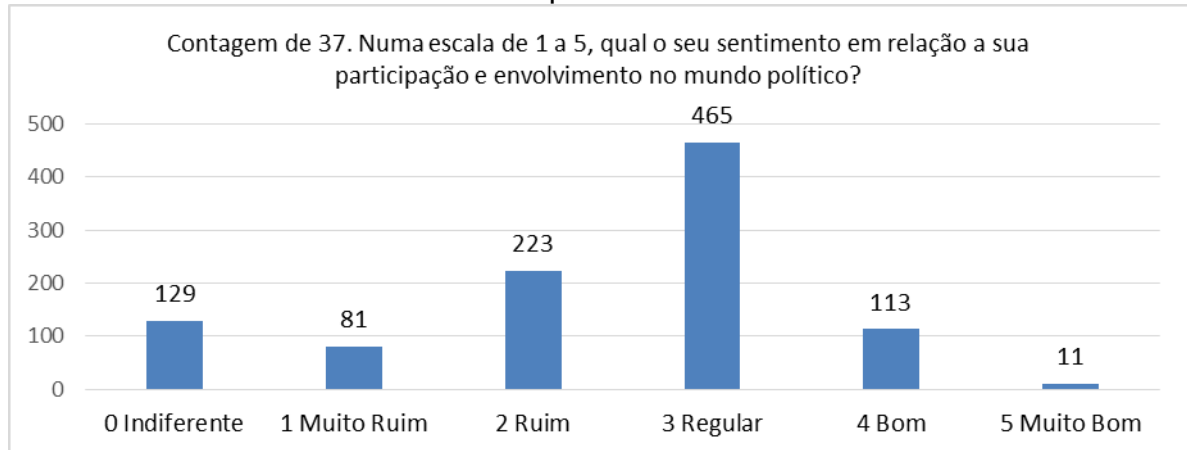


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na orientação afetiva, conforme o gráfico 16, a frequência também se manteve mais próxima de 0,5, apontando que o sentimento dos indivíduos em relação a sua participação e envolvimento no mundo político, em média, é regular. Os indivíduos não se sentem como agentes políticos ativos no sistema político, ou seja, são mais passivos do que ativos, não desejando ter muita margem para participar ou interferir no sistema político. Estão mais orientados afetivamente e aprovam o governo local, mesmo que haja inconformismos e críticas a algumas ações, porém isso não chega a gerar movimentos políticos, mas sim uma

passividade, o que nas tipologias de Almond e Verba (1972) indica uma cultura política de súdito.

Gráfico 16 - Sentimento em relação a sua participação e envolvimento no mundo político

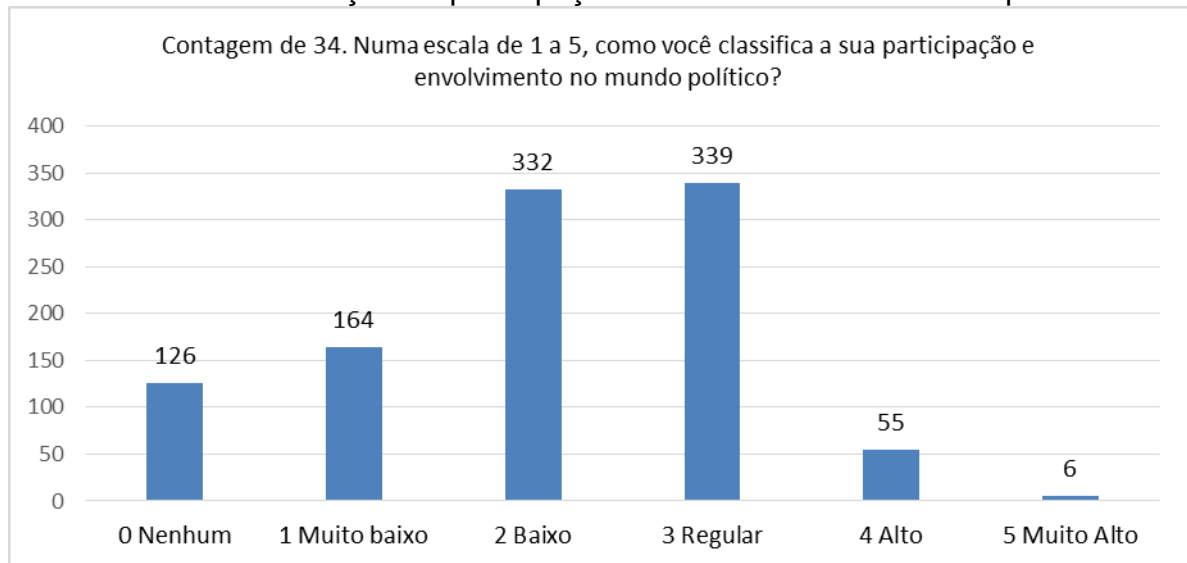


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto à orientação de avaliação dos indivíduos em relação a sua imagem como agente ativo no sistema político, a frequência se aproximou mais de 0, conforme o gráfico 17, classificando, na média geral, que sua participação e envolvimento são baixos ou muito baixos, o que indica traços de uma cultura política paroquial, que segundo Almond e Verba (1972) existe nos sistemas tradicionais mais simples. Ou seja, quando analisamos a autoimagem dos indivíduos, tem-se a presença do paroquialismo, no qual o indivíduo não espera nada do sistema político e prefere não se envolver. Almond e Verba (1972) argumentam que este tipo de cultura apresenta uma orientação na qual os indivíduos até podem ter a consciência de um regime político central, mas seus sentimentos em relação a isso são incertos ou negativos.

Há certa compreensão, pelos indivíduos, dos seus direitos e deveres como cidadãos, mas o exercício da cidadania está mais ligado a burocracias, ou seja, como beneficiários passivos de políticas públicas, do que como agentes políticos que podem interferir diretamente no sistema político (ALMOND; VERBA, 1972).

Gráfico 17- Avaliação de participação e envolvimento no mundo político



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir da análise das orientações cognitiva, afetiva e avaliativa, para os objetos políticos: sistema político geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem, percebe-se que na média geral a cultura predominante no município de Santo Cristo/RS contém importantes elementos de uma cultura política de súdito. Os indivíduos têm um razoável conhecimento e até valorizam de certa forma as instituições, as estruturas e processos administrativos, sabendo dos seus direitos e deveres como cidadãos e como podem influenciar e participar do sistema político, mas não desejam interferir ou participar no processo político. Além disso, tem-se, na média geral, a presença de traços de uma cultura política paroquial, quando os indivíduos classificam o seu envolvimento e participação no mundo político muito baixo ou baixo.

Logo, mesmo que de uma forma geral a população é ativa e participativa na vida comunitária e o regime político instalado ser democrático, tem-se no município de Santo Cristo/RS, uma cultura política de súdito, com traços de uma cultura paroquial, em sua média geral. Almond e Verba argumentam que “*en la cultura cívica se combinan las orientaciones políticas de participación com las de súbdito y las parroquiales, sin ocupar su lugar*” (ALMOND; VERBA, 1972, p. 194). Ou seja, mesmo que haja a predominância de uma cultura política de súdito, os indivíduos podem participar e confiar no processo político, bem como podem não apresentar interesse sobre o sistema político geral. Pode haver a predominância de uma cultura

política, sem que se abandone as orientações em relação às outras culturas políticas. (ALMOND; VERBA, 1972).

Nesse sentido, Almond e Verba (1972, p. 198) afirmam que *“la clasificación que hemos desarrollo nos proporciona, simplemente, um instrumento lógico para reunir sumariamente los aspectos culturales de los sistemas políticos”*. Desta forma, um simples esquema tripartido de cultura política, usado para tipificar a realidade estudada, auxilia na compreensão e no sentido de um contexto político, porém o encaixe em sua totalidade em uma definição, dificilmente será possível, pois a realidade é complexa e multidirecional.

Uma cultura de súdito não elimina orientações difusas para orientações primárias e íntimas da comunidade, como as paroquiais, por exemplo. Assim como acrescentar a estas orientações, relativas a grupos familiares, comunidades religiosas e morais, uma orientação subjetiva especializada relacionada a instituições governamentais democráticas. Da mesma forma, a cultura de participação é um extrato adicional que pode ser combinado com as outras culturas. Assim, o cidadão de um sistema político de participação está orientado não apenas para a participação ativa em assuntos políticos, mas está sujeito à lei e autoridade, e é membro de grupos primários mais difusos, ou seja, de grupos com orientações mais semelhantes à de súdito e paroquiais, o que reflete na congruência destas com a de participação (ALMOND; VERBA, 1972).

As orientações políticas não participantes, mais tradicionais, tendem a limitar e reduzir a entrega do indivíduo a assuntos políticos. Mas a manutenção dessas atitudes mais tradicionais e sua associação com as orientações de participação conduzem a uma política equilibrada, onde a articulação e atividade política, bem como a racionalidade e o conhecimento da sua implicação existem, porém são compensadas pela passividade e tradicionalismo de orientações paroquiais e de súdito (ALMOND; VERBA, 1972).

No caso da população do município de Santo Cristo/RS, a cultura de súdito demonstra que há a sobrevivência forte de certos sentimentos e percepções que remetem a uma concepção de cidadania passiva, quando os indivíduos manifestam não participarem ativamente e não se envolverem, não desejarem ou desejarem muito pouco, do sistema político em particular. Até demonstram ter conhecimento e apreço pela democracia, pelas instituições e seus agentes, mas ainda é frágil a compreensão de seu papel como político propriamente dito. Não se colocam como

atores políticos ativos, sendo mais usuários das políticas públicas implementadas do que sujeitos que desejam influenciar ativamente o governo.

Ou seja, predomina a ideia de que são as instituições e os agentes políticos os responsáveis pelo funcionamento da democracia, faltando uma noção mais ativa do exercício de cidadania, uma compreensão mais ampla do regime democrático e das oportunidades que este oferece, mas que só serão efetivas e eficazes se todos participarem.

Nesse sentido, Sen (2010) afirma “que por mais valiosa que a democracia seja como uma fonte fundamental de oportunidade social (reconhecimento que pode requerer uma defesa vigorosa) existe ainda a necessidade de examinar caminhos e os meios para fazê-la funcionar bem, para realizar seus potenciais”. Ou seja, para que haja uma justiça social não são apenas as formas institucionais que incluem estruturas, regras e regulamentações democráticas, que irão garantir a sua efetivação, mas também o cultivo, a prática efetiva como agente ativo no sistema político, mesmo que seja em uma democracia bem estabelecida, pois os níveis de cultura política influenciam democracia e o desenvolvimento.



### 4.3 CONEXÕES ENTRE GRUPOS, PERCEPÇÕES E CULTURAS POLÍTICAS

Os conceitos sobre os tipos de culturas políticas até aqui usados nos permitem determinar que inclinações existem para as atitudes e comportamentos políticos, em todo o sistema político ou em suas diferentes partes, entre grupos de orientação especial ou em pontos-chaves de iniciativa ou decisão na estrutura política (ALMOND; VERBA, 1972). Desta forma, após a análise das orientações cognitiva, afetiva e avaliativa, para os objetos políticos: sistema político geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem, fez-se uma análise para verificar a possível existência de conexões entre grupos com as tipologias usadas, ou seja, se há diferenças nas percepções de acordo com a distribuição dos indivíduos entre as variáveis (sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia e religião) em relação aos tipos de culturas políticas identificados, conforme será apresentado nas subseções a seguir.

Na média geral a amostra populacional do município de Santo Cristo/RS apontou tendência para uma cultura política de súdito. Porém, traços de cultura paroquial e de participação também são identificados, o que será mais especificado a partir de agora.

Almond e Verba (1972) argumentam que uma cultura cívica pode combinar orientações políticas de participação com as de súdito e paroquial, sem que uma ocupe o lugar da outra ou se sobreponha. Há a possibilidade da congruência entre os tipos de culturas políticas.

*[...] Las orientaciones políticas no participantes, más tradicionales, tienden a limitar y a aminorar la entrega del individuo a los asuntos políticos. Em certo sentido, las orientaciones parroquiales y de súbdito <<manejam>>, o mantienen en su lugar, las orientaciones políticas de participación. De este modo, las actitudes favorables a la participación dentro del sistema político desempeñan un papel más importante em la cultura cívica, pero igualmente influyen otras actitudes no políticas, como la confianza em otras personas y la participación social en general. El mantenimiento de estas actitudes más tradicionales y su fusión con las orientaciones de participación conducen a una cultura política equilibrada em que la actividad política, la implicación y la racionalidad existen, pero compensadas por la pasividad, el tradicionalismo y la entrega a los valores parroquiales. (ALMOND; VERBA, 1972, p. 194).*

### 4.3.1 Variável sexo

Quando analisamos a variável sexo, trabalhamos com dois grupos: feminino e masculino. Foram entrevistadas 581 mulheres, que representam 56,85% da amostra e 441 homens, que representam 43,2% da amostra, sendo o total de 1022 indivíduos entrevistados. Na média geral o grupo das mulheres manteve as orientações políticas – cognitiva, afetiva e avaliativa - em relação aos objetos políticos – sistema político em geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) - na mesma frequência da média geral vista anteriormente. No caso, mais próxima da frequência 1 em relação ao sistema político geral e mais próxima de 0,5 em relação ao processo político e administrativo.

Quanto à autoimagem, o grupo das mulheres ficou dividido entre as frequências 0 e 0,5. Isto foi identificado quando as entrevistadas foram questionadas sobre a sua participação e envolvimento no mundo político e sobre o seu nível de conhecimento do que devem fazer para participar e influenciar o sistema político, onde as suas respostas representam níveis mais baixos de cognição e avaliação. Ou seja, há uma tendência levemente maior à cultura paroquial neste grupo, do que no dos homens, mas na média do grupo não deixa de prevalecer uma cultura de súdito, conforme o quadro 7.

Quadro 7 - Análise da variável sexo

<b>Sexo</b>	<b>Cultura Política Predominante</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>% do total de entrevistados</b>
Feminino	Súdito	581	56,8
Masculino	Súdito	441	43,2
Total de entrevistados		1022	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

No grupo dos homens mantiveram-se as mesmas frequências que na média geral em relação ao sistema político geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem. Logo, a variável sexo demonstra que apenas no grupo das mulheres há traços ligeiramente mais tendentes a uma cultura política paroquial quanto a sua autoimagem, mas que não chega a ser a média do grupo.

### 4.3.2 Variável idade

Na variável idade, ocorre algo semelhante, conforme podemos verificar no quadro 8:

Quadro 8 - Análise da variável idade

<b>Idade</b>	<b>Cultura Política Predominante</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>% do total de entrevistados</b>
18 a 24 anos	Súdito	161	15,8
25 a 34 anos	Súdito	279	27,3
35 a 44 anos	Súdito	178	17,4
45 a 54 anos	Súdito	192	18,8
55 a 64 anos	Súdito	121	11,8
Mais de 65 anos	Súdito	91	8,9
Total de entrevistados		1022	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Todos os grupos da variável idade tem na média a predominância de uma cultura de súdito e seguem as mesmas frequências da média geral. Porém, dois grupos apresentam algumas diferenças em relação à média geral, mas que não chegam a mudar a cultura predominante.

O primeiro é grupo dos indivíduos entre 18 a 24 anos (161 entrevistados = 15,8% da amostra) que manifestaram uma frequência dividida entre 0,5 e 1 quanto ao sistema político geral, sendo que a média geral deste objeto político é mais próxima de 1. A maior proximidade com a frequência 0,5 se manifestou quando os entrevistados foram questionados sobre o seu nível de conhecimento em relação ao município de Santo Cristo/RS, considerando: sua história, organização política, atividades econômicas, etc. Também, sobre os seus níveis de confiança nas pessoas de um modo em geral, na instituição religiosa que frequentam, e nos colegas de trabalho, manifestando níveis mais baixos quanto às orientações cognitiva e afetiva.

O segundo grupo que apresenta diferenças em relação à média geral é o grupo dos indivíduos com mais de 65 anos (91 entrevistados = 8,9% da amostra). Este grupo se divide entre a frequência 0 e 0,5 em relação ao objeto autoimagem, sendo que a média geral deste é de 0,5. Os entrevistados se aproximam da frequência 0, ou seja, da cultura paroquial, quando são questionados sobre a sua

participação e envolvimento no mundo político e sobre o seu nível de conhecimento do que devem fazer para participar e influenciar o sistema político, onde as suas respostas representam níveis mais baixos de cognição e avaliação.

Desta forma, os grupos extremos, dos mais jovens e mais idosos, revelaram ter traços de uma cultura paroquial ligeiramente maior que os demais grupos. O primeiro quanto ao sistema político geral e o segundo quanto a sua autoimagem. Mas em ambos os casos a média permanece com a predominância de uma cultura de súdito, conforme a média geral da pesquisa.

#### 4.3.3 Variável renda familiar

Ao se analisar os grupos de acordo com a renda familiar e a sua relação com as culturas identificadas, percebe-se que os indivíduos, em sua maioria, também seguem a média geral da pesquisa, conforme o quadro 9:

Quadro 9 - Análise da variável renda familiar

<b>Renda familiar</b>	<b>Cultura Política Predominante</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>% do total de entrevistados</b>
Até 1 salário mínimo	Súdito	143	14,0
De 1 a 3 salários mínimos	Súdito	541	52,9
De 3 a 5 salários mínimos	Súdito	227	22,2
De 5 a 10 salários mínimos	Súdito	89	8,7
Mais de 10 salários mínimos	Participativa	22	2,2
Total de entrevistados		1022	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

O grupo de indivíduos que recebem de 1 a 3 salários mínimos (541 entrevistados = 52,9% da amostra) apresentou uma divisão entre as frequências de 0 e 0,5 em relação ao objeto político de autoimagem. Quando questionados sobre a sua participação e envolvimento no mundo político e sobre o seu nível de conhecimento do que devem fazer para participar e influenciar o sistema político, apresentam níveis mais baixos quanto a cognição e avaliação, estando mais

próximos da frequência 0. Porém a média do grupo permanece com uma cultura de súdito.

Já o grupo de entrevistados que recebem mais de 10 salários mínimos (22 entrevistados = 2,2% da amostra) revelou uma cultura de participação em sua média. Este grupo, em específico, manifestou uma maior proximidade com a frequência 1, quanto aos objetos sistema político geral, processo administrativo (*output*) e a autoimagem. Apenas quanto ao objeto processo político (*input*), que a média ficou mais próxima da frequência 0,5.

Desta forma é possível verificar que quanto maior a renda familiar, melhor as pessoas avaliam os objetos políticos, principalmente no que tange a autoimagem, o que por sua vez é visto como algo positivo em relação ao aumento do exercício da cidadania e da consciência política. Isso conseqüentemente influencia na efetivação e consolidação de um regime democrático, porém ainda é preciso ver formas de trazer esta consciência democrática para a maioria, uma vez que os grupos com rendas mais elevadas são minorias.

#### 4.3.4 Variável escolaridade

Na variável escolaridade talvez tenhamos os grupos com maiores diferenças quando comparados aos demais, anteriormente citados. A média geral é de que haja uma frequência mais próxima de 1 no objeto sistema político geral e 0,5 quanto aos objetos processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem. Mas, conforme o quadro 10, podemos verificar diferenças quanto às percepções de acordo com a distribuição dos indivíduos entre os tipos de culturas políticas.

Quadro 10 - Análise da variável escolaridade (continua)

<b>Escolaridade</b>	<b>Cultura Política Predominante</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>% do total de entrevistados</b>
Analfabeto	Paroquial	03	0,3
Ensino Fundamental Incompleto	Súdito	198	19,4
Ensino Fundamental Completo	Súdito	88	8,6

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quadro 10 - Análise da variável escolaridade (continuação)

Ensino Médio Incompleto	Súdito	80	7,8
Ensino Médio Completo	Súdito	344	33,6
Ensino Superior Incompleto	Súdito	88	8,6
Ensino Superior Completo	Súdito	140	13,7
Pós-Graduação Incompleta	Súdito	12	1,2
Pós-Graduação Completa	Participativa	69	6,8
Total de entrevistados		1022	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

No grupo dos analfabetos (03 entrevistados = 0,3% da amostra) temos uma média que se aproxima mais de 0 em relação aos objetos processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem. Quanto ao objeto sistema político geral a média fica mais próxima da frequência 0,5. Desta forma, este grupo apresenta com maior ênfase a presença de traços de uma cultura paroquial em suas orientações cognitiva, afetiva e avaliativa.

No outro extremo temos o grupo dos indivíduos com pós-graduação completa (69 entrevistados = 6,8% da amostra). Este apresenta na sua média uma aproximação maior da frequência 1 quanto aos objetos sistema político geral, processo administrativo (*output*) e autoimagem. Quanto ao processo político (*input*), a sua frequência se aproxima mais de 0,5. Assim, este grupo apresenta uma maior tendência a uma cultura de participação em sua média.

Quanto ao grupo de ensino fundamental incompleto (198 entrevistados = 19,5% da amostra), também se verificou a presença de traços paroquiais quanto à autoimagem, quando foram questionados sobre a sua participação e envolvimento no mundo político e sobre o seu nível de conhecimento do que devem fazer para participar e influenciar o sistema político, apresentam níveis mais baixos quanto à cognição e avaliação. Porém a frequência 0, não é a média geral do grupo, permanecendo-se em maior evidência a cultura de súdito.

No grupo da pós-graduação incompleta (12 entrevistados = 1,2% da amostra) também houve algumas diferenças em relação à média geral. Em sua média

prevalece a cultura de súdito, porém traços da cultura paroquial aparecem quando avaliam o processo político (*input*), onde são questionados sobre o nível de conhecimento sobre os papéis das diferentes instituições políticas governamentais, seu sentimento em relação a essas instituições, seu nível de confiança nos partidos políticos que atuam no município, na instituição Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal.

Também no que tange ao objeto autoimagem, traços paroquiais se fazem presentes ao se questionar sobre a participação e envolvimento no mundo político e sobre o nível de conhecimento do que devem fazer para participar e influenciar o sistema político apresentam níveis mais baixos quanto à cognição e avaliação. Desta forma é um grupo que apresenta traços de uma cultura paroquial em certos objetos, mas não chega a ser a média, o que significa que perdura uma cultura de súdito.

De uma forma em geral, a variável escolaridade sempre é tomada como um forte potencializador da consciência política e da cultura democrática. Mas isso fica mais claro apenas quando analisamos o grupo da pós-graduação completa, que demonstra o que temos, na teoria, como uma cultura política de participação. Embora a escolaridade seja um fator positivamente associado à consolidação da cultura democrática, no caso deste estudo, essa associação se torna realmente significativa apenas quando levamos em conta o grupo de pós-graduação completa, que não chega a ser a maioria da variável escolaridade.

#### **4.3.5 Variável local de moradia**

Quando analisado o local de moradia, identificou-se que os entrevistados, conforme o quadro 11, mantiveram as suas frequências conforme a média geral. Ou seja, uma frequência mais próxima de 1 quanto ao objeto sistema político geral e mais próxima de 0,5 em relação aos objetos processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem.

Quadro 11- Análise da variável local de moradia

<b>Local de Moradia</b>	<b>Cultura Política Predominante</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>% do total de entrevistados</b>
Zona Rural	Súdito	466	45,6
Zona Urbana	Súdito	556	54,4
Total de entrevistados		1022	100,0

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

#### 4.3.6 Variável religião

No que tange a variável religião, verificou-se que a católica tem predominância, totalizando 91,49% dos entrevistados, sendo que a evangélica aparece com 5,28% do total. Os demais entrevistados ficaram divididos em grupos religiosos com porcentagens muito baixas, o que para fins deste estudo, não se tornam relevantes, conforme pode ser verificado no quadro 12:

Quadro 12 - Análise da variável religião

<b>Religião</b>	<b>Cultura Política Predominante</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>% do total de entrevistados</b>
Católica	Súdito	935	91,5
Evangélica	Súdito	54	5,3
Espírita	Súdito	1	0,1
Umbanda	Súdito	1	0,1
Luterana	Súdito	1	0,1
Remanescente Adventista	Súdito	1	0,1
Ateu	Súdito	4	0,4
Não definido	Súdito	1	0,1
Não se aplica	Súdito	24	2,3
Total de entrevistados		1022	100,00

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Mas, o grupo da religião católica, como grupo predominante dentre as religiões, segue nas mesmas frequências em relação aos objetos políticos, sendo mais próxima de 1, em relação ao sistema político em geral e 0,5 em relação ao processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e a sua autoimagem, prevalecendo desta forma uma cultura de súdito. Os demais grupos, apesar de contarem com porcentagens menores de representação, permanecem com traços predominantes da mesma cultura.



Logo, não há como identificar se a percepção dos indivíduos muda de acordo com a religião a qual seguem, uma vez que mais que 90% dos entrevistados são católicos. Ou seja, como não há um número significativo de religiosos de outras religiões, fica improdutiva a análise desta variável quanto as suas possíveis conexões de diferentes religiões em relação à cultura política. Assim fica predominante a religião católica, dentro de uma cultura súdito, que segue as frequências da média geral, quanto aos objetos sistema político geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem.

Desta forma, ao se analisar todas as variáveis, podemos verificar que nenhuma, em sua média, se distancia de forma drástica da média geral da pesquisa, que indica a predominância de uma cultura de súdito. O que ocorre é que alguns grupos se diferenciam, como dos analfabetos, que manifestaram com maior destaque os traços de uma cultura paroquial, e os grupos de renda familiar de mais de 10 salários mínimos e com pós-graduação completa, que revelaram a presença de uma cultura de participação.

Nestes grupos os perfis típicos das predominâncias destas culturas políticas se definem da seguinte forma. Na cultura política paroquial, são indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda familiar, com idade superior a 65 anos, que residem na zona rural e são do sexo feminino.

Na cultura política de participação, os indivíduos “típicos” manifestaram dois perfis. O primeiro de homens, com ensino superior completo, com renda familiar superior a 10 salários mínimos, com idade de 45 a 54 anos, residentes na zona urbana. O segundo de mulheres, com pós-graduação completa, com renda familiar entre 1 a 5 salários mínimos, com idade entre 25 a 34 anos, também residentes na zona urbana, em sua maioria.

Já a cultura política de súdito, a qual predomina no município de Santo Cristo/RS, reflete, entre os entrevistados, um perfil de mulheres, com idade de 25 a 34 anos, com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, ensino médio completo, residentes na zona urbana. De salientar que em todos os perfis a religião que se destaca é a católica.

Assim, a partir da análise dos dados, conseguiu-se identificar os tipos de culturas políticas no município de Santo Cristo/RS, constatando-se a predominância da cultura de súdito, com traços de paroquialismo e participação. Também, alcançou-se o objetivo de estabelecer conexões com elementos específicos de percepção e

conhecimento sobre as instituições políticas locais, como poderes executivo e legislativo, partidos políticos, entre outros, visando-se verificar se há diferenças na percepção dos cidadãos de acordo com a distribuição entre os tipos de culturas políticas identificadas, bem como verificar as distinções entre os diferentes grupos populacionais nos componentes gerais das culturas políticas manifestadas, que no caso, mostraram-se mais evidentes no grupo dos analfabetos, os quais enfatizaram uma cultura política paroquial. E, os grupos de indivíduos com mais de 10 salários mínimos e com pós-graduação completa, que salientaram uma cultura de participação. Além de se conseguir traçar o perfil típico do indivíduo em cada cultura política identificada. Logo, tem-se o objetivo geral, bem como os objetivos específicos propostos neste estudo, alcançado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As orientações políticas, elementos de uma cultura política, podem explicar as atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação aos objetos políticos, e como estão orientados em relação aos mesmos, definindo se estão enquadrados mais na parte superior da ação política ou na parte inferior da imposição política. Ou seja, como os indivíduos estão orientados cognitivamente, afetiva e avaliativamente em relação aos objetos: sistema político geral, processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e a autoimagem, em uma frequência de 0 a 1. Isto define a classificação das culturas políticas de Almond e Verba (1972) em paroquial, de súdito e de participação.

Na cultura política paroquial, há uma mistura entre religião, economia, hierarquias simbólicas e políticas. Os cidadãos chegam a demonstrar alguma consciência de um governo, do seu papel e funcionamento, porém não apresentam interesse, nem conhecimento sobre o sistema político geral. São essencialmente passivos como agentes políticos, limitando-se ao tradicionalismo. Dentro da frequência utilizada, as orientações cognitivas, afetivas e avaliativas em relação aos objetos políticos, se aproxima mais de 0.

Na cultura política de súdito, esta frequência fica mais próxima de 0,5. Nesta cultura as percepções dos indivíduos sobre o sistema político geral e processos administrativos são mais elevadas. Mas em relação aos processos políticos e a autoimagem os níveis de percepções são mais baixos. Logo, tem-se a consciência de um governo e suas funções e competências, compreensão da sujeição às ações do mesmo, mas não tem ou não desejam ter, pouca ou nenhuma, interferência ou participação nos processos decisórios, colocando-se como agentes políticos passivos dentro do sistema político, mais como recebedores do que como proponentes de ações governamentais.

Já na cultura de participação, os indivíduos se colocam como agentes políticos ativos dentro do sistema político geral, tendo conhecimento, envolvimento e valorização das estruturas, instituições e processos políticos e administrativos, se sentindo pertencentes a eles. A frequência nesta cultura fica mais próxima de 1. Trata-se de uma cultura política democrática em sua plenitude.

Desta forma, a fim de compreender qual o tipo de cultura predominante no município de Santo Cristo/RS, tendo como dois dos objetivos específicos a

identificação dos tipos de culturas políticas e analisar a possibilidade de classificar a população em questão na tipologia utilizada, foram entrevistadas 1022 pessoas, sendo uma amostra significativa e de seguridade estatística para o referido estudo, buscando-se seguir as proporções de estratificação indicadas pelo IBGE, no que se refere a sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia e religião. A análise se deu à luz da tipologia utilizada por Almond e Verba (1972), onde se pôde identificar os tipos de culturas políticas presentes no referido município.

De acordo com a média geral dos entrevistados, a cultura política predominante é a cultura política de súdito, onde os indivíduos possuem a consciência de uma autoridade governamental, manifestando orientações significativas em relação ao sistema político geral e uma neutralidade em relação aos objetos processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem, estando afetiva e avaliativamente orientados para tais. Ou seja, mesmo que haja uma cultura cívica participativa instaurada no município, onde os aspectos da vida comunitária como participação ativa na história, educação, religião e lazer, por exemplo, há a predominância de uma passividade, de uma cultura de súdito no que se refere à vida política.

Os indivíduos manifestam um nível mediano de conhecimento sobre as funções e competências das instituições, estruturas e processos, sabendo relativamente dos seus direitos e deveres como cidadãos e como podem influenciar e participar do sistema político. Porém, manifestam não participarem ativamente e não se envolverem, não desejarem ou muito pouco, do sistema político. Avaliam a sua participação e envolvimento no mundo político e o seu sentimento sobre isso, em níveis baixos não se considerando agentes políticos ativos no sistema político geral. O que por sua vez gera a passividade às ações governamentais, não se colocando contra e nem a favor.

Logo, temos a compreensão de que no município de Santo Cristo/RS, ocorre uma mescla de culturas políticas, que neste caso se refere à de súdito, paroquial e de participação. Almond e Verba (1972) afirmam que o passo positivo de uma cultura de súdito a outra de participação envolve a difusão de orientações positivas para uma infraestrutura democrática, a aceitação de norma de obrigação cívica e o desenvolvimento de um sentido de competência cívica em uma proporção substancial da população, mesmo que as orientações mais primitivas, como as de súdito, permaneçam nos comportamentos e atitudes da sociedade. Aceitam as

normas de uma cultura de participação, mas seu sentido de competência é baseado na experiência ou em um sentimento confiante de legitimidade, podendo produzir tendências de alienação (ALMOND; VERBA, 1972).

Existe, portanto, uma heterogeneidade, onde há a predominância de uma cultura de súdito, mas com traços culturais paroquiais e de participação. Os cidadãos santo-cristenses são uma mistura particular de orientações para súditos dentro do próprio sistema político, o que dá um entendimento maior sobre os níveis baixos de participação em audiências públicas que levam a discussões sobre Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual, ou de prestação de contas do governo municipal, ou em sessões ordinárias e extraordinárias realizadas pelo Poder Legislativo local. Além de clarificar as dúvidas por parte da população quanto às funções e competências dos Poderes locais, pois muitas vezes delegam as demandas das suas necessidades ao Legislativo, sendo que, na verdade, é de competência do Executivo e vice-versa.

Esta heterogeneidade fica mais evidente quando analisamos os grupos, nas variáveis (sexo, idade, renda familiar, escolaridade, local de moradia e religião), buscando-se verificar a possível existência de conexões entre os grupos e a tipologia usada por Almond e Verba (1972), e certificando-se se há diferenças nas percepções de acordo com a distribuição dos indivíduos entre os tipos de culturas políticas. Desta forma foi possível atender a mais dois dos objetivos específicos inicialmente propostos neste estudo.

Nesse sentido, a análise dos dados mostrou diferenças entre os grupos, dentro das variáveis. De acordo com a média geral, a frequência sempre se manteve mais próxima de 1 em relação ao objeto político sistema político geral e mais próxima da frequência 0,5 quanto ao processo político (*input*), processo administrativo (*output*) e autoimagem.

Ao se analisar a variável escolaridade, o grupo de analfabetos manifestou uma frequência, em sua média, quanto as suas orientações em relação aos objetos políticos, mais próxima de 0, deixando evidente os traços de uma cultura paroquial. Este grupo indica um perfil de indivíduo com mais de 65 anos, residente na zona rural, do sexo feminino e com renda familiar de até um salário mínimo. Já no outro extremo temos o grupo com pós-graduação que manifesta com maior evidência uma cultura de participação, ao aproximar a sua média a uma frequência mais próxima de 1. Neste grupo, temos um perfil de indivíduo com idade entre 25 a 34 anos,

residente na zona urbana, do sexo feminino e com renda entre 1 a 5 salários mínimos. Ao analisarmos a variável renda familiar, o grupo que demonstrou também ter uma identificação maior com uma cultura de participação é dos que possuem uma renda familiar maior de 10 salários mínimos, que definem um perfil de indivíduo com idade entre 45 a 54 anos, ensino superior completo, residentes na zona urbana, do sexo masculino.

Na cultura política de súdito, a qual predomina no município de Santo Cristo/RS, reflete, entre os entrevistados, um perfil de mulheres, com idade de 25 a 34 anos, com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, ensino médio completo, residentes na zona urbana.

Desta forma a variável escolaridade permite com maior evidência verificar as diferenças das percepções de acordo com a distribuição dos indivíduos entre a tipologia de cultura política utilizada, onde temos a presença do paroquialismo, do súdito e da participação. Assim, a educação além de um instrumento de capacitação para a atividade econômica, também é um dispositivo preparatório essencial para o exercício da cidadania, ou seja, da democracia em sua plenitude. A democracia nesse aspecto implica em acesso pleno à educação para todos, o que por consequência fortalece a democracia, na medida em que habilita as pessoas a exercerem o seu papel de cidadão ativo.

Os indivíduos não se colocarem como agentes políticos ativos, ou muito pouco, para Sen (2010) poderia comprometer a consolidação de um regime democrático e conseqüentemente o desenvolvimento, pois há uma incongruência entre o senso de competência pessoal e o sistema político. Mas, Almond e Verba (1972) frisam que a sua classificação de culturas políticas não implica que uma cultura substitua a outra, ou que onde houver uma não possa haver outra. Deixam claro em seus estudos que os cidadãos, de uma forma geral, podem estar orientados para a participação ativa em assuntos cívicos e políticos, por exemplo, mas nada impede de que também possam estar sujeitos à lei e autoridades que os fazem membros de grupos primários mais difusos, com orientações mais primitivas, como as de súdito, neste caso, o que não impede de que o regime democrático funcione e se consolide.

Mas, como é destacado por Sen (2010), ainda é preciso ver formas e os meios para que a democracia funcione de uma forma mais eficiente para toda a sociedade, para que tenham o senso de responsabilidade de que a sua articulação e

participação sempre serão essenciais no fomento à disseminação de uma cultura cívica democrática, o que conseqüentemente influencia no desenvolvimento local.

A presente pesquisa limitou-se em compreender os tipos de cultura política, bem como a percepção e o conhecimento da população sobre as instituições políticas no município de Santo Cristo/RS. Nesse sentido, trouxe contribuições importantes ao se identificar que apesar da vida comunitária de participação e quanto aos seus aspectos históricos, religiosos, educacionais e de lazer, através da organização de grupos de jovens, sindicatos, pastorais, grupos de voluntariados, grupos de idosos, grupos de bolão, grupos de mães, conselhos, diretorias em sociedades, grupos de danças, centro de tradições gauchescas- CTG, quando se trata da ênfase política, tem-se a forte presença de uma cultura de súdito, que limita o exercício pleno da cidadania.

Ou seja, mesmo com arranjos institucionais democráticos instalados, não há uma congruência plena com a cultura política instaurada, que prevalece dentro de um tradicionalismo, no qual os indivíduos são essencialmente agentes políticos passivos. O que por sua vez implica no funcionamento mais eficiente e eficaz do regime democrático, através do debate público que este oportuniza em suas esferas públicas locais, ficando a sociedade à mercê das ações da autoridade governamental instalada, não se posicionando como agente político ativo.

Esse quadro aponta para as possibilidades e o potencial de ampliação do regime democrático no município. Na medida em que há um certo descompasso entre a institucionalidade, que é de uma democracia bastante consolidada, mas a cultura política não lhe é correspondente, o “aprimoramento” dessa cultura política pode potencializar o funcionamento da democracia e de suas instituições.

Desta forma, traz-se uma importante reflexão no campo do desenvolvimento, sobre a importância de uma cultura política e das instituições políticas na consolidação de um regime democrático local, que acaba refletindo em outras esferas, como estadual e federal. Logo, tem-se maior clareza sobre a realidade política na qual vivemos, uma vez que não há como falar em promoção de desenvolvimento sem o aprimoramento da democracia. Isso, porque a democracia é parte constitutiva do desenvolvimento e a elaboração, bem como a implantação de políticas públicas eficientes e eficazes, nascem deste processo de demandas da sociedade ao Estado, que só é possível quando há um regime democrático instaurado.

Além disso, o aprendizado acumulado ao longo da pesquisa trouxe um amadurecimento quanto ao senso de competência sobre o exercício da cidadania na realidade vivida e do dever de cada indivíduo em ser propulsor da mudança. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de novos estudos e da continuidade das investigações na área.



## REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **La Cultura Cívica**. Cap. 1, An Approach to Political Culture, Princeton University Press, 1972.

CÂMARA DE VEREADORES DE SANTO CRISTO. **Site Oficial**. Santo Cristo, 2020. Disponível em: < <https://www.camarasantocristo.rs.gov.br/>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

COELHO, V. S. P.; NOBRE, Marcos (Org). **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FERREIRA, Pedro Lopes. **Estatística Descritiva e Inferencial**. Coimbra, 2005. Disponível em: < <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9961/1/AP200501.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: EDUNB, 2001.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facilidade e validade – Volume II**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/panorama> >. Acesso em: 29 fev. 2020.

JORNAL CORREIO DO POVO. **Pequenos Gigantes**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://www.santocristo.rs.gov.br/site/noticias/agricultura/46275-producao-de-suinos-e-leite>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOISES, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Site Oficial**. Brasília, 2021. Disponível em: < <https://www.mdb.org.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

PREFEITURA DE SANTO CRISTO. **Site Oficial**. Santo Cristo, 2020. Disponível em: < <https://www.santocristo.rs.gov.br/site>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

PORTO, Mauro Pereira. Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante. **Revista Sociologia e Política**. v. 2, n. 2, p. 67-108, abr. 2003.

PIZZIO, Alex; SANTOS, Lucélia N. Princípio de paridade participativa, reconhecimento e desigualdade social em Território Rural no Bico do Papagaio (TO). **Revista Novos Cadernos NAEA**. v. 16, n. 1, suplemento, p. 261-280, jun. 2013.

PROGRESSISTAS. **Site Oficial**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://progressistas.org.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMOS, Fidel Valdez. **Democracy and the East Asian crisis**. Discurso inaugural no Centre for Democratic Institutions, Australian National University. Canberra, p. 2, nov. 1998.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. v. 28, p. 205-219, jun. 2007.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v.24, n. 3, p. 863-880, set./dez. 2009.

RÜDELL, Jacinta *et al.* **Santo Cristo: memória fotográfica**. Três de Maio: Gráfica Vilani Ltda, 2000.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SMEC-SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE SANTO CRISTO/RS. **Histórico do município**. Santo Cristo, 1999. Apostila.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Rainer. **Democracia grega x Democracia contemporânea**. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/democracia-grega-x-democracia-contemporanea.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

TAVARES, José. **Administração pública e direito administrativo**. Coimbra: Almedina, 1992.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TSE- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleitor e eleições**. Brasília, 2020. Disponível em:< <http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

VAZ, Alexander Cambraia Nascimento. **Ação estatal, desenvolvimento e democracia**: elementos para uma discussão na contemporaneidade. Disponível em:<[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160530\\_livro\\_planejamento\\_brasil\\_sec\\_xxi.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160530_livro_planejamento_brasil_sec_xxi.pdf)>. Acesso e: 18 ago. 2021.

ZAMBAM, Neuro José. *Amartya Sen: Liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo: IMED, 2012.

## APÊNDICE A – Questionário

Prezado (a), o presente questionário faz parte da dissertação da aluna Luana Cristina Stumm, no âmbito do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*. Este estudo pretende conhecer a cultura política, bem como a percepção da população sobre as instituições políticas do município de Santo Cristo/RS.

Desde já, agradecemos a sua colaboração que será essencial para o resultado deste estudo. Lembramos que o questionário é anônimo e todas as informações recolhidas são confidenciais e serão usadas apenas neste estudo.

### PERFIL SOCIOGRÁFICO

#### 1. Sexo:

- Feminino  Masculino

#### 2. Idade:

- de 18 a 24 anos  De 45 a 54 anos  
 De 25 a 34 anos  De 55 a 64 anos  
 De 35 a 44 anos  Mais de 65 anos

#### 3. Estado civil:

- Solteiro (a)  
 Casado (a)  
 União Estável  
 Divorciado (a)  
 Viúvo (a)  
 Separado (a)

#### 4. Renda familiar mensal:

- Até 1 salário mínimo (R\$ 1.045,00)  
 De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.045,00 a R\$ 3.135,00)  
 De 3 a 5 salários mínimos (R\$ 3.135 a R\$ 5.225,00)  
 De 5 a 10 salários mínimos (R\$ 5.225,00 a R\$ 10.450,00)  
 Mais de 10 salários mínimos (R\$ 10.450,00)

#### 5. Local de moradia:

- Zona Urbana(cidade)  Zona Rural (interior)

**6. Quantas pessoas moram na sua residência:**

- ( ) Mora sozinho (a)  
 ( ) De 2 a 3  
 ( ) De 4 a 5  
 ( ) Mais de 5

**7. Escolaridade:**

- ( ) Analfabeto  
 ( ) Ensino Fundamental Incompleto  
 ( ) Ensino Fundamental Completo  
 ( ) Ensino Médio Incompleto  
 ( ) Ensino Médio Completo  
 ( ) Ensino Superior Incompleto  
 ( ) Ensino Superior Completo  
 ( ) Pós-Graduação Incompleta  
 ( ) Pós-Graduação Completa

**8. Religião:**

- ( ) Católica  
 ( ) Evangélica  
 ( ) Espírita  
 ( ) Candomblé  
 ( ) Umbanda  
 ( ) Budista  
 ( ) Islamismo  
 ( ) Ateu  
 ( ) Não se aplica  
 ( ) Outra: \_\_\_\_\_

**ORIENTAÇÃO POLÍTICA**

**Assinale, para cada afirmação, a opção mais condizente com a sua percepção.**

**Sistema Político Geral**

**9. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de conhecimento sobre o município de Santo Cristo, considerando: sua história, organização política, atividades econômicas, etc.?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**10. Numa escala de 1 a 5, qual o seu sentimento em relação ao município de Santo Cristo, considerando: sua história, organização política, atividades econômicas, etc.?**

0	1	2	3	4	5
Indiferente	Muito Negativo	Negativo	Regular	Positivo	Muito positivo

**11. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança em seus amigos e vizinhos?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**12. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança nas pessoas de modo geral?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**13. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança nos integrantes de sua família?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**14. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição religiosa que frequenta?**

0	1	2	3	4	5	6
Nenhum aplica	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto	Não se aplica

**15. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança nos seus colegas de trabalho?**

0	1	2	3	4	5	6
Nenhum aplica	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto	Não se aplica

**16. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição onde trabalha?**

0	1	2	3	4	5	6
Nenhum aplica	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto	Não se aplica

**Objetos Políticos**

**17. Numa escala de 1 a 5, como avalia o seu nível de conhecimento sobre as os papéis das diferentes instituições políticas e governamentais?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**18. Numa escala de 1 a 5, qual o seu sentimento em relação a essas instituições?**

0	1	2	3	4	5
Indiferente	Muito Negativo	Negativo	Regular	Positivo	Muito positivo

**19. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança nos partidos políticos que atuam no município?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**20. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição Câmara de Vereadores do município?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**21. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição Prefeitura Municipal?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**22. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Municípios)?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**23. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição “Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agronegócio de Santo Cristo” - ACISA?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**24. Numa escala de 1 a 5, qual o seu nível de confiança na instituição “Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural” – EMATER?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**Objetos Administrativos**

**25. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o seu nível de conhecimento sobre as funções e competências do Prefeito Municipal?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**26. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o trabalho realizado pelo Prefeito?**

0	1	2	3	4	5
Indiferente	Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom

**27. Numa escala de 1 a 5, como você avalia a estrutura de serviços ofertada pela Prefeitura Municipal?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito Ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito Boa

**28. Numa escala de 1 a 5, como você avalia as políticas públicas implementadas pelo governo local?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito Ruins	Ruins	Regulares	Boas	Muito Boas

**29. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o seu nível de conhecimento sobre as funções e competências da Câmara de Vereadores?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**30. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o seu nível de conhecimento sobre as funções e competências dos vereadores (as) individualmente?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto



**31. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o trabalho realizado pelos vereadores (as) do município?**

0	1	2	3	4	5
Indiferente	Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom

**32. Numa escala de 1 a 5, como você avalia a estrutura de serviços ofertada pela Câmara de Vereadores?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito Ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito Boa

**33. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o trabalho dos servidores públicos do município de Santo Cristo?**

0	1	2	3	4	5
Indiferente	Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom

### Auto-imagem

**34. Numa escala de 1 a 5, como você classifica a sua participação e envolvimento no mundo político?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**35. Numa escala de 1 a 5, como você avalia o nível conhecimento que possui dos seus direitos e obrigações?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**36. Numa escala de 1 a 5, como você avalia seu nível de conhecimento sobre o que deve fazer para participar e influenciar o sistema político?**

0	1	2	3	4	5
Nenhum	Muito baixo	Baixo	Regular	Alto	Muito Alto

**37. Numa escala de 1 a 5, qual o seu sentimento em relação a sua participação e envolvimento no mundo político?**

0	1	2	3	4	5
Indiferente	Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom

**ANEXO A – Relação das Legislaturas da Câmara de Vereadores de Santo Cristo/RS.**

<b>Legislatura</b>	<b>Anos</b>	<b>Partido</b>	<b>Vereadores</b>
1ª	1956/1959	Partido Social Democrático-PSD	Afonso Wagner, Cláudio Wilibaldo Loeblein, Henrique Otto Drögemöller e Stefan Warpechowski
		Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Carlos Frederico Huber e Paulo Banderó
		Partido de Representação Popular - PRP	João Luiz Meurer
2ª	1960/1963	Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Arnildo Escher, José Wisniewski, Leonardo Dillmann e Paulo Banderó
		Partido Democrata Cristão- PDC	Lothar Langer e Zeno Kreutz
		Partido de Representação Popular-PRP	Jacob Arthur Braun
3ª	1964/1968	Partido Social Democrático-PSD	Albano Emilio Jung, Cláudio José Angst e Júlio Both
		Partido Democrata Cristão-PDC	Hermeto José Hippler e Lothar Langer
		Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Canísio Ost
		Movimento Trabalhista Renovador-MTR	Bruno Berres
4ª	1969/1972	Movimento Democrático Brasileiro-MDB	Hugo Puhl, Léo Beno Birck, Raymundo Martim Bender e Walter Edmundo Gallas
		Aliança Renovadora Nacional-ARENA	Celestino José Henz, Guido Ruedell e Pedro Kreutz

5ª	1973/1976	Aliança Renovadora Nacional-ARENA	Celestino José Henz, Edmundo Etelvino Hammes, Erno Sander, Jacob Basílio Mallmann, Júlio Pinheiro, Luciano Adriano Decker, Marcos Backes, Nilo Afonso Maders e Pedro Kreutz
6ª	1977/1982	Aliança Renovadora Nacional-ARENA	Agatha Matte Seibert, Celestino José Henz, Jacob Basílio Mallmann, Neri José Bohn Gasse Romeu de Wallau
		Movimento Democrático Brasileiro-MDB	Cacildo Estevão Hermann, Ilmo Weber, José Hartmann e Léo Beno Birck
7ª	1983/1988	Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB	Aristeo Olympio Schumacher, Emílio de Souza, Ênio Dillmann, João Nicolau Hartmann, José Linck e Léo Beno Birck
		Partido Democrático Social- PDS	Bento Félix Botn, Hugo José Assmann e Olavo Hengemuhle
			Obs: Bento Félix Both trocou de partido, PMDB.
8ª	1989/1992	Partido do Movimento Democrático-PMDB	Aristeo Olympio Schumacher, Claudino Antônio Lenz, Ênio Dillmann, Ido Henzel e José Linck
		Partido Democrático Social-PDS	Aloísio Junges e Erno Sander
		Partido dos Trabalhadores-PT	Genoveva Meinerz Haas e Ruben Paulo Wiest

9ª	1993/1996	Partido do Movimento Democrático-PMDB	Adair Philippsen, Édio Aloísio Auth, José Link e José Mário Brentano
		Partido Democrático Trabalhista-PDT	Delmar Käfer
		Partido dos Trabalhadores-PT	Genoveva Meinerz Haas, Hermeto Antônio Joner e Ivo Antônio Bohn Gass
		Partido Progressista Reformador-PPR	Luciano Adriano Decker
		Obs: O PPR passou a ser denominado Partido Progressista Brasileiro-PPB	
10ª	1997/2000	Partido dos Trabalhadores-PT	Elvino Bohn Gass, Aloísio João Reis, Luiz Marino Lauermann e Hermeto Antônio Joner
			Obs: Genoveva Meinerz Haas, entra no lugar de Elvino Bohn Gass, que assumiu na Assembleia Legislativa do estado.
		Partido Democrático Trabalhista-PDT	Delmar Käfer
			Obs: O vereador Delmar Käfer mudou de partido em 1999, passando para o PTB
11ª	2001/2004	Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB	Ana Carmen Philippsen Führ, Deomar Bogorni, José Linck e Vidéu Gerhardt
11ª	2001/2004	Partido dos Trabalhadores-PT	Hermeto Antônio Joner, Jorge Luiz Nonnemacher e Vitorino Lorenzo

		Partido Democrático Trabalhista-PDT	Hugo Amantino Gallas
		Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB	Derlí Deodoro Angst, Eraldo José Rambo, Ivone Lúcia Theobald e Videu Meyer
		Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Delmar Käfer
			Obs: O vereador Delmar Käfer licenciou-se para ocupar um cargo junto ao Executivo Municipal, sendo que passou a exercer a vereança a Sr. <sup>a</sup> Moseli Baron Ziembowicz
12 <sup>a</sup>	2005/2008	Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB	Carmo Afonso Mallmann, Ivone Lúcia Theobald, Videu Meyer e Erni José Johann
		Partido dos Trabalhadores-PT	Hermeto Antonio Joner, Genoveva Meinerz Haas, Irineu Aloísio Angst e Vilson Weber
		Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Delmar Käfer
13 <sup>a</sup>	2009/2012	Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB	Carmo Afonso Mallmann, Erni José Johann, Honório Angst e Paulo César Lугоch
		Partido dos Trabalhadores-PT	Adelaine Seger, Cláudio Feiden, Genoveva Meinerz Haas e Irineu Aloísio Angst

			Obs: o vereador Irineu Aloísio Angst licenciou-se para ocupar um cargo junto ao Executivo Municipal, sendo que passou a exercer a vereança o Sr. Hermeto Antônio Joner.
		Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Delmar Käfer
			Obs: o vereador Carmo Afonso Mallmann mudou de partido, passando para o PTB.
14ª	2013/2016	Partido dos Trabalhadores-PT	Arlei Carlos Moellmann, Cláudio Feiden, Cleiton Juver, Irineu Aloísio Angst, Leonice Lúcia Huppés Berwanger
			Obs: A vereadora Leonice Lúcia Huppés Berwanger, licenciou-se para ocupar um cargo junto ao Executivo Municipal, sendo que passou a exercer a vereança a Sra. Genoveva Meinerz Haas. E o vereador Irineu Aloísio Angst trocou de partido, PDT.
		Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB	Erni José Johann e Loreci Anastácia Finger Riewe
		Partido Trabalhista Brasileiro-PTB	Delmar Käfer
		Partido Democrático Trabalhista-PDT	Gilmar José Dilkin

15ª	2017/2020	Movimento Democrático Brasileiro-MDB	Videu Meyer, Everton Maya, Davi José Angst e Paulo César Lugoch
			Obs: O vereador Paulo César Lugoch licenciou-se para ocupar um cargo junto ao Executivo Municipal, sendo que passou a exercer a vereança o Sr. Delmar Käfer - PTB
		Partido Democrático Trabalhista-PDT	Cinesio Francisco Angst e Luiz Carlos Sanabria Velasquez
		Partido dos Trabalhadores-PT	Cláudio Feiden, Lia Inês Lenz e Vilson José Feiden
16ª	2021/2024	Movimento Democrático Brasileiro-MDB	Clovis Lucas Kowalski, Éverton Maya, Fernando Luís Diel, Lourdes Brand e Paulo César Lugoch
			Obs: O vereador Paulo César Lugoch licenciou-se para ocupar um cargo junto ao Executivo Municipal, sendo que passou a exercer a vereança o Sr. Videu Meyer- MDB
		Partido Democrático Trabalhista-PDT	Aládio Kotowski e Ivan Ironei Rodrigues da Silva
		Partido dos Trabalhadores-PT	Lia Inês Lenz e Vilson José Feiden

Fonte: Elaborado pela autora (2021)